



# Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU - 33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

## Revista de Ciências Sociais e Econômicas v.31, n.2, jul-dez /2011

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
Av. Aprígio Veloso, 882  
58109-970 - Campina Grande - PB  
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br  
[www.ufcg.edu.br/~raizes](http://www.ufcg.edu.br/~raizes)





EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - [rnildes@hotmail.com](mailto:rnildes@hotmail.com)  
Luis Henrique Cunha - [luishecunha@uol.com.br](mailto:luishecunha@uol.com.br)

EDITORES ASSISTENTES

Edgard Malagodi - [emalagodi@uol.com.br](mailto:emalagodi@uol.com.br)  
Jean-Philippe Tonneau - [tonneau@cirad.fr](mailto:tonneau@cirad.fr)  
Lemuel Dourado Guerra - [lenksguerra@yahoo.com](mailto:lenksguerra@yahoo.com)  
Marilda Aparecida de Menezes - [marildamenezes@uol.com.br](mailto:marildamenezes@uol.com.br)

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Kellyane Freitas Carvalho -

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) \*Aldenor Gomes da Silva (UFPG)  
\*Antônio Carcanholo (UFES) \*Antônio Gomes da Silva (UFPG) \* Bernard Roux (INRA/Paris) \* Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) \* Delma Pessanha Neves (UFF) \* Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) \* Eric Sabourin (CIRAD/FR) \* Francisco de Paula Barreto Filho (UFPG) \* Gian Mário Giuliani (UFRJ) \* João Otávio Paes de Barros Júnior (UFPG) \* Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) \* Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFPG) \* Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) \* Magnólia Gibson da Silva (UFPG) \* Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) \* Norma Montalvo de Soler (UFPG) \* Olívio Alberto Teixeira (UFS) \* Paolas Cappelini Giuliani (UFRJ) \* Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFPG) \* Régina Célia Reys Novais (UFRJ) \* Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) \* Robério Ferreira dos Santos (UFPG) \* Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFPG) \* Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) \* Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Thayroni Araújo Arruda  
(Ilustração da capa: a partir da foto de Aldo Manoel Branquinho Nunes)

REITOR:

Thompson Fernandes Mariz

VICE-REITOR:

José Edílson Amorim

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Rômulo Feitosa Navarro

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA:

Rosilene Dias Montenegro

VICE-DIRETOR:

Luciênio de Macêdo Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ramonildes Alves Gomes

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes  
UFPG - CH  
Av. Aprígio Veloso, 882  
58109-970 - Campina Grande-PB  
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310 1051  
E-mail: [raizes@ch.ufcg.edu.br](mailto:raizes@ch.ufcg.edu.br)  
[www.ufcg.edu.br/~raizes](http://www.ufcg.edu.br/~raizes)

Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.31 n.2, jul-dez /2011 - . -  
Campina Grande: UFPG/PPGCS, 1982 - .  
v.  
Semestral  
Resumos em *português*, *abstracts in English*  
ISSN 0102-552X

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico. 3. Economia - Periódico. I.  
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.  
CDD 330  
CDU 338-43 (05)



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS.....	8
<u>Eric Sabourin</u>	
<i>Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade.....</i>	<i>9</i>
<u>Joana Araújo Maria, Doris Sayago</u>	
<i>Mídia e mudança climática: a cobertura de Veja e CartaCapital sobre a COP-15.....</i>	<i>25</i>
<u>Mércia Rejane Rangel Batista</u>	
<i>“E tinha uma índia pura no começo da família”: exercício etnográfico e analítico em torno das categorias identitárias em algumas comunidades quilombolas na Paraíba.....</i>	<i>38</i>
<u>Valmir Luiz Stropasolas</u>	
<i>Redefinições nos processos de socialização das crianças rurais.....</i>	<i>54</i>
<u>Andréia Tecchio, Ademir Antonio Cazella, Lauro Mattei</u>	
<i>Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do território meio oeste contestado (SC).....</i>	<i>68</i>
<u>Igor Ferraz da Fonseca, Maurício de Carvalho Amazonas</u>	
<i>Recursos de base comum e desenvolvimento sustentável: instituições sociais e dilemas entre o ‘ótimo econômico’ e o ‘equilíbrio ecológico’.....</i>	<i>82</i>
<u>Maria Odete Alves, Marcel Bursztyn, Suely Salgueiro Chacon</u>	
<i>Gestão comunal de águas: a experiência da comunidade lagoa dos cavalos – Ceará.....</i>	<i>101</i>



Maria do Socorro Andrade

*A regulação dos acessos e usos dos recursos naturais na Fazenda/Assentamento Angélicas, sertão da Paraíba (1930-2010): regimes de propriedade e figurações sociais.....116*

Sebastião Neto Ribeiro Guedes; Baastian Philip Reydon; Celso Aparecido Florêncio

*Direitos de propriedade e usos econômicos da terra: um estudo de caso de assentamentos de reforma agrária no Sul do Pará.....135*





# Raízes

v. 31, n.2, jul-dez / 2011

---

---

## APRESENTAÇÃO



# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## APRESENTAÇÃO

O presente número da **Revista Raízes** retoma algumas temáticas já abordadas em edições anteriores, enriquecendo tanto o debate teórico e analítico quanto o conjunto de pesquisas empíricas relativas ao entendimento das relações sociais e econômicas no mundo rural brasileiro, mediadas por preocupações com as questões ambientais e gestão de recursos comuns; por emergências identitárias e lutas pela garantia de direitos; e pelo debate sobre as redefinições da família rural. São questões importantes que revelam a diversidade e complexidade dos processos sociais, dos conflitos e da mobilização/ação coletiva de diferentes grupos sociais.

O artigo de **Eric Sabourin** analisa criticamente as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, alertando para os limites das concepções de desenvolvimento fundamentadas exclusivamente pelas lentes da troca mercantil, que não consideram as formas de exploração e alienação próprias das economias de reciprocidade, como é o caso da opressão paternalista.

O tema da mudança climática é abordado no artigo de **Joana Araújo Maria** e **Doris Sayago**, que realizam uma análise do tratamento dado às preocupações ambientais em duas revistas semanais de circulação nacional – *Veja* e *CartaCapital*, a partir da cobertura da 15<sup>o</sup> Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática realizada em Copenhague, em dezembro de 2009.

**Mércia Rejane Rangel Batista**, em seu artigo, apresenta a complexidade dos processos identitários e de mobilização da categoria quilombola na Paraíba, destacando nos relatos de moradores negros de comunidades em processo de identificação e delimitação sobre as relações de origem, consanguinidade e aliança, a presença indígena.

Dois artigos apresentam importantes contribuições sobre o tema da família rural no Brasil. **Valmir Luiz Stropasolas**, a partir de pesquisa empreendida em comunidades rurais de Santa Catarina, no Sul do Brasil, problematiza a invisibilidade das crianças no debate recente sobre a família rural no país e analisa as redefinições emergentes nos processos de socialização destas crianças. Também com pesquisa realizada em Santa Catarina, **Andréia Tecchio**, **Ademir Antonio Cazella** e **Lauro Mattei** abordam as estratégias de reprodução social de famílias rurais como contribuição ao debate sobre políticas públicas de combate à pobreza rural.

Os quatro artigos que encerram o presente número da **Revista Raízes** retomam o debate sobre os recursos comuns e os direitos de propriedade no Brasil, tema de dossiê publicado no Volume 23, ampliando o debate teórico e também as referências empíricas, com pesquisas realizadas nos estados do Ceará, Paraíba e Pará. **Igor Ferraz da Fonseca** e **Maurício de Carvalho Amazonas** associam a gestão de recursos de base comum à temática do desenvolvi-



mento sustentável, refletindo sobre o dilema entre “ótimo econômico” e “equilíbrio ecológico”. **Maria Odete Alves, Marcel Bursztyn e Suely Salgueiro Chacon** analisam a construção de um sistema de regulação dos acessos e usos da água de uso comum numa comunidade rural do município de Russas (CE). **Maria do Socorro Andrade** adota uma perspectiva histórica de compreensão das transformações na gestão de recursos naturais ao longo de 80 anos num latifúndio localizado no sertão da Paraíba desapropriado para fins de reforma agrária, buscando associar transformações nos regimes de propriedade e nas figurações sociais. Finalmente, **Sebastião Neto Ribeiro Guedes; Baastian Philip Reydon e Celso Aparecido Florêncio** analisam o papel das políticas agrárias na definição e distribuição de direitos de propriedade no Sul do Pará.

É com prazer que apresentamos mais este número da Revista Raízes e esperamos que ofereça boa leitura a todos interessados nos temas cobertos pelos artigos publicados.

Boa leitura a todos.

Os editores





# Raíces

v.31, n.2, jul-dez / 2011

---

---

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS



# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECIPROCIDADE

Eric Sabourin

### RESUMO

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, o artigo propõe uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade em vários setores da atividade econômica, incluindo o mundo rural brasileiro, focalizado neste texto. A concepção, elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca. Este pensamento único se aplica também ao exercício crítico pela economia política que, ignorando a economia de reciprocidade, considera apenas a alienação do sistema de trocas econômicas de mercado, quer dizer, a exploração capitalista. Passa assim despercebida a força das formas de alienação específicas às relações de reciprocidade (em particular a opressão paternalista), que se aplicam no marco de sistemas mistos, associando práticas de troca e de reciprocidade, como é o caso no Brasil.

**Palavras-chave:** reciprocidade, troca, políticas públicas, território, desenvolvimento rural

## PUBLIC POLICIES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND RECIPROCITY

### ABSTRACT

From a brief statement of the principles of the theory of reciprocity in economic anthropology, this paper proposes a critical reading of the social and economic relations through the prism of market exchange. This view denies the existence of structuring relationships of reciprocity in many economic activities sectors, including the case of rural Brazil which we focus on in this article. The design, development, implementation and evaluation of public policies for rural development are also constrained and formatted by an exclusive reading of development processes based on the principle of exchange. This only thought also applies to the critics of the system by political economy: ignoring the economics of reciprocity it considers only the alienation of the market exchange system, namely the capitalist exploitation. The strength of alienation forms specific to reciprocity (particularly paternalistic oppression) is thus forgotten. These specific forms exist, for instance in Brazil, where the situation corresponds to a mixed system which combines exchange practices and practices of reciprocity.

**Key words:** Reciprocity, exchange, public policies, territory, rural development

---

**Eric Sabourin.** CIRAD, departamento Environnement et Sociétés, Unité Mixte de Recherche “Art-DEV”  
TA 113/C, 73 Rue J. F. Breton, 34398 Montpellier cedex 5, França, sabourin@cirad.fr  
Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, CDS\UnB, Professor Visitante.

---

Raízes, v.31, n.2, jul-dez / 2011

## INTRODUÇÃO

O artigo trata dos aportes da teoria da reciprocidade para a leitura e a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade que não revelam a lógica da troca, no mundo rural brasileiro, entre outros. Como consequência, a concepção, elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca, quando não da única troca mercantil.

O objetivo do texto é, portanto, propor elementos complementares para pensar as políticas e os instrumentos de desenvolvimento rural em situações que qualifico de mistas, quer dizer, situações associando práticas ou lógicas de troca e práticas ou lógicas de reciprocidade.

Um primeiro campo de aplicação tem a ver com as políticas dedicadas às agriculturas familiares e camponesas, pois essas categorias oferecem situações características de sistemas sociais e econômicos mistos. Trata-se também dos instrumentos de gestão dos recursos comuns e dos territórios locais.

A abordagem metodológica associa uma reflexão teórica, que aqui será apenas resumida, e a evocação breve de alguns resultados de um trabalho empírico no tempo longo, mediante o acompanhamento dos processos de elaboração e aplicação de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural, no Brasil, como em outros países (SAUBORIN, 2009, 2011a).

O texto é dividido em três partes: i) a apresentação do referencial da teoria da reciprocidade; ii) a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das políticas públicas, considerando a questão da agricultura familiar e camponesa; iii) ensinamentos e perspectivas para pensar políticas públicas alternativas. Finalmente, como consideração final, é esboçada a questão da crítica da alienação na aplicação das políticas.

## 1. ANTECEDENTES E REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1. O QUE ENTENDEMOS POR RECIPROCIDADE?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou, por muito tempo, as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos, em particular, nas sociedades indígenas e camponesas (MAUSS, 1924). Lévi-Strauss (1949) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações e estruturas de parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca.

Nos últimos anos, a sociologia se interessou pouco pela noção de reciprocidade, talvez por causa da universalização das relações de troca, sob sua forma material ou também simbólica (BOURDIEU, 1994). Pelo tanto, em oposição à naturalização das relações de

troca, os sociólogos antiutilitaristas, reabilitaram a dádiva (CAILLÉ, 1994; GODBOUT, 2000) que foi inclusive proposta como um terceiro paradigma, face ao individualismo e ao holismo (CAILLÉ, 2001). É, provavelmente, porque a dádiva se entende mais facilmente como um princípio oposto ao da troca. De fato, a reciprocidade, se sua definição permanece confinada à figura da dádiva/contra dádiva, é frequentemente confundida com uma troca simétrica. Entretanto, o grande mérito do renascimento dos trabalhos sobre a dádiva, em particular mediante o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, o MAUSS, terá sido institucionalizar uma reflexão crítica sobre a naturalização da troca<sup>1</sup>. Colocando em evidência a importância da reciprocidade das dádivas (a reciprocidade positiva), vários trabalhos fizeram emergir a necessidade de uma reflexão centrada sobre a reciprocidade em torno de uma teoria da dádiva, em particular com vários trabalhos recentes no Brasil (MARTINS, 2002; MARTINS e CAMPOS, 2006). Paralelamente à renovação das pesquisas sobre o dom moderno, a antropologia e a sociologia econômica, em particular a partir dos trabalhos de Mauss e de Polanyi (1944, 1957), continuaram a trabalhar a noção de reciprocidade. Ela foi assim aplicada às relações de sociabilidade privada ou de sociabilidade primária (CAILLÉ, 2001; MARTINS, 2002) e às prestações da economia chamada de não mercantil (LAVILLE, 2000). No Brasil, a reciprocidade como princípio ou categoria econômica, foi reabilitada recentemente a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (MARTINS e NUNES FERREIRA, 2004; CASTEL, 2006) e a partir de pesquisas no mundo rural (OLIVEIRA &

DUQUE, 2004; MENEZES, 2006, RADOMSKY & SCHNEIDER, 2007; GODOI, 2009; SABOURIN, 1999, 2004, 2006, 2009).

## 1.2. PARA UMA TEORIA DA RECIPROCIDADE

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio antropológico. O *princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos*. O reducionismo da definição, que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1996), pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951), a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o ser dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O segundo elemento da teoria, e que participa do seu caráter universal, é *que a reciprocidade pode recobrir várias formas*. De forma geral, a antropologia e a etnologia consagraram

1. Revue du Mauss Semestrielle: [www.revudumauss.org](http://www.revudumauss.org); Jornal do Mauss iberolatinoamericano : [www](http://www).

sob essa terminologia apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, igualmente, uma forma de *reciprocidade negativa*, a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca, cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica de concorrência e de acumulação pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade, e, portanto de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva “*mais eu dou, mais eu sou*”. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva, a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que destroem e submetam o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, *as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas*, no sentido antropológico. Assim se declinam segundo algumas estruturas elementares, tais que elas foram propostas inicialmente por Mauss (1924), Lévi-Strauss (1949), Temple (1998) ou Anspach (2002). Essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvidas, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o aspecto mais difícil de validar,

visto que ele envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana.

O quarto elemento da teoria envolve os *diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos*. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (Temple, 1997, 2003).

Para resumir, existem várias *estruturas fundamentais de reciprocidade*, nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias *formas* de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade.

Convém definir os limites da teoria da reciprocidade. Ela não nega a existência do princípio de troca, do ponto de vista econômico ou social, nem está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura. Pois, cada uma dessas lógicas, podendo ser averiguada nos fatos, podem prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis. Assim como o indica Temple (1997, p.107) o reconhecimento científico e público da economia da reciprocidade permite delimitar uma articulação ou uma interface de sistema entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade. Este recon-

hecimento abre espaço para um debate entre os partidários de uma ou outra lógica. Tal debate permitiria tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Sem interface, o equívoco entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o exclusivo benefício da lógica da troca para a acumulação privada. Enquanto a economia política só reconhecer uma única lógica econômica, a da livre-troca, o pensamento único reinará, mesmo se escondido, atrás de várias escolas ou teorias ditas “heterodoxas”.

## 2. CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA RECIPROCIDADE PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

### 2.1. TEORIA DA RECIPROCIDADE E QUESTÃO CAMPONESA

Não pretendo reduzir a análise e deixar parecer que os sistemas familiares ou camponeses sejam inevitavelmente assimilados a sistemas de reciprocidade, ou vice-versa. Apenas tratei de resgatar quanto certas práticas sociais e econômicas recorrentes nas sociedades indígenas, camponesas ou assimiladas não correspondem a relações de troca (e ainda menos de troca mercantil). No entanto, podem ser muito bem analisadas e explicadas como sendo relações de reciprocidade. É, primeiro, o caso das relações de reciprocidade no plano do real. Elas existem ao nível das relações de parentesco, na família e na comunidade, e em particular mediante o compadrio, relação de aliança que representa

uma extensão do parentesco, além da filiação e do laço de sangue.

Quanto à produção agropecuária, ela apresenta geralmente duas estruturas bilaterais simétricas simples: i) o face a face na ajuda mútua e, ii) a partilha no caso do manejo de recursos comuns e, uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral: a transmissão entre gerações de patrimônio, valores e saberes.

No caso da sua articulação com os mercados, a agricultura familiar e camponesa associa relações de reciprocidade e relações de troca. Nas prestações de redistribuição direta de alimentos (autoconsumo, dádivas mútuas aos parentes, vizinhos e próximos) a relação de reciprocidade domina a lógica de troca. Nas prestações de redistribuição indireta para a comunidade regional, por meio dos mercados de proximidade e das cadeias curtas (venda direta na propriedade ou nas feiras, venda por meio de cooperativas de consumidores, etc) a tensão sempre pode oscilar entre a lógica da reciprocidade (a relação humana pessoalizada entre agricultor e consumidor) e a lógica da troca mercantil (obter o preço máximo pelo menor serviço).

Mas, no plano do simbólico, ou naquele do imaginário, poderiam também ser mencionadas as relações de reciprocidade entre o camponês e a natureza. A particularidade da agricultura reside no trabalho agrícola que corresponde a uma relação íntima entre o agricultor e outros seres vivos (terra, solo, plantas, animais), mobilizando elementos do ciclo da natureza: sol, chuva, vento, neve, etc (BÉGUIN *et al*, 2011).

A inovação na agricultura, em particular por meio da mecanização, motorização e pelo uso de insumos químicos e alimentos do gado industrializados, tem contribuído para modi-

ficar de maneira considerável as técnicas, as práticas e os gestos dos agricultores, tanto no plano material como simbólico, com uma profunda transformação do imaginário. Passou-se de rituais específicos, dedicados a preservar ou solicitar a bondade e a fertilidade dos elementos numa relação íntima de aliança com a natureza (reza, canções, festas, etc.), a novos rituais tecnológicos destinados a controlar, dominar e reduzir os efeitos da natureza (consulta meteorológica por internet, inseminação artificial e transferência de embriões, sementes transgênicas, trator assistido por satélite e GPS...).

Ainda existe um vasto campo de pesquisa pela frente para identificar e analisar como se manifesta hoje a relação dos agricultores com o meio vivo, em particular mediante a matriz humana fundadora de três estruturas elementares de reciprocidade:

- A relação binária de interdependência entre o agricultor e a terra/clima/meio vivo;
- A relação binária de partilha de parcelas dessa terra e dos seus recursos (limitados) com outros seres vivos : plantas, animais e, supostamente, outros seres humanos: usuários ou consumidores da terra, do espaço rural, dos seus recursos e produtos;
- A relação ternária de transmissão de um patrimônio natural para as gerações futuras e das normas de preservação ou de valorização desse patrimônio.

## 2.2. AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS COMO “SISTEMAS MISTOS”

Minhas pesquisas consideram a aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, mais particularmente no âmbito das comunidades rurais e da agricultura familiar onde as relações de reciprocidade e de troca coexistem.

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de formas de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Podemos encontrar três principais tipos de relação entre as duas lógicas:

- i. *Justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se;
- ii. *Complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade, sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface. Se esta deixar de funcionar, volta-se ao tipo anterior;
- iii. *Contradição entre lógicas de troca e de reciprocidade com dois tipos de consequência*: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

Portanto, a coexistência pode existir de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

De fato, a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das agriculturas familiares e camponesas se situa primeiro no plano epistêmico, sem hipotecar da natureza das prestações e relações plurais que correspondem a essas formas típicas de sistemas mistos.

Por isso, deve-se ter o cuidado de não encerrar as categorias como *agricultura camponesa*, ou *agricultura familiar* dentro de guetos, como nota Ploeg (2008), a propósito de certas tendências dos Peasant studies. Mas, mesmo se o universo camponês foi reduzido,

em particular nos países do Norte, sua diversidade e sua herança, essenciais para o futuro do planeta, confeririam-lhe uma importância humana e, portanto, heurística, para as ciências sociais.

A noção de sistemas mistos é explicativa. Os agricultores familiares que pertencem geralmente a esse tipo de configuração, se revelam mais prolixos quando constatam que nos interessamos por coisas que, para eles, têm sentido e importância. É essencial não entrar em julgamentos de valor entre uma lógica e outra. Precisa, pelo contrário, explicitar as diferenças de natureza entre os dois sistemas, mas também as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade.

Estamos falando de representações teóricas e, antes de tudo, de ferramentas de análise. Por suposto não vamos perguntar aos agricultores ou a outros atores sociais de quais estruturas elementares de reciprocidade eles participam. Em compensação, fazendo as perguntas certas a partir de hipóteses construídas pela observação, torna-se possível identificar essas relações, os valores materiais e éticos específicos que elas geram e os projetos humanos que elas subentendem. Daí pode-se deduzir se tal ou tal relação ou prestação revela uma estrutura de reciprocidade ou não, e de que natureza.

Para analisar essas situações de interface, as contradições ou as articulações possíveis, é preciso compreender e, portanto, estudar como funcionam os mercados, as redes, as decisões políticas, os programas de desenvolvimento, mas, também, as unidades familiares e as organizações dos agricultores. Da mesma forma, ao nível das unidades familiares, trata-se de compreender os sistemas de parentesco, as

representações e o funcionamento dos sistemas técnicos de produção e de gestão dos recursos naturais.

### 2.3. RECIPROCIDADE E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dito isto, as dificuldades concretas das comunidades e das organizações rurais se situam, sobretudo, nessa articulação difícil com o mundo da troca mercantil. A interface de sistemas pode ser imposta pela própria comunidade, se ela for suficientemente forte para manter vivas as regras de reciprocidade no seu seio e com o seu entorno. Ainda é, às vezes, o caso na África, na Oceania, na Amazônia ou nos Andes. Mas, geralmente no marco da extensão e valorização quase exclusiva do individualismo liberal e da lógica mercantil, o confronto leva a uma dominação da lógica de troca. Portanto, muitas vezes, essa interface deve ser proposta ou imposta por uma autoridade reguladora, por exemplo, o Estado, mediante dispositivos jurídicos (constituição, leis) ou políticos: as políticas públicas e os seus instrumentos.

#### *Articulação de sistemas e políticas de regulação*

Esta temática abre um novo campo de pesquisa e de aplicação na área das políticas públicas. Trata-se, em particular, das políticas de regulação (meio ambiente, comércio, gestão fundiária), de tributação (legislação tributária e distribuição de recursos, transferência de renda, renda de cidadania) e das políticas de investimento: equipamentos públicos, manejo das infraestruturas comuns.

De fato, certos desses dispositivos de interface apresentam limites ou entraves para serem sempre eficientes. As interfaces de sistemas

baseadas apenas nas regras das comunidades de reciprocidade sofrem da falta de existência legal ou jurídica, ao exemplo da ausência de estatuto da comunidade rural no Brasil, mas também dos dispositivos de uso da terra (faxinais, fundos de pasto, práticas de meia e de arrendamento) (SAUBORIN *et al*, 2005). As legislações nacionais e, em particular, as constituições carecem de dispositivos de aplicação (decretos ou regulamentação) ou de controle e de fiscalização (SAUBORIN, 2009). Nesse contexto, o papel das políticas públicas como instrumentos de interface, ou de articulação entre os dois sistemas (troca e reciprocidade), tornou-se essencial.

Considero, em particular, as políticas de regulação do comércio no Brasil. Por exemplo, será interessante acompanhar a aplicação e a evolução do Sistema nacional de comércio justo e solidário nesse país (SENAES, 2008), em particular, em comparação com a dinâmica construída em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (DELGADO *et al*, 2007, CHMIELEWSKA e SOUZA, 2010). Uma das dificuldades das políticas de economia solidária tendo a ver com as suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade (solidariedade, partilha entre os trabalhadores), e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).

#### *As políticas de desenvolvimento territorial*

As recentes abordagens territorializadas das políticas públicas ambientais (preservação dos recursos naturais) e de desenvolvimento rural regional repousam na ação pública, quer

dizer nas interações entre a ação coletiva da sociedade civil organizada e os poderes públicos (MDA, 2005; TONNEAU e SABOURIN, 2007; SCHNEIDER *et al*, 2003). Temos agora a possibilidade de analisar essas interações humanas não apenas pelo princípio da racionalidade e do interesse do ator, mas pelo enfoque da reciprocidade (SAUBORIN, 2009 e 2011).

As análises dessas políticas no caso do Brasil mostram seis principais tipos de limites:

- Uma participação da sociedade civil contrariada pelas relações de reciprocidade assimétrica: existe uma avaliação insuficiente das consequências da assimetria de estatuto, de poder e de capacidades entre as organizações de agricultores familiares e camponeses de um lado, e o setor privado e poderes públicos pelo outro lado (ÁVILA *et al*, 2010 ; DUARTE *et al*, 2009);
- Uma coordenação atropelada pela confusão entre reciprocidade horizontal (planejamento ascendente com definição e elaboração de projetos locais pela base) e reciprocidade vertical (decisão autoritária e descendente por parte do Estado central);
- Uma confusão entre reciprocidade simétrica, reciprocidade centralizada e redistribuição pública, quer dizer entre descentralização (transferência de responsabilidade e recursos para o nível local), desconcentração do Estado (organização da dimensão intermunicipal) e territorialização de uma política pública universal (energia elétrica, telefonia rural ou inclusão digital) (SAUBORIN, 2009);
- Uma confusão entre lógica de reciprocidade (partilha e face a face) na consulta pública por meio dos conselhos ou espaços de discussão de projetos e uma lógica de troca na repartição e negociação dos recursos mediante os filtros da administração federal;

- A irresponsabilidade populista de confiar a avaliação pública dos programas aos próprios membros da sociedade civil, em nome da gestão social participativa (MASSADIER *et al*, 2010);
- Uma dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial (recursos e objetivos compartilhados) a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura do desenvolvimento pela única lente da troca mercantil (SAUBORIN e RODRIGUES, 2009).

#### *As políticas ambientais e de desenvolvimentos sustentável*

Os trabalhos comparativos sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais constituem, entre outros, um bom exemplo da contribuição da teoria da reciprocidade para tratar da produção do bem comum, seja através dos bens públicos ou dos recursos comuns.

Quanto às políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, temos aqui o tema do uso, da gestão e preservação responsável e sustentável dos recursos, como base essencial das relações de reciprocidade entre homem e natureza. Infelizmente a ecologia política ainda carece de teoria própria ou de teoria alternativa ao capitalismo (desenvolvimento da troca mercantil) (SAUBORIN, 2010a).

O fato de que os movimentos de ecologia política encontrem dificuldades no momento de passar a ação, de governar, em boa parte por carecer de teoria própria, deveria incitar seus pensadores a fundar suas propostas - não capitalista, anticapitalista, pós-capitalista - sobre alternativas teóricas mais apropriadas.

### 3. ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS

#### 3.1. RECIPROCIDADE E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando o sistema de troca é dominante, como no Brasil, a interface pode ser instituída pelo Estado através da legislação, por exemplo, no caso das leis de regulação fundiária ou dos recursos naturais (terras, água, florestas, pastos). O Estado ou as coletividades territoriais podem também elaborar políticas ou dispositivos públicos, assegurando esse tipo de interface por meio de diversos mecanismos de regulação (SAUBORIN, 2009).

Mostrei o interesse do reconhecimento e do apoio público às estruturas e dispositivos locais dos atores rurais que asseguram a gestão ou a produção de bens comuns ou públicos na base de relações de reciprocidade. É o caso do manejo de terras e equipamentos coletivos, dos recursos comuns (água, florestas, biodiversidade) e dos bens públicos locais: informação, inovação, educação, patrimônios culturais e ecológicos, saberes locais e indígenas, etc (SAUBORIN, 2007 e 2008; SABOURIN *et al*, 2005).

Ao nível internacional, tais políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade correspondem ao espírito dos acordos comerciais preferenciais ou compensatórios, assim como aos programas de comércio justo (SENAES, 2008; SABOURIN, 2009).

A qualificação e a certificação dos produtos oferecem um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista (TEMPLE, 2003; SABOURIN, 2009).

A política de qualificação, em si, limita

os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista e pode contribuir para a construção de territórios de reciprocidade. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores para transformá-los em serviço mercantil de verificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a sanção é primeiro a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

No Brasil, existem, portanto, cada vez mais, iniciativas de implantação de sistemas de co-certificação ou de certificação de grupos ou chamada participativa entre produtores e consumidores (MEDAETS e MEDEIROS, 2004).

Tais instrumentos oferecem uma alternativa em termos de estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Eles são particularmente adaptados para as políticas valorizando a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais, os serviços ambientais e os atributos específicos dos territórios (CAZZELA *et al*, 2009).

De fato, em termos de política pública, facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a modernização dos dispositivos coletivos dos agricultores, manejando recursos comuns ou produzindo bens públicos locais, apresenta várias vantagens mútuas.

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços mediante uma política pública formalizada. Para as organizações rurais e camponesas, esse apoio é bem vindo, pois reforça suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma.

Tal política remete ao conjunto das me-

didadas de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) visando garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão desses dispositivos.

Essas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; entretanto, além do apoio à produção, elas garantem outras funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, das águas, etc.

Podemos medir o quanto pesquisas nesse campo abrem novas perspectivas capazes de propor estratégias concretas de desenvolvimento realmente sustentável, de eco ou etno-desenvolvimento, baseadas nos saberes e práticas locais. Aplicações nesse campo permitiriam negociar alternativas viáveis em matéria de proteção das produções regionais ou nacionais ou de direitos em produzir.

### 3.2. NOVAS QUESTÕES DE PESQUISAS E PERSPECTIVAS

Um primeiro tema a aprofundar seria aquele dos instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial em torno dos dispositivos de gestão de bens comuns e de produção de bens públicos. Trata-se de examinar o quadro do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais para implantar estratégias operacionais baseadas na valorização das relações e estruturas de reciprocidade.

Um dos objetos de estudo se refere aos serviços ecológicos ou ambientais e suas modalidades de negociação (condicionada, contratual, incondicional), de remuneração (individual, coletiva ou institucional,...) e de avaliação. Primeiro, tais instrumentos não têm mostrado ainda viabilidade econômica e política. Segun-

do, levam a uma forma de mercantilização da natureza e à destruição das práticas de reciprocidade.

Mas, para oferecer alternativas aos usuários (agricultores, pescadores, extrativistas, etc) como aos governos, tal avaliação crítica deve ser acompanhada de uma identificação e experimentação de outros tipos de propostas. Tratar-se-ia, por exemplo, de examinar as políticas compensatórias, os instrumentos de tributação, os subsídios condicionados ou ainda o respeito dos dispositivos jurídicos de preservação de recursos naturais como condição de acesso aos benefícios das políticas públicas: financiamento, crédito, assistência técnica, capacitação, como é o caso no Estado do Para no Brasil (SAUBORIN e POCCARD, 2010).

Outro objeto corresponde aos dispositivos coletivos ou institucionais de agricultores assegurando funções de manejo de recursos comuns (bancos de sementes, reservas extrativistas, terras de floresta ou de pastagens) e de produção de bens públicos locais como informação, inovações, capacitação: grupos de agricultores-experimentadores, Escolas familiares rurais, Universidades populares ou camponesas, feiras agro-ecológicas, mercados de proximidade associativos (SAUBORIN, 2010b).

Uma segunda entrada temática seria *a das dinâmicas sociais dentro dos espaços de negociação das políticas públicas* e da ação pública (estados, governos, conselhos, fóruns, redes, etc), e, em particular, a expressão e as consequências das formas de alienação das relações de reciprocidade (paternalismo, clientelismo, populismo). A questão da análise das modalidades e formas de alienações, próprias aos sistemas de reciprocidade, parece prioritária para avançar no esforço do desvendamento dessas relações, mas igualmente na perspectiva

de uma análise da naturalização do sistema de troca e de sua crítica específica.

Trata-se, por um lado, de caracterizar as relações de reciprocidade simétricas (ajuda mútua, solidariedade, cooperação, partilha) e seus impactos em termos de qualidade, durabilidade das dinâmicas sociopolíticas, das decisões e dos projetos concretos. Em contrapartida, é necessário identificar as relações assimétricas mediante os processos de redistribuição ou de desvio de informações e de recursos, as redes sociais específicas ou os espaços de decisão paralelos, suas motivações e seus impactos em termos de dinâmicas locais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CRÍTICA DA ALIENAÇÃO E RECIPROCIDADE

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na questão da identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não está sendo tratado pela teoria da dádiva.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca ou dádiva e mercado) deve ser completada por uma dupla leitura das suas formas de alienação. No caso contrário, não existe possibilidade de crítica e de correção.

Frente ao desenvolvimento do clientelismo e do populismo na América latina, precisa-se dessa dupla análise para sair do impasse da crítica pela única razão da lógica ocidental.

Além do mais, deve se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. No entanto, essas alienações são de natureza diferente daquelas

da economia de troca (a exploração capitalista). Por outra parte, foram pouco estudadas e, então, criticadas, salvo raras exceções (GEFFRAY, 2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Se os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dívida agonística, paternalismo, clientelismo, etc.) são conhecidos e fazem objeto de estudos, como no caso do Brasil (LANNA, 1995), necessitam ainda ser sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade (SAUBORIN, 2009, 2011b e c).

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face desse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos (SAUBORIN, 2008a). Essas situações são particularmente graves nos países do sul onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (SAUBORIN, 2008b). Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou de fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas) ganhariam também se reconsiderados sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

Finalmente, e homenageando, no caso do Brasil, Antonio Candido (1947), Florestan Fernandes (1960), José de Souza Martins (1981) e Maria de Nazareth Wanderley (2009), resta a falar da figura do camponês na política. Temos no Brasil, casos típicos de relação de reciprocidade assimétrica de dependência entre os camponeses e a oligarquia ou as elites locais. No entanto, em nome dos valores humanos de justiça, de equidade e de respeito pela palavra

dada (confiança, honra e responsabilidade), como o mostraram Thompsom (1971), Scott (1976, 1986) e Hyden (1980, 1987), os camponeses são capazes de resistência, e de revoltas violentas e terríveis contra a opressão paternalista como contra a exploração capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSPACH M. *A charge de revanche*. Figures de la réciprocité. Paris: Seuil, 2002.

AVILA, M.; SABOURIN E., MASSARDIER, G.; DUARTE L., *Redes e poder na política de desenvolvimento territorial brasileira: a paradoxal contribuição da assistência técnica, 4º Encontro da Rede Rural*, Curitiba, julho de 2010.

BÉGUIN P ; DEDIEU B ; SABOURIN E (dir.). *Le travail en agriculture : son organisation, et ses valeurs face à l'innovation*. Paris, L'Harmattan, 2011, 301p

BOURDIEU P. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris : Le seuil. 1994.

CAILLE A. *Don, intérêt et désintéressement. Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres*, Paris : La découverte, 1994. 340p

CAILLE A. *Anthropologie du don :Le tiers paradigme* Paris, Desclée de Brouwer, 2001.

CÂNDIDO A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades. [1947] 1977.

CASTEL O. *La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération*

avec le profit et la redistribution, in Colloque *L'économie au service de la société*, Dakar, PEKEA & CODESRIA, 2006, 13p

CAZELLA A, BONNAL P., MALUF RS. *Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad Ed. Nead, 2009, 301p

CHABAL M Echange et réciprocité, 1996. <http://mireille.chabal.free.fr/echange.htm> Acesso 3/5/1998.

CHABAL M., Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique. Conférence in Cauris 2006. <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso 20/05/2006

CHMIELEWSKA D ; SOUZA D. *Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme*, Brasilia, SAE/PNUD , IPC-IC, Working Paper # 64. June 2010.

DELGADO, G. C.; JUNIA C.; JADER J.O., Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, n° 0, 2007:18-39

DUARTE L, SABOURIN E, ÁVILA M, MASSARDIER G. Participação dos atores sociais e territorialização do desenvolvimento rural no Brasil, XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife, 2009

FERNANDES F. *Mudanças Sociais no Brasil* , São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960

GEFFRAY C. A opressão paternalista: *Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*, Rio

de Janeiro : Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007, 230 p.

GODBOUT T. J *Le don, la dette et l'identité*, Paris : La Découverte/MAUSS, 2000.

GODOI, E P, Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do Sertão, in GODOI, E.P; MENEZES, M.A & MARIN, R A (orgs), *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Vol II Estratégias de reprodução social São Paulo, Ed.UNESP, Nead, 2009, pp 289-302.

HYDEN G. *Beyond Ujamaa in Tanzania : Underdevelopment and Uncaptured Peasantry*, Heinemann, Londres,1980.

HYDEN G. The Theory of Reciprocity and Governance in Africa. in *Conference on "Advances in Comparative Institutional Analysis"*, October 19-23, 1987. Dubrovnik, Yugoslavia

LANNA, M. *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. 249p.

LAVILLE J L (dir) *L'économie solidaire: une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brouwer, 2000, 343p.

LEVI-STRAUSS C. *Les structures élémentaires de la parenté*, La Haye, Mouton,[1949] 1967

LUPASCO S. Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie. Paris, Herman,1951.

MARTINS P H (org) *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*, Petrópolis: Editora Vozes, 2002,

205p.

MARTINS PH ; NUNES FERREIRA B(org), *A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, 241p.

MARTINS PH ; CAMPOS R B (Org) *Polifonia do Dom*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2006. 332 p.

MARTINS. J.de S., *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981,186p.

MASSARDIER G, BONNAL P, SABOURIN E. Les politiques territoriales au Brésil: expérimentations, hybridations et limites in : *Les premières rencontres franco-brésiliennes en sciences humaines et sociales 3-5 /11/2010*, São Paulo, - s.l. : s.n., 2010

MEDAETS J. P. ; MEDEIROS J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In *XLII Congresso da SOBER*, 2004. 15p

MAUSS, M . *Ensaio sobre a Dádiva*, In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify, [1924] 2003

MENEZES, M A deA reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato, in MARTINS. P H & CAMPOS B C, *Polifonia do Dom*, Recife: Ed. Ufpe, 2006. p 209-234

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. MDA -

Brasília, Brasil, 2005.

OLIVEIRA LIMA, M de S, DUQUE G. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano, *XXIV Reunião Brasileira de Antropologia*, Olin-da, 2004, 20p.

PLOEG J D V der *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization* London: Sterling, Earthscan, 2008. 356p.

POLANYI Karl, *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris : Gallimard, [1944] 1983, 420p.

POLANYI K, ARENSBERG C (dir) *Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory*, New York: The Free Press. 1957

RADOMSKY G. F W, SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, n°22, 2007, pp 249-284

SABOURIN E, Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes, Revista de Ciências Sociais*, n°20, 1999: 56-64, C Grande

SABOURIN E, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo, Revista de Ciências Sociais* v 7, 2004 (7) : 75-104, Aracaju.

SABOURIN E; DUQUE G, DINIZ, PC, OLIVEIRA L M do S, FLORENTINO L Re-conhecimento público dos atores coletivos da

- agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 22, 2005: 293-307, Brasília
- SABOURIN E, Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in SCHNEIDER S (org.) *A diversidade agricultura familiar*, UFRGS, Porto Alegre, 2006, pp 108 -132
- SABOURIN E, Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. *Sociedade e Estado.*, set./dez. 2007, vol.22, n°.3, p.715-751, Brasília.
- SABOURIN E. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in *Lusotopie*, n° 15, vol 2, 2008, pp 231-234 Bordeaux
- SABOURIN E, *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009
- SABOURIN E. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste. *Cadernos do CRH*, v 23, N° 58, jan/abr 2010, pp 5-18, Salvador 2010a.
- SABOURIN E. Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais, *Raízes, Revista de Ciências Sociais*, n°28 vol 1-2, n°29 vol 1.: 2010b, 154-165, Campina Grande
- SABOURIN E. *Organizações e sociedades camponesas, uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011a. 302p.
- SABOURIN, E. Neo-patrimonialismo e populismo: uma leitura pela reciprocidade, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol.5, no 1/ 2011b, p1-15
- SABOURIN, E. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista, *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 19, n°1/2011c, pp 5-29, Rio de Janeiro
- SABOURIN E , POCCARD R. *Inovações rurais, coordenação dos agricultores e apoio das políticas públicas na Transamazônica : os instrumentos de eco-condicionalidade*, Montpellier, Belém, Cirad, Embrapa. 2010, 8p.
- SABOURIN E; RODRIGUES J.A. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT, in Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163, Volume 2 . Projeto Diálogos (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, 2009. pp 45-81
- SCHNEIDER S.; SILVA, M K; MORUZZI M P E. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 252p Série Estudos Rurais..
- SCOTT J. Everyday forms of peasant resistance. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2 : 1986. 5-35
- SCOTT J, *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press. 1976.
- SENAES, *Sistema Nacional de Comercio Justo e solidário*, 2008 [http://www.mte.gov.br/economia/programas/programa\\_cooperativismo/programa\\_cooperativismo.asp](http://www.mte.gov.br/economia/programas/programa_cooperativismo/programa_cooperativismo.asp)

TEMPLE D ; CHABAL M., *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*, Paris : l'Harmattan, 1995, 263p.

TEMPLE D, *L'économie humaine* *Revue du MAUSS* n°10, (1) 1997:103-109, Paris

TEMPLE D. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) 1998: 234-242, Paris.

TEMPLE D., *Teoría de la Reciprocidad*. La Paz : PADEP/ GTZ, 2003, 3 Tomos

TEMPLE D. *Ideología marxista y teoría moderna de la reciprocidad : Crítica de las tesis de Álvaro García Linera*, 2010, 147 p. <http://www.politicaparabolivia.com/?p=163>

THOMPSON, E. P., *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, *Past and Present* 50, n°. Feb., 1971, trad. en français "L'économie morale de la foule dans l'Angleterre du XVIIIe siècle", in F. Gauthier, G.R. Ikni éd., *La Guerre du blé au XVIIIe siècle*, Paris, Ed. de la Passion, 1988 pp. 31-92.

TONNEAU, J.P.; SABOURIN. E. *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, Serie Estudos Rurais, 2007, 327p

WANDERLEY M N B, *Um percurso na sociologia rural: textos escolhidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Serie Estudos Rurais. 2009. 200p.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## MÍDIA E MUDANÇA CLIMÁTICA: A COBERTURA DE VEJA E CARTACAPITAL SOBRE A COP - 15

Joana Araújo Maria, Doris Sayago

### RESUMO

O presente trabalho analisa as questões da mudança climática e ambiental na mídia brasileira a partir das coberturas das revistas Veja e CartaCapital sobre a 15<sup>o</sup> Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), sediada em Copenhague, em dezembro de 2009. Adotou-se uma metodologia de análise de conteúdo, buscando avaliar: a) a incidência e frequência do tema mudança climática (MC) e Conferência das Partes (COP-15) no universo amostral; b) o teor do discurso midiático acerca da MC e da COP-15; c) as diferenças entre os enquadramentos feitos pelas revistas citadas. A CartaCapital apresentou uma cobertura mais aprofundada sobre o tema MC, situando a discussão no debate amplo sobre desenvolvimento sustentável. Já a revista Veja promoveu uma cobertura mais superficial e com predomínio de notas pontuais sobre o evento COP-15.

**Palavras-chave:** Mídia, mudança climática, desenvolvimento sustentável

## MEDIA AND CLIMATE CHANGES: VEJA AND CARTACAPITAL COVERAGES ON THE XV CONFERENCE OF PARTIES

### ABSTRACT

This paper examines the climate and environmental issues in the Brazilian media. It is done concerning Veja's and CartaCapital's coverage of the 15th Conference of Parties (COP-15) of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), headquartered in Copenhagen in December 2009. We adopted the methodology of content analysis, in order to evaluate: a) the incidence and frequency of the theme Climate Change (CC) and Conference of Parties (COP-15) in the sampled universe; b) the content of the media discourse about the CC and the COP-15; c) the differences in the two magazines's framing. CartaCapital presented a more thorough coverage on the subject CC, setting the discussion within a broader debate on sustainable development. Veja, in the other hand, promoted a more superficial coverage with mostly specific notes about the COP-15.

**Key words:** Media, climate change, sustainable development

---

Joana Araújo Maria. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) joanaunb@hotmail.com. Doris Sayago. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, CDS/UnB. E-mail: doris.sayago@gmail.com

---

## INTRODUÇÃO

As alterações no clima representam graves consequências para os sistemas socioeconômicos e naturais e têm estado presentes no discurso de diversos atores sociais. Ademais, a mudança climática (MC) suscita reflexões sobre as três esferas apreciadas pelo desenvolvimento sustentável (DS): social, econômica e ambiental. Quanto à justiça social, a MC trará maiores danos justamente às nações menos responsáveis pelo fenômeno e com menor capacidade adaptativa. Quanto à esfera ecológica, traz inestimáveis perdas na biodiversidade, com a extinção de espécies e mudanças irreversíveis de alguns sistemas ecológicos que não se adaptam ao ritmo acelerado das mudanças. Afeta também o sistema econômico, uma vez que prejudica setores produtivos e exigem maciços investimentos em adaptação e mitigação (IPCC *et al.*, 2007).

As problemáticas advindas deste fenômeno lançam desafios para além das fronteiras nacionais e exigem uma atuação conjunta, colaborativa e em escala global. Ao tratar de MC, é imperativo que se leve em conta o contexto internacional. O principal palco de debate neste contexto é a Conferência das Partes (COP) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC).

A CQNUMC foi criada em 1992, visando atender a demanda de um tratado internacional necessário para lidar com um problema essencialmente global. Seu objetivo está expresso no seu Artigo 2º e trata justamente da busca por modificar os padrões de emissão de gases de efeito estufa (GEE) e reduzir uma perigosa interferência humana no sistema climático global. A busca por redução de emissões parte do reconhecimento de que a interferência hu-

mana no sistema climático resulta em um aumento das temperaturas que pode ser nocivo aos ecossistemas e à humanidade. À Conferência das Partes (COP) cabe adotar as medidas necessárias para implementação dos objetivos nos termos da Convenção.

A primeira COP acontece em Berlim (Alemanha) em 1995, como resposta à necessidade de pensar alternativas e estabelecer metas de redução nas emissões GEE (CAVALHEIRO; LACASTA, 2001). Das Conferências em questão, algumas ganharam maior destaque em face de suas resoluções, de discussões mais polêmicas, de novas descobertas científicas e do contexto em que estão inseridas.

No ano de 2009, o encontro em Copenhague (COP-15) gerou enorme mobilização e expectativas. Alguns elementos que o distinguem são: a marcante presença dos principais líderes mundiais, da sociedade civil e da imprensa e as altas expectativas para fechamento de acordos, previstos desde o encontro de Bali, em 2007. Ademais, apesar da falta de consenso, o encontro marca uma mudança de paradigma no envolvimento de alguns países. Como exemplo, temos EUA e China que, a despeito das altas emissões, se negavam a estipular metas de mitigação e em Copenhague passam a ter uma postura mais aberta. Apesar de não ser legalmente vinculante, a proposta de corte de emissões no Acordo de Copenhague envolve países que anteriormente vetavam (EUA, China, Brasil, Índia) o estabelecimento de metas ou cortes em suas emissões. Essa pode ser entendida como uma mudança paradigmática, uma conquista política. Como reforça Abranches (2010, p. 279), “em política, a operação mais difícil parece enganosamente simples e parca: parar de dizer não, de vetar, e passar a dizer sim, aderir à nova ideia.”

Tendo em vista esse cenário, entende-se o evento COP-15 como um divisor de águas que marca um novo momento na esfera das negociações internacionais. Ademais, o alto envolvimento de outras esferas da sociedade (como mídia, ONGs, sociedade civil), deu uma visibilidade maior ao evento. Dada as altas expectativas e as peculiaridades deste encontro, a cobertura midiática foi excepcional na COP-15 e seu estudo pode colaborar ao demonstrar tanto as representações do discurso midiático acerca do tema quanto o contexto político global e os interesses envolvidos na questão da mudança climática.

Outro fator importante é o papel da mídia na visibilidade crescente do tema MC. A mídia ocupa um espaço central na vida moderna, é onipresente e um dos meios mais importantes que utilizamos para compreender o mundo, partilhar e produzir significados (SILVERSTONE, 2005, p. 17). A comunicação moderna traz novas formas de interação social e de exercer o poder. Com advento de novas técnicas, a noção de tempo e espaço é reestruturada tornando possível a interação mediada entre diferentes locais, antes inviável. A mídia e os novos modelos de comunicação transformaram a própria “natureza da produção e do intercâmbio simbólico no mundo moderno”, de modo que a mídia é um elemento estruturante da realidade contemporânea (THOMPSON, 2002, p. 19)

Dada a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas, julgou-se importante entender o papel da mídia no processo de noticiar, representar e conferir mais atenção à questão ambiental (THOMPSON, 2002). Entende-se a mídia como espaço que reforça os temas a serem discutidos e estabelece agendas no cenário político (ANDI, 2009).

Uma vez que os veículos de informação optam por publicizar, ou não, determinados assuntos, eles influenciam práticas sociais. Os produtos dos mass media tornam-se representações sociais e influenciam a forma de apreender a realidade, os temas em evidência e a forma de agir no mundo (BORGES, 2010; FLAUSINO, 2001). O discurso midiático, ao mesmo tempo em que deriva da realidade, também a constitui.

Assim, o processo de noticiar um evento como a COP-15 pode nos fornecer indícios sobre os enquadramentos dados à questão ambiental pela sociedade e, em particular, pela mídia. Afinal, a comunicação é um processo político e coletivo de construção de sentido, na qual se disputa a possibilidade de significar a realidade e indicar os horizontes de expectativas (DISPENSA; BRULLE, 2003, p. 78).

Por fim, outro fator que orientou a escolha por trabalhar com o discurso midiático sobre MC e DS remete ao fato deste último situar-se ainda em um campo de disputa de interesses. O termo DS é marcadamente maleável e compreendido diferentemente por grupos sociais, segundo seus interesses. A forma como esses temas são tratados e veiculados reflete diferentes posicionamentos e interesses dentro deste embate. Deste modo, o que é dito sobre MC e o amadurecimento do tema frente à mídia e à opinião pública podem evidenciar os interesses postos em xeque e o lugar de fala dos atores nessa disputa.

Por ser um campo em disputa, a aceitação do discurso sobre desenvolvimento sustentável passa pela aceitação de novos paradigmas e revisão de comportamentos (SACHS, 2004; SEN, 2000; VEIGA, 2008). Entende-se que há uma possível banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, que deriva de sua ma-

leabilidade conceitual e das diferentes maneiras como ele é apreendido por grupos/atores sociais, segundo distintos interesses.

Alguns autores apontam para o fato do discurso do desenvolvimento sustentável legitimar-se como padrão social, mas não ser absorvido no íntimo pelas pessoas em suas práticas sociais. Na medida em que o discurso sobre a sustentabilidade torna-se gradualmente mais aceito e corrente, passa a ser interessante adotar tal discurso tendo em vista potenciais lucros simbólicos e aprovação social. Como argumentam Fonseca e Bursztyn (2007),

Ter o discurso ambientalista como norma social, passível de gerar lucro simbólico ou prejuízo simbólico, possibilita que o fato de dizer-se “ambientalmente correto” possa ser uma estratégia de determinados atores sociais, visando posições socialmente (e economicamente) vantajosas (p.172).

Nessa construção do discurso a favor da sustentabilidade, a imprensa tem um papel importante, principalmente no que tange a sua influência na produção e transmissão destas formas simbólicas. Os sistemas simbólicos podem ser entendidos como formas de significar e entender o mundo e são um importante elemento de integração social (BOURDIEU, 2010; THOMPSON, 2002). O poder simbólico precisa ser considerado no processo de implementação de um outro discurso ou na busca por intervir nos acontecimentos no meio social. Sendo, a mídia responsável pela distribuição massiva de construções simbólicas, é necessário relacionar a cobertura midiática com seu poder de influenciar a transmissão de novos paradigmas, tais como os propalados pelo desenvolvi-

mento sustentável.

O discurso midiático é importante nesse processo de consolidação e legitimação de um novo discurso e, por conseguinte, na implementação de mudanças sociais. Analisar a forma como a mídia entende e discute o tema é uma forma de perceber sua prática discursiva e seu papel na legitimação de preceitos voltados à sustentabilidade. As representações sobre o desenvolvimento sustentável fazem parte de uma disputa de diferentes interesses sobre sua conceituação e a postura da imprensa tem o papel fundamental nesta arena.

## 1. OBJETIVO

Considerando os elementos acima expostos, o objetivo do presente trabalho é analisar a cobertura jornalística de duas revistas semanais (*Veja e CartaCapital*) sobre a 15<sup>a</sup> Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), sediada em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro de 2009. O intuito é entender a representação da questão ambiental e do desenvolvimento, a partir da cobertura sobre a questão climática. Na análise das matérias que tratam de MC serão considerados fatores como: a) incidência e frequência do tema MC e COP-15 no universo amostral; b) o teor do discurso midiático acerca das MC e da Conferência em questão; e c) as diferenças de enquadramento temático entre as duas revistas.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

A escolha de *Veja e CartaCapital* se deve ao fato de ambas serem revistas de informação

imprensa semanais, serem representativas da grande imprensa e terem orientações políticas e perfil jornalístico distintos. Entende-se que as revistas são satisfatoriamente ilustrativas de um público leitor abrangente e com visões de mundo distintas, o que aumenta a riqueza em uma análise comparativa.

Ambas as revistas podem ser classificadas como de grande imprensa, em termos de sua ampla tiragem e alcance. A revista *Veja* é a revista de informações semanais de maior abrangência no país. Teve circulação líquida média de 1.074.156 no ano de 2011, sendo, a maior parte, de assinantes (totalizando 922.421 média de assinaturas para o mesmo ano). Seus leitores pertencem majoritariamente às classes sociais A (23%) e B (49%) e se localizam principalmente na região sudeste (58%).<sup>1</sup>

A revista *CartaCapital* tem uma menor circulação média (85.000 exemplares)<sup>2</sup>, contudo, com um público alvo próximo ao da revista *Veja*. Ambas têm como público leitor, em sua maior parte, as classes média ou alta e também concentrados na região sudeste (no caso da *CartaCapital*, 46%).<sup>3</sup>

Para entender o perfil da cobertura das revistas ao longo do período de um ano escolhido, adotou-se a análise de conteúdo. Este método atualmente se manifesta de forma híbrida, “entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais”, e representa uma boa alternativa para alcançar resultados pertinentes nas pesquisas em comunicação (JUNIOR et al., 2009, p. 285). Tendências atuais de análise de conteúdo transcendem o caráter excessivamente numérico-estatístico, reconhecendo que

qualquer análise quantitativa é a expressão numérica de uma escolha (JUNIOR et al., 2009, p. 285; NEUENDORF, 2007, p. 14). Podem-se listar três usos mais correntes associados à análise de conteúdo: descritivo, teste de hipóteses e facilitador de inferências (NEUENDORF, 2007, p. 52).

A proposta da análise do conteúdo no presente trabalho é de caráter mais descritivo, com intuito de identificar tendências na cobertura das revistas e suas potenciais influências na audiência. Um uso comum em pesquisas é a associação da análise de conteúdo a outros métodos (como estudos de audiência e opinião pública) que permitam inferências sobre o impacto da mensagem analisada (NEUENDORF, 2007, p. 55). Apesar de reconhecer a importância de se medir o impacto no público leitor, essa não foi uma opção factível com os demais objetivos do presente trabalho, sendo uma possibilidade para pesquisas futuras.

A fim de proceder a tal análise, foram selecionadas as edições impressas de *Veja* e *CartaCapital*. O escopo temporal foi o período de junho de 2009 a junho 2010, escolhido de modo a compreender as reuniões preparatórias que antecedem o encontro COP-15 e também avaliar a repercussão posterior ao encontro em Copenhague.

Inicialmente, foi feita uma primeira triagem das menções ao tema ‘mudança climática’, de forma ampla. A recorrência de menções ao tema foi de 41 casos em *Veja* e 101 em *CartaCapital*. Convém esclarecer que cada caso, unidade de análise, se refere a qualquer menção feita ao tema ao longo da edição, excluindo

1. Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>, acesso em 12/03/2012.

2. Ano de referência não disponível. Fonte: *CartaCapital* 2011.

3. *CartaCapital*, 2011.

apenas elementos em propaganda e índice. Portanto, a amostra é composta de artigos opinativos, colunas, carta de leitores, reportagens, notas simples, entrevistas e outras peças jornalísticas. A escolha por incorporar os variados tipos de recorrência (sejam de natureza opinativa, informativa ou argumentativa) atende aos objetivos da pesquisa, que procura entender de forma ampla qual a repercussão e o tipo de cobertura predominante em parte da imprensa brasileira. Portanto, incluir peças jornalísticas de naturezas distintas pode demonstrar, por exemplo, se na cobertura das revistas predominaram discussões mais pontuais (em notas de caráter informativo), opinativas (com de entrevista ou artigos de colonistas) ou ainda argumentativas (com reportagens).

Depois de feita a primeira seleção, efetuou-se uma segunda triagem a fim de analisar apenas as matérias que tinham MC como tema principal. Essa medida se mostrou necessária, já que um grande número de ocorrências aconteceu de forma pontual, sem discussão alguma sobre o tema. Mais da metade dos casos foram desconsiderados, restando apenas 56 dentre os 142 casos. A análise em questão foi feita a partir dessa amostra de 56 casos, que foram devidamente classificados.

A análise de conteúdo seguiu os seguintes procedimentos: triagem; criação de um Formulário de Codificação; classificação das 56 peças jornalísticas segundo este formulário; tabulação das informações classificadas no SPSS<sup>4</sup> e análise dos resultados.

Por fim, a classificação das peças jornalísticas selecionadas considerou características gerais do texto e também de conteúdo. Foram levados em conta: localização na revista

(capa, coluna semanal, entrevista etc); tipo (artigo de opinião, nota, reportagem); número de páginas; e elementos visuais (predominância de texto ou figura e tipos de ilustração); o enquadramento temático (geopolítico, ambiental, científico, econômico e outros); avaliação e expectativas sobre a COP-15; presença de argumentos dos céticos; o enfoque em mitigação e/ou adaptação; tipos de impactos e soluções aventadas; quais as vozes e interlocutores da reportagem e qual a noção de meio ambiente subjacente.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

As revistas diferem bastante, tanto na estrutura da cobertura, quanto no conteúdo noticiado, com alguns poucos pontos de convergência. Uma primeira diferença entre as coberturas de *Veja* e *CartaCapital* está na incidência do tema. Dentre os 56 casos analisados, a revista *CartaCapital* apresentou um número maior de recorrências, com pouco mais do que o dobro de casos do que a revista *Veja* (38 e 18, respectivamente).

Além da incidência do tema, um ponto importante a ser considerado é o tipo de espaço destinado a cada caso (peça jornalística), já que a importância de cada unidade de análise pode variar. Uma reportagem de cinco páginas ou uma nota de poucas linhas contam como um caso, mas claramente têm importância distinta.

4. SPSS – Statistical Package for the Social Science: software para análises estatísticas escolhido pela possibilidade de cruzar dados e estabelecer relações entre variáveis no banco de dados construído.

Para considerar a relevância de cada unidade de análise, foram considerados: o número de páginas ou espaço da fração na página (para aquelas de menos de uma página), o tipo (nota/reportagem/opinião) e a seção em que se encontra cada um dos 56 casos.

Verifica-se uma cobertura consideravelmente mais aprofundada por parte da revista *CartaCapital*. Além de ter uma incidência maior (compondo 68% da amostra de 56 casos), em sua cobertura predominam reportagens mais longas e com análise mais detida.

Em *CartaCapital*, quase metade dos casos (47,37%) ocupam mais de duas páginas. Distintamente, em *Veja*, prevalece uma cobertura mais pontual, como menor espaço para discussão. Em *Veja*, verifica-se 13 das 18 ocorrências como frações de página, o que equivale a 72,2% da amostra da revista. Cabe ainda ressaltar que neste grupo de 13 casos, a maior parte (84,6%) é composta por pequenas frações que ocupam menos do que 10% do espaço de uma página.

O diminuto espaço destinado ao tema é reforçado também pelos tipos de recorrência em cada uma das revistas. Conforme demonstrado no Gráfico 1, as revistas têm tipos de recorrência bastante distintos. Enquanto em *CartaCapital* predominam as peças jornalísticas classificadas como reportagens, em *Veja* uma parcela significativa dos casos (38,9%) são notas, cuja principal característica é o pequeno espaço de discussão ou análise do tema.

Quanto à composição da cobertura, a revista *CartaCapital* apresentou uma tendência a uma cobertura mais aprofundada, marcada por reportagens mais analíticas e longas do que as da revista *Veja*. Além das diferenças do espaço destinado ao tema, as revistas adotam também abordagens e conteúdos marcadamente distintos.

### 3.2. CONTEÚDO E ENQUADRAMENTO

O perfil da cobertura das revistas varia bastante e o enquadramento dado ao tema ‘mudança climática’ é um exemplo disso (Gráfico 2). É possível perceber uma orientação para uma cobertura mais de acordo com seu público leitor. Ao compararmos os enquadramentos com os interesses do público leitor de cada uma das revistas, percebemos uma forte consonância entre estes fatores.



Gráfico 1- Tipo da peça jornalística por revista  
Fonte: Elaboração própria

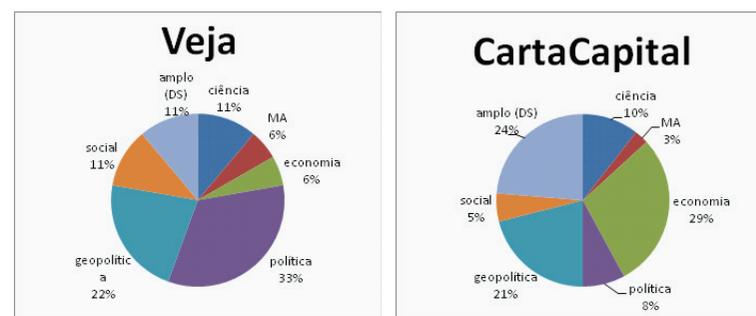


Gráfico 2- Enquadramento temático da amostra em *Veja* e *CartaCapital*  
Fonte: Elaboração própria  
Legenda: MA (meio ambiente) e DS (desenvolvimento sustentável)

Em *CartaCapital*, por exemplo, uma parte significativa dos casos estão inseridos em um enquadramento econômico (29%), viés minoritário na cobertura de *Veja* (6%). Há uma predominância em *Veja* da discussão da política interna (inserida no enquadramento intitulado *política*). Contudo, cabe ressaltar que uma parcela significativa dos casos de política interna é composta por notas, nas quais são noticiadas a possível ausência do presidente Lula no encontro em Copenhague, a ida de José Serra ao evento e outras notas pontuais. Um dos possíveis fatores de influência foi o período pré-eleitoral no Brasil, que acabou orientando parte da cobertura sobre a COP-15. Algumas reportagens, portanto, se situam (explícita ou implicitamente) na disputa entre os então possíveis candidatos à presidência: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Ademais, a presença ou ausência desses atores no encontro em Copenhague foi discutida de forma personalista, não inseridas em um debate político ou de projetos.

Outro elemento que merece ser analisado é a baixa incidência de reportagens ou comentários com orientação predominantemente ambiental. Os 6% em *Veja* e 3% em *CartaCapital* correspondem, na realidade, a apenas uma recorrência de cada revista que foi centrada na esfera ambiental da mudança climática (uma carta de leitor em *Veja* e uma reportagem em *CartaCapital*). A questão ambiental, portanto, está quase sempre situada em outras discussões (política, tecnológica, econômica), em abordagens mais voltadas para outras esferas. Os impactos da mudança climática, por exemplo, são raramente citados em termos de distúrbios ecossistêmicos. Os distúrbios ambientais advindos do problema climático são tratados sob um viés antropocêntrico, em termos de prejuízo às

funções ambientais relevantes à humanidade. O equilíbrio ambiental, não considerado em seu valor intrínseco, é representado por ambas as revistas de forma funcionalista, secundária e satélite às questões sociais.

### 3.2.1. A COP-15

É possível perceber que o evento COP-15 marcou a cobertura no período analisado, influenciando uma postura mais atenta ao tema mudança climática por parte da mídia. Na amostra selecionada, a maior parte das discussões sobre mudança climática menciona o evento em Copenhague (66,7% em *Veja* e 65,8% em *CartaCapital*).

Conforme demonstra o Gráfico 3, abaixo, a maior parte das ocorrências acontece antes ou durante o período do evento, com uma tendência à queda da cobertura após o evento.

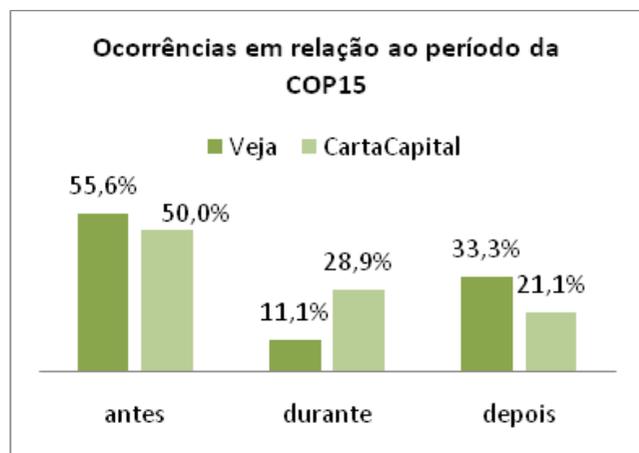


Gráfico 3- Ocorrências de menções ao tema MC em relação ao período da COP-15

Fonte: Elaboração própria

Um elemento interessante é a diferença na cobertura de *CartaCapital* e *Veja* no que

tange a COP em si. Dentre as matérias que mencionam a COP-15 (12 em *Veja* e 25 em *CartaCapital*), a Conferência aparece como tema principal na maior parte das recorrências em *Veja* (91,7% dos casos), mas não em *CartaCapital* (com apenas 32% dos casos). Essa característica expressa uma tendência, que a *CartaCapital* demonstrou, em tratar a questão climática de forma mais ampla, aproveitando a oportunidade trazida pela COP-15 para discutir de forma mais vasta a questão climática e ambiental. A cobertura de *Veja*, por sua vez, foi visivelmente influenciada pelo acontecimento COP-15 e o tema mudança climática foi tratado majoritariamente em reportagens específicas sobre o encontro em Copenhague.

Pode-se dizer que, conforme esperado, a COP-15 influenciou a cobertura das duas revistas sobre o tema mudança climática. O encontro em Copenhague se mostrou uma janela de oportunidade para debater o tema na esfera pública, principalmente em virtude do seu destaque nos veículos de imprensa tanto nacionais quanto internacionais (ABRANCHES, 2010). Contudo, após o evento, houve uma queda na cobertura, que esteve focada nas expectativas, mas explorou pouco os resultados da Conferência.

### 3.2.2. MUDANÇA CLIMÁTICA

Sobre a mudança climática, de modo mais geral, dois aspectos se destacam na cober-

tura das revistas: a) o debate sobre a existência ou não do fenômeno e b) a ênfase dada à mitigação em detrimento da adaptação.

Em relação à polêmica sobre a existência do fenômeno, é interessante comparar *CartaCapital* e *Veja*, principalmente porque, neste quesito, houve a maior dissonância entre as revistas. Enquanto *CartaCapital* reafirma constantemente a existência do fenômeno e/ou suas causas antropogênicas, *Veja* dedica um espaço considerável de sua cobertura levantando dúvidas e se aproximando do discurso dos céticos.<sup>5</sup>

Nas edições de 24 de fevereiro de 2010, por exemplo, as revistas trazem matérias diametralmente opostas sobre o tema. A revista *Veja* (edição 2153) traz a matéria “O dogma derrete antes das geleiras” argumentando que “os céticos devem ser levados a sério” tendo em vista “manipulações e fraudes nos relatórios climáticos” fazendo inferência ao caso dos polêmicos e-mails de alguns cientistas integrantes do IPCC (pesquisadores da Universidade de East Anglia) que foram interceptados e divulgados na internet.<sup>6</sup> Nesta matéria, a tese sobre a existência da mudança climática é contestada de forma veemente, com expressões como “fervor fanático e doutrinário pelas conclusões pessimistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)”, “doutrina do aquecimento global” e “sumo sacerdote do dogma da mudança climática” para se referir ao climatologista Phil Jones. Em contrapartida,

5. Cabe esclarecer que o emprego do termo ‘cético’ neste trabalho será feito para designar grupos críticos à existência do fenômeno e/ou de suas causas antropogênicas. Apesar do termo poder ser associado a um entendimento pejorativo, optou-se por sua utilização tendo em vista que é uma das formas recorrentes na literatura sobre o tema e também na representação da imprensa sobre tal grupo. Portanto, o emprego do termo ‘cético’ não está imbuído de qualquer conotação depreciativa, atendendo apenas a critérios didáticos.

6. Para mais informações sobre esse evento, ver Abranches (2010), onde o autor faz um retrospecto sobre esse acontecimento, discutindo mais em detalhes o conteúdo dos e-mails e os atores envolvidos no caso.

na mesma semana, em sua edição 584, a revista *CartaCapital* traz a matéria “O aquecimento global é fato”, na qual reafirma-se a existência do fenômeno, suas causas antropogênicas e expõe os interesses subjacentes na negação do fenômeno, como o lobby do petróleo.

O tema existência da mudança climática foi pauta explícita de 7 casos em *CartaCapital* e de 7 casos em *Veja*. Em 6 dos 7 casos de *CartaCapital*, o intuito foi contrapor argumentos céticos, reafirmando a existência do fenômeno. Em *Veja*, testemunha-se justamente o contrário, com 5 dos 7 casos reafirmando a postura cética.

Em *Veja*, a maior parte das ocorrências negando a mudança climática pode ser atribuída a outros autores, com predominância de textos opinativos. É importante diferenciar os textos opinativos das demais peças jornalísticas. Afinal, apresentar um tema mais polêmico a partir de textos opinativos (como carta de leitores) assegura à revista uma posição estrategicamente mais neutra. A revista *CartaCapital* conduz a discussão desse tema de forma mais explícita, em seu editorial e em reportagens, sendo clara sua posição em relação à possíveis polêmicas sobre MC.

Apesar das diferenças, ambas revistas têm um ponto em comum: a ênfase dada à mitigação em detrimento da discussão sobre a adaptação à mudança climática. Em ambas revistas, predomina o enfoque sob a mitigação, entretanto, *CartaCapital* se destaca por discutir o tema adaptação mais a fundo. Nos dois casos de *Veja* em que a adaptação foi citada, pode-se dizer que o foi de forma secundária. Já em *CartaCapital*, houve reportagens com enfoque

exclusivo nos impactos da mudança climática, principalmente considerando as diferentes capacidades adaptativas entre países.<sup>7</sup>

Essa tendência de predomínio do tema adaptação em *CartaCapital* é uma das hipóteses que foi confirmada. Tendo em vista que o tema adaptação está mais diretamente relacionado com problemas de justiça social e pobreza, esperava-se uma cobertura mais atenta a estes aspectos por parte desta revista. É notória a orientação política mais à esquerda, de *CartaCapital*, com prevalência de temas críticos à pobreza e desigualdades sociais. As quatro reportagens que trataram de adaptação estão em consonância com tal perfil. Duas delas (“As maiores vítimas” e “Os ricos têm grana, os pobres, pressa”) tiveram o enquadramento predominantemente social, discutindo, sobretudo, a diferença de vulnerabilidade entre países e o problema da pobreza no contexto da mudança climática.

Cabe lembrar que a prevalência da mitigação à adaptação é um padrão recorrente não apenas na mídia ou nos veículos de comunicação escolhidos, mas também nas discussões científicas e (geo)políticas sobre o tema (HUQ; REID, 2004; SCHIPPER, 2006). Apesar de mitigação e adaptação estarem conectadas, ambas as respostas tendem a ser tratadas separadamente. Inicialmente, o próprio IPCC não tinha o GT-II, voltado para adaptação, sendo este criado somente a partir do segundo relatório, em 1995. No ano de 2001, o tema ganha destaque, com o 3º Relatório (TAR). Este documento conceitua adaptação e também chama atenção para o fato de que, a despeito das reduções de

7. As quatro reportagens de *CartaCapital* em que se discutiu mais a fundo a adaptação foram: “As maiores vítimas” (Ed.565), “A fatura não é só dos ricos” (Ed.567), “Os ricos têm grana, os pobres, pressa” (Ed.576) e “O aquecimento global é fato” (Ed. 584)

emissão, alguns graus de impactos seriam inevitáveis (SCHIPPER, 2006).

No cenário político, a adaptação também passa ao largo na preocupação e implementação de políticas públicas. O caso brasileiro é um bom exemplo. O decreto que regulamenta a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) em nenhum momento tece considerações sobre medidas adaptativas, sendo as metas exclusivamente de redução de emissões.<sup>8</sup> Apesar de ser mencionada na PNMC e no Decreto 7.390, a adaptação é claramente um elemento em segundo plano, se não tacitamente negligenciada. No decreto, a palavra adaptação aparece uma única vez no Artigo 2º e apenas para fazer menção aos Artigos 6º e 11º da PNMC. Os referidos artigos da Política tratam dos instrumentos da PNMC e dos Planos Setoriais, nos quais a mitigação aparece de forma evidente em primeiro plano.

Torna-se cada vez mais evidente à cientistas e políticos que algum grau de impacto é inevitável e a adaptação se faz necessária. A insistência sobre tal importância vem, sobretudo, por parte de agências de desenvolvimento e por parte de países mais vulneráveis (como as pequenas ilhas), que estão dentre os mais afetados pelo problema (HUQ; REID, 2004).

Por fim, é importante perceber que a predominância da mitigação frente à adaptação, de certo modo obscurece um ponto importante no âmbito da mudança climática: a desigualdade entre países. O debate sobre adaptação passa necessariamente pela discussão de elementos como impactos, vulnerabilidades e capacidades adaptativas. Esses elementos, por sua vez, não

podem ser dissociados de um debate sobre a pobreza, haja vista sua centralidade na constituição da vulnerabilidade de países e comunidades.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme esperado, a cobertura entre as revistas variou bastante, sendo a revista *Veja* mais voltada para notas e comentários pontuais e a de *CartaCapital* com reportagens mais consistentes, em termos de análise do problema. Esta última também se destacou na discussão sobre injustiça social, com mais reportagens sobre adaptação e desigualdade entre países. A revista *Veja*, por sua vez, tem como enfoque a mitigação, discutindo soluções do problema, que, em geral, estão relacionados com uma orientação de otimismo tecnológico.

A *Veja* e a *CartaCapital* apresentam leituras sobre os problemas e suas soluções essencialmente distintas. Contudo, nenhuma das revistas discute mais a fundo a MC em termos estruturais, como uma crise do atual modelo de desenvolvimento ou com um enfoque mais voltado para a esfera ambiental. De um modo geral, a revista *Veja* está mais centrada em discussão sobre tecnologias limpa e outras soluções relacionadas com o otimismo tecnológico. A *CartaCapital*, por sua vez, discute mais a fundo questões sociais e de desenvolvimento, mas não parte de uma proposta de mudança estrutural ou mais radical do atual modelo. Há ênfase na diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da tentativa de concilia-

---

8. A Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) foi instituída em 29 de dezembro de 2009 pela Lei 12.187 e incorpora a proposta brasileira de redução de emissões apresentada em Copenhague. A PNMC é posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.390, de 9 de dezembro de 2010.

ção entre o atual modelo e propostas mais inclusivas e sustentáveis.

A representação de ambas as revistas sobre a questão climática é importante para entender também a leitura que é feita da questão ambiental, os problemas e soluções propostas. A busca de soluções para a questão ambiental passa pela construção coletiva do que deve ser solucionado e como a sociedade pretende fazê-lo. Essa definição faz parte de um processo político e em constante mutação, no qual a imprensa tem um papel central. Como conceito normativo, o desenvolvimento sustentável parte de significações situadas cultural e historicamente, de modo que a noção do que é desejável, desenvolvimento ou sustentabilidade, varia. Daí a importância de perceber a construção discursiva sobre o termo, pois as práticas sociais derivam primeiramente desta disputa conceitual.

Por fim, convém lembrar que boa parte dos estudos sobre mídia e MC têm por objeto a imprensa nos Estados Unidos e Europa, inclusive com vários estudos comparativos. Pesquisas relativas ao cenário brasileiro ainda são incipientes e estudos como esse possibilitam a criação de quadros comparativos entre a cobertura brasileira e a de outros países. Entende-se que a diferença entre os interesses de países deve se refletir também em uma diferença de cobertura da mídia. Dada as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito internacional, seria interessante, como próximo passo, promover a comparação entre suas imprensas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. **Copenhague: antes e depois.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ANDI. **Mudanças Climáticas na imprensa brasileira: uma análise de 50 jornais nos períodos: de julho de 2005 a junho de 2007/julho de 2007 a dezembro de 2008.** . Brasília: ANDI. , set 2009
- BORGES, S. Agendamento. **Conceitos de Comunicação e Política**, n. João Carlos Correia, Gil Baptista Ferreira, Paula do Espírito Santo, p. 137-144, abr 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CAVALHEIRO, G.; LACASTA, N. “As you know, I oppose the Kyoto Protocol”, ou como se deita um acordo internacional no lixo! (uma história em evolução). **Programa Ciência e Eficiência Energética.**, 2001.
- CARTACAPITAL. Redação da *CartaCapital*. Dados da revista. Mensagem recebida por faleconosco@cartacapital.com.br em 09/06/2011 [obtido via e-mail]
- DISPENSA, J. M.; BRULLE, R. J. Media’s social construction of environmental issues: focus on global warming - a comparative study. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 23, n. 10, p. 74 - 105, 1 out 2003.
- FLAUSINO, M. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade - cotidiano, imaginário e representações sociais. **Comunicação: discursos, práticas e tendências.** 1. ed. São Paulo, Brasília: Rideel, Uniceub, 2001.
- FONSECA, I.; BURSZTYN, M. **Mercadores de**

- moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & sociedade**, v. X, n. 2, p. 169-186, dez 2007.
- HUQ, S.; REID, H. Mainstreaming Adaptation in Development. **IDS bulletin**, v. 35, p. 15-21, 2004.
- IPCC; PACHAURI, R.; REISINGER, A. **Climate Change 2007: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. . Geneva, Switzerland: WMO, IPCC Secretariat. , 2007
- JUNIOR, W. C. DA F.; DUARTE, J.; BARROS, A. Análise de Conteúdo. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. 7. print. ed. Thousand Oaks Calif.: Sage, 2007.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHIPPER, E. Conceptual History of Adaptation in the UNFCCC Process. **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 15, n. 1, p. 82-92, 1 abr 2006.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** Tradução Milton Camargo Mota. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## E TINHA UMA ÍNDIA PURA NO COMEÇO DA FAMÍLIA: EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO EM TORNO DE CATEGORIAS IDENTITÁRIAS EM ALGUMAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA\*

Mércia Rejane Rangel Batista

### RESUMO

Partindo da discussão instaurada no âmbito de um projeto coletivo de pesquisa, buscamos recuperar, em termos históricos e antropológicos, como vem se constituindo a categoria *quilombola* no estado da Paraíba. Apropriamo-nos de alguns materiais de pesquisa gerados em condições distintas: produção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e exercícios etnográficos, tendo em vista a construção de dissertações de mestrado. Recuperamos a discussão realizada em torno do autorreconhecimento e a relação deste com um território. Através dos materiais etnográficos procuramos indicar que, se em alguns casos, a terra é um elemento aglutinador do próprio sentido da vida, capaz então de expressar uma história particular, em outros cenários, parece que estamos em situações mais complexas. Tratamos mais diretamente de duas comunidades quilombolas (Grilo e Pedra D'água) e, indiretamente, de outras três (Talhado Rural, Talhado Urbano e Monte São Sebastião). Por isso, ao nos depararmos em alguns relatos de moradores negros nas comunidades quilombolas sobre relações de origem, consanguinidade e aliança, envolvendo negros e índios, percebemos uma acentuação estratégica de alguns destes elementos em detrimento de outros.

**Palavras-chave:** categorias identitárias; comunidades quilombolas; etnografia

“AND THERE WERE A PURE INDIAN IN THE BEGINNING OF THE FAMILY”: ETHNOGRAPHIC AND ANALYTICAL EXERCISES AROUND IDENTITY CATEGORIES IN SOME QUILOMBOLA COMMUNITIES IN PARAIBA, BRAZIL

### ABSTRACT

Starting with the discussion instaurated in a collective research Project, we search to recover in historic and anthropologic terms the progressive constitution of the category of quilombola at the State of Paraíba, Brazil. We analyze Data which have been produced in different conditions: Technical Reports of Identification and Land Delimitation and ethnographic exercises done by Master Degree students. We recover the debate on self recognition and its relation to territory. Through the ethnographic material we search to indicate that if in some cases the land is a glue element of the life meaning, capable of expressing a particular history, in other settings it seems we are in more complex contexts. We focus more directly on two Quilombola communities (Grilo and Pedra d'Água) and only indirectly on three other ones (Talhado Rural, Talhado Urbano, Monte São Sebastião). Thus when we meet some narratives produced by individuals from the quilombola communities cited above on origin, blood binds and coalitions involving Black and Indian Peoples, we can observe the strategic accentuation of some of those elements in detriment of others.

**Keywords:** Identity categories; Quilombola communities; ethnography

---

Mércia Rejane Rangel Batista. PPGCS/UFPG.

---

\* A pesquisa de campo se fez com a participação de Luiz Rivadávia P. Almeida, Eulália Bezerra, Jordânia Araújo, Vanessa Souza, além de Germana Aguiar e Rommel Jorge. No caso dos quatro primeiros, as pesquisas redundaram em dissertações de mestrado. No caso de Aguiar, em uma monografia de graduação.

Raízes, v.31, n.2, jul-dez / 2011

## INTRODUÇÃO

A partir dos esforços envidados no curso de um projeto coletivo de pesquisa<sup>1</sup> sobre “os quilombos e o resgate dos seus direitos à terra”, nos propusemos a estudar a relação entre a emergência de comunidades quilombolas no estado da Paraíba e os processos de identificação de terra. O que se colocou para nós enquanto perspectiva de investigação foi a possibilidade de, escolhendo uma região e um caso inicial - Quilombo do Talhado, no município de Santa Luzia, no sertão paraibano - refletir sobre os modos pelos quais se vai constituindo a categoria de quilombolas no estado da Paraíba. Em certa medida, nos perguntamos como esses universos sociais foram “aderindo” à categoria remanescente de quilombo.

No escopo do projeto de pesquisa se propôs, então, uma reflexão que assumisse, enquanto problemática de investigação teórica e empírica, a emergência de novos atores políticos e a complexidade dos processos de transformação social no Brasil contemporâneo.

Na questão teórica, e no caso em tela, se propôs a noção de recomposição identitária, informada pelas preocupações sociológicas e antropológicas, com a dialética dos processos locais e não-locais e com as políticas de construção da identidade. Este conceito tem, portanto, relação com movimentos maiores dentro de Estados nacionais, com os novos ordenamen-

tos jurídicos nacionais latino-americanos, onde se encaixa a luta pelos chamados “direitos étnicos”<sup>2</sup>, direitos sociais, direitos trabalhistas.

Desde fins da década de 1960 se vem discutindo a natureza contrastiva e relacional da identidade étnica (BARTH, 1998; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Essa discussão consolida a crítica aos conceitos de assimilação e aculturação, posto que traz consigo a ideia de que as diferenças culturais podem permanecer, apesar dos contatos interétnicos e da interdependência dos grupos, e que as sociedades se distinguem mais pelo contato do que pelo isolamento. F. Barth (1997), insistindo em que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que a atravessam, diz acertadamente que as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. As fronteiras de que fala F. Barth são fronteiras sociais que podem, ou não, ter contrapartidas territoriais. A análise de situações concretas nos possibilita apreender os processos de construção de identidades e novos sujeitos políticos nos contextos rurais em estudo.

Nas últimas décadas, no caso brasileiro, há uma intensificação de processos reivindicativos (demandante de direitos) instaurados por populações rurais, com uma forte ênfase na questão territorial. Indicando aí um cenário de lutas e disputas concretas e simbólicas em torno da noção da identidade e do território ocupado ou percebido enquanto legítimo.

1. Projeto Políticas Públicas, Reconversões Produtivas e Recomposições Identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o mundo urbano. CNPq Edital 16/2008 Casadinho (UNICAMP/UFCG).

2. No caso do Brasil, em 1988, quando as lutas pela redemocratização do país desembocaram na Constituinte, ocasião em que também se comemorava os 100 anos de libertação dos escravos, foi criada a oportunidade política catalisada pelos movimentos negros e pelos intelectuais orgânicos no sentido de garantir o reconhecimento de direitos específicos a comunidades negras rurais com a inclusão do Art. 68, das Disposições Transitórias, que diz: Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Contudo, no campo de estudo da Sociologia e Antropologia, naquilo que diz respeito aos estudos que tinham o rural como o seu universo empírico, tais populações não eram percebidas, pois foram compreendidas como residuais, em vias de, ou mais adequadas a outros tipos de enfoques. É o caso de grupos indígenas vistos como acamponesados, aculturados ou assimilados. E é o que se configura nos final dos anos 1970, início dos anos 1980, como um desconforto diante de demandas instauradas na esfera política, gerando a tentativa de classificação/explicação de índios ressurgentes/emergentes.

É o caso também de grupos rurais negros, que passam a ser vistos e também a se enunciarem enquanto parte do conjunto classificado como “remanescentes de quilombos”. Estamos aqui diante da criação de novos sujeitos políticos, que, ao ‘emergirem’, impõem uma discussão, crítica e expansão no campo de estudos sobre populações rurais [ver no aspecto teórico e etnográfico Arruti (2006) e nas discussões sobre o poder enunciativo e performático do Estado Bourdieu, (2004)].

O Governo Federal, embasado no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da Constituição Federal de 1988, (*Aos remanescentes das Comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*) e Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, Art. 2º da CONVENÇÃO Nº169 da OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS, definiu como uma das prioridades do Plano Nacional de Reforma Agrária a regularização dos territórios quilombolas. Atribuição delegada ao INCRA pelo Decreto 4.887/03 e normatizada através da IN 20/INCRA/2005.

Quando das discussões que resultaram na promulgação do texto constitucional de 1988, desenhou-se o artigo 68 (ADCT – CF88), em que se insta o Estado ao reconhecimento e regularização das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo. Com a assinatura do convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), um grupo de antropólogos assumiu a tarefa de produção de laudos de identificação étnica e territorial. Se antes quilombo estava associado ao universo histórico ou se era uma categoria constituída pelo debate urbano de lideranças políticas, agora temos um cenário bastante diversificado, pois se trata de uma categoria de reconhecimento político e que corresponde a direitos diferenciados. Por essa razão, Almeida discute com profundidade as acepções contidas no termo e indica a pertinência da reflexão antropológica, que permite recuperá-la enquanto uma categoria de auto-atribuição, implicando processos distintos de territorialização (ver OLIVEIRA, 1998).

Desde então, temos nos deparado com um número crescente de estudos realizados em todo o país, quase sempre atendendo a uma demanda estatal, pois a necessidade de proceder à regularização fundiária de tais comunidades torna imprescindível a elaboração de relatórios antropológicos de regularização fundiária. Contudo, o exercício de trabalhos por encomenda não implica a ausência de exigências acadêmicas. Estamos diante de um cenário que nos permite investigar o que existe de antropologia nos relatórios encomendados pelo INCRA, do mesmo modo que já se indagou o que existira de antropologia nas perícias antropológicas (OLIVEIRA, 1994).

É importante para os pesquisadores, ao mesmo tempo em que se responde às deman-

das do movimento quilombola, refletir sobre os condicionantes impostos na produção de trabalhos antropológicos, permitindo uma conexão com o conjunto já constituído em outros Estados e regiões brasileiras com as pesquisas realizadas até agora.

No caso da Paraíba, a identificação e delimitação dos territórios constituem-se num dos maiores problemas para o INCRA/PB. Necessitou-se, portanto, contar com a experiência na área de pesquisa e produção de conhecimento antropológico, caso do corpo docente da área de antropologia da UFCG. Para tanto, elaborou-se três Relatórios Antropológicos (entre 2008 e 2009), tendo por base informações históricas, antropológicas, geográficas, ambientais e jurídicas que pudessem identificar territórios de comunidades remanescentes de Quilombos no estado. O trabalho consistiu em identificar a estruturação interna dos grupos e seus processos sociais interativos, utilizando, como parâmetro, as suas classificações e categorias de auto-identificação. Consistiu ainda em investigar como o território é pensado pelos grupos no presente, como resultado de sua relação com a sociedade envolvente.

As comunidades quilombolas, alvo dos esforços de pesquisa, foram indicadas pela Comissão Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba. Como é de conhecimento dos estudiosos desse campo, a construção de uma identidade coletiva vem imbricada à reivindicação do reconhecimento de direitos sobre uma terra de vida e trabalho. Contudo, especificamente, ao se proceder ao estudo no Quilombo Grilo (município de Riachão do Bacamarte, agreste paraibano) nos deparamos com um quadro absolutamente discrepante, pois os seus moradores não reivindicavam terra. Ao contrário, o que nós, no es-

forço da pesquisa, ouvimos, de modo insistente no início da mesma, era o contentamento de muitos com a chegada dos ‘benefícios’, de tal forma que ser quilombola é ser pobre e receber ‘ajuda’ do governo. O que nos impôs um esforço de pesquisa, de uma escuta mais cuidadosa, para compreender tais enunciados. Passemos então a descrever de modo sintético o universo desse exercício de pesquisa.

## 1. CENÁRIOS DA PESQUISA

O material e a reflexão que se apresenta nesse trabalho é fruto do relatório antropológico sobre o quilombo Grilo, sendo este material uma das peças documentais do Relatório de Identificação e Delimitação – RTID, dentre as outras confeccionadas pelos demais especialistas. Um dos primeiros e mais sérios problemas foi a proposta feita pelo INCRA de que todo o trabalho de pesquisa e redação do relatório pudessem ser feitos em seis meses, sendo este dividido em três etapas de trabalho com períodos equivalentes. A cada dois meses deveríamos encaminhar um relatório parcial e, ao final, o relatório conclusivo. Numa sequência inapelável, independente do desenvolvimento da pesquisa em si.

Desde o final da primeira etapa, tornou-se claro quão difícil era cumprir o calendário da pesquisa. Basicamente enfrentamos as dificuldades que surgiram com a ameaça sofrida pela liderança do quilombo. O cenário descrito era de desconfianças instauradas na região, em que era dito que os ‘negos iriam tomar a terra dos brancos’ e que ‘Paquinha<sup>3</sup> era a cabeça dessa história’. Ficou claro que a história vivida pelos moradores dessa localidade impunha um receio muito grande de qualquer ação que pudesse ser

3. Apelido pelo qual a liderança do Grilo é conhecida.

lida como ameaçadora. A liderança nos disse que tinha muito medo de ser morta e que percebia que para ‘os outros’ (referindo-se aí aos não-membros do Grilo) ela era a responsável pela chegada do INCRA e, conseqüentemente, a perda de terras. Fomos alertados pela equipe do INCRA que se deveria ter bastante cuidado ao se deslocar pela região, evitando a entrada em qualquer terra, pois isto poderia ser interpretado como uma invasão de uma propriedade privada, produzindo conseqüências no plano jurídico.

É importante chamar o leitor para uma reflexão sobre a condição do antropólogo em um processo de identificação e regularização fundiária de uma dita “comunidade de remanescentes de quilombo”. O tempo e as condições para a produção da pesquisa e do relatório são muito distintos daquele que, normalmente, se preceitua no campo acadêmico. Como realizar um relatório antropológico em meio aos reclamos de um grupo e as exigências administrativas e políticas? O momento da equipe de pesquisa nem sempre é o mesmo da comunidade quilombola. Ao mesmo tempo, fez-se necessário buscar ouvir aqueles que estavam dispostos a instaurar um diálogo mais reflexivo com a equipe de pesquisadores. Deparamo-nos com uma situação que exigiu da nossa parte uma busca de compreensão do cenário que se desenhava. Uma parte dos membros da dita comunidade Grilo revelaram uma grande dificuldade em participar mais diretamente da pesquisa, pois desde o começo se desenhou um cenário de medos e ameaças veladas. Como muitos dos participantes têm como única alternativa de vida na região o arrendamento da terra de um mesmo proprietário (isto é, os herdeiros de Américo Sobrinho), a situação foi percebida como de confronto e de riscos.

Qual estratégia etnográfica poderia se adotar? Realizamos algumas reuniões com os moradores do Grilo e discutimos a respeito do processo e do desejo manifestado por eles de obter o reconhecimento e a legalização da terra que se configura como sendo da comunidade. Tentamos perceber quais eram os elementos que articulavam a memória social desse grupo. Um dos elementos, que surgiu com alguma ênfase durante nossas conversas, é a relação com Pedra D’água, um local bastante destacado na memória dos moradores mais antigos. Outro elemento que se destacou, quando procuramos construir uma história da comunidade Grilo, é o momento da chegada e permanência no local que é percebido enquanto Grilo. De tal modo, que Grilo é o local que se configurou como a alternativa da condição de *assujeitamento*. No momento da entrega do relatório (junho de 2009), fomos capazes de destacar a genealogia e o modo de vida como elementos agregadores e norteadores de uma identidade étnica, o que indicaria a importância de outros elementos que poderiam ser abordados em condições distintas de pesquisa. Como estamos diante de um local que se configurou como sendo o de moradia e de alguma autonomia social há menos de 50 anos, a organização social parece indicar um processo de mudança e manutenção de um modo no qual uma família extensa ainda se faz presente, embora sofrendo movimentos contrários.

A estratégia de pesquisa que se adotou orientou-se para a compreensão dos elementos que articulavam essas famílias e, como poderíamos identificar, a organização da comunidade Grilo. Como base do trabalho, buscou-se o ponto de vista desse grupo social que aspirou à vigência do direito atribuído pela Constituição Federal (O’DWYER, 2002, p.18). Como deve

ficar claro, não nos propusemos à construção exaustiva da história da comunidade, pois o tempo disponível – inicialmente – e o momento no qual o trabalho se instaurou não permitiriam algo de tal envergadura. A busca se fez pela evidência de nexos de memória com a chamada história oficial. Ao mesmo tempo, indicamos as possibilidades de ler eventos consagrados pela visão que se plasmou no interior dessas comunidades negras (Grilo e Pedra D'Água, com relação ao Quebra-Quilo, por exemplo)<sup>4</sup>.

Procuramos, então, nos apoiar nos trabalhos que já tivessem sido realizados com a comunidade rural negra de Pedra D'Água (LIMA, 1992) ou que estivessem em curso (NASCI-MENTO, 2009), de modo a identificar as relações constitutivas entre os herdeiros de Mané Paulo e a família do Grilo (ver o mapa ao final do artigo).

E é a partir do exercício da pesquisa, capaz de suportar a produção do RTID, que nos deparamos com situações que queremos aqui trazer para o presente trabalho. De que modo se constrói e se classifica a si e aos seus, em meio aos outros instrumentos de classificação que vão sendo disponibilizados? E, ao mesmo tempo, como alguns elementos podem e são, efetivamente, descartados, por se revelarem aos olhos de alguns dos participantes do campo social enquanto menos legítimos.

## 2. PENSANDO ORIGEM

O processo de autorreconhecimento não é automático nem linear, embora implique a divulgação dos benefícios que o autorreconhecimento da condição quilombola trará. Contudo, o preconceito vivenciado pelas comunidades (agora vistas e classificadas enquanto remanescentes de quilombos) não é vencido ou superado através da implementação de programas de governo, já que a situação social na qual se constituem gera desconfortos, com um exercício de negação da própria condição de existência mais autônoma. E também, o autorreconhecimento não garante o fim da discriminação, muito ao contrário, podemos dizer que o preconceito é, até mesmo, ampliado e passa a ser agregado aos outros existentes. É o caso, por exemplo, de se associar o direito territorial a uma identidade negativa: *'não queremos tomar terra como os sem terra'*, frase ouvida de um morador do Grilo, quando indagado sobre a terra que deveria ser apontada enquanto a terra da comunidade.

Um dos primeiros passos dados no processo de autorreconhecimento é se identificar a comunidade enquanto remanescente de quilombo. Nessa descrição, percebemos dois elementos que norteiam a ideia de quilombo: “as pessoas”, ou seja, o tipo físico, a cor negra da pele e a característica da “localização geográfica”, isto é, o difícil acesso, o isolamen-

4. A Chamada Revolta do Quebra-Quilos foi um conjunto de protestos que eclodiu em 1874, no então povoado de Fagundes, à época pertencente à Campina Grande, quando num dia de feira se impôs a adoção do sistema internacional de pesos e medidas, o que foi interpretado pelos camponeses e comerciantes como uma forma do governo de aumentar a exploração, ao se impor não só novas medidas, como também a cobrança de (novos) impostos para os que comerciavam nas feiras. A revolta se alastrou para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, em diversas localidades, sem que se possa identificar uma liderança que articulasse o movimento. O governo Imperial realizou uma enérgica repressão e, em meados de 1875, a região foi pacificada e o novo sistema se impôs. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta\\_do\\_Quebra-Quilos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_do_Quebra-Quilos). Consultado no dia 21/12/2012.

to. Porém, não podemos resumir a definição de quilombo a esses dois elementos, pois estaríamos excluindo uma série de circunstâncias envolvidas na geração de um quilombo.

Então, os atuais processos de reconhecimento de comunidades quilombolas têm gerado muitas discussões no campo das ciências humanas, principalmentenoscampos da Antropologia, Arqueologia e da História. Muitos dos questionamentos elaborados estão relacionados ao conceito de quilombo: qual o conceito de quilombo mais adequado? Como definir quem são os remanescentes? Qual é a aplicabilidade do conceito? E assim, o primeiro impasse é: qual significado está sendo atribuído a remanescente de quilombo?

Em um estudo, realizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, sobre quilombos e novas etnias, instaura-se uma discussão sobre o conceito de quilombo acionado pelos operadores do direito. Quilombo foi definido, em 1740, em “resposta ao rei de Portugal, em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino”, como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002 p. 47)

Segundo Almeida, este conceito deve ser reavaliado, posto que contem as concepções do período no qual foi elaborado, período colonial, ficando, como diz, “frigorificado”, ou seja, congelado em um tempo que não mais existe – a época da escravidão.

Durante muito tempo o conceito de quilombo foi acionado a partir dos elementos contidos nas considerações acima, desaparecendo na Constituição Republicana, pois com a abolição da escravidão não se fazia mais necessário sua utilização em um país onde os negros já estavam libertos e, conseqüentemente, não teriam mais a necessidade de fugir e formar quilombos.

O termo quilombo só reaparece como conceito jurídico-formal na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 do ADCT, sendo associado ao termo “remanescente”, ou seja, passam a ser pensado como uma sobra, uma sobrevivência, aquilo que restou do passado. Já o Decreto Nº 4.887, que regula o artigo 68 do ADCT, dispõe sobre as características necessárias à classificação das comunidades remanescentes de quilombo. Destaca a autoatribuição, a trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Sendo assim, segundo essas orientações, uma comunidade negra, para reivindicar o título de remanescente de quilombo, necessita atestar critérios de auto-atribuição, trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica.

Decifrar a comunidade que nos propusemos a estudar é identificar as relações de parentesco que permitiram a sua constituição e permanência. Para tal, e respeitando as indicações que foram sendo feitas durante a pesquisa, pareceu-nos enriquecedor um aprofundamento que nos levasse ao processo de constituição da Comunidade de Pedra D’Água (situado em Ingá). Os “negros de Pedra D’Água” – são assim que se enunciam e são enunciados pelo entorno - se pensam e se referenciam como descendentes de Manuel Paulo Grande, provavelmente comprador da terra, na qual se instalou sua família e que hoje é o referencial de ancestralidade, revestidos de um conteúdo místico e mítico (ANDRADE, 1992, p.21). Procuramos construir uma exposição que evidenciasse o sentimento de parentesco entre os moradores do Grilo e algumas famílias que vivem no quilombo Pe-

dra D'água e que compartilham com estes a condição de descendentes negros, reconhecidos pelos vizinhos como sendo os '*neguinhos do Grilo*'.

A comunidade do Grilo, quando se auto-identificou enquanto uma comunidade de remanescentes de quilombo, e reivindicou uma certidão de autorreconhecimento, foi localizada em cima de uma serra, construída em lajedos de pedras, e habitada (formada) a partir do casamento de Dona Josefa Graciliano dos Santos com seu Manuel, por volta de 1918. Atualmente, os mais velhos estão com 60 a 75 anos. A falta de terra é o principal fator de impedimento da melhoria das condições de vida da comunidade.

Os moradores do Grilo não concebem a ideia de ser um quilombo, já que para a maioria isso não faz sentido. Percebemos que com o autorreconhecimento, os moradores passam a contar com a presença de pessoas que se interessam pela localidade porque esta passa a ser pensada enquanto uma **comunidade quilombola**. Então, diante dos novos acontecimentos, as pessoas que habitam o Grilo começam a buscar sentidos para essa nova conjuntura. E assim, mesmo diante do desconhecimento do que vem a ser um quilombo, buscam explicar a nova condição, afirmando que após o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo a situação melhorou.

O processo sócio-histórico de formação indica que o *problema da terra* é historicamente umas das questões centrais para o grupo que hoje vive no Grilo – em especial ao longo do século XX. Quando nos remetemos ao processo histórico de constituição da comunidade de Pedra D'Água, no século XIX, somos confrontados com a compra da terra, ou outra forma de ocupação, por um negro, cuja descendência ga-

rante uma forma de apropriação e manutenção do território no sentido coletivo, e, ao mesmo tempo, parece indicar um movimento de dispersão pelas regiões mais próximas, com a formação de comunidades como o Grilo.

Os descendentes de Manuel Paulo (fundador de Pedra D'água) destacam uma qualidade originária que estaria presente e que serve para caracterizá-los, indicando a condição de um grupo étnico (WEBER, 1999, p. 275; BARTH, 2000, p.27-28). Manuel Paulo Grande chega à região, com uma família, e se instala onde hoje encontramos o Quilombo Pedra D'água. Dentre os seus muitos filhos, alguns são mantidos na memória a partir dos descendentes que permaneceram na mesma localidade. Uma das suas netas, na década de 1990, enfatiza a qualidade de transmutação que o avô possuía – tornar-se um gato preto e/ou ficar invisível aos olhos dos seus perseguidores – que permitiu escapar de uma violência maior. Um dos seus filhos – Matias – foi para o local que hoje é conhecido como Matias. Outro filho está associado ao local conhecido como Matão – de onde saíram mulheres para alianças matrimoniais. Entre os que moram em Pedra D'água e no Grilo a prática matrimonial é endogâmica. E, finalmente, Grilo vai aparecer como um lugar no qual se circulou desde os momentos iniciais. Podemos depreender que, ao ressaltar a ligação entre os membros das localidades, através de laços de parentesco, indica-se mais que uma genealogia. Ressalta-se certo modo de conceber a vida: mais autônoma e entre os parentes.

Contudo, alguns dos descendentes de Manuel Paulo Grande se 'espalharam' pela região e sofreram situações de constrição, o que parece ser o caso do Grilo, fato que gerou a alternativa instaurada pela compra de um pequeno terreno, permitindo assim a recupera-

ção de algum grau de autonomia.

Contudo, ao se descrever a chegada de Mané Paulo Grande, se diz que na região existia uma família de índios e que, ao se relacionar uma filha desta família de índios com um dos negros que tinham chegado, o pai teria se desgostado e deixado para trás sua filha, partido, sem nunca mais voltar. O que é bastante interessante, pois se indica uma relação entre um homem (negro) que chega e o encontro com mulher (indígena ou branca) que tornar-se parte da nova família, desaparecendo enquanto uma origem a ser reivindicada. O que queremos aqui indicar é que não se trata, aparentemente, de uma história singular, pois a mesma se repete quando ouvimos a origem dos ‘negos do Talhando’, em Santa Luzia.

Recuando um pouco e procurando recuperar a discussão sobre identidade, um conceito que ao mesmo tempo aglutina e separa, podemos recuperar a reflexão de Stuart Hall (2001), ao discutir como a categoria identidade tornou-se tão central. O autor busca nos mostrar como em diferentes momentos históricos foram-se atribuindo posições distintas aos sujeitos. É possível indicar três concepções acerca da identidade. A primeira refere-se ao sujeito do iluminismo, um indivíduo racional, unificado. A identidade é assim substancialmente fixa. Numa segunda concepção, aqui identificada como mais propriamente sociológica, tem por postulado não mais a individualidade e sim a interação do eu com a sociedade. O indivíduo aqui não é concebido como autônomo, como no caso da primeira, e sim se fazendo na relação com a cultura, na qual está imerso.

Em ambas as concepções o sujeito possui um lugar privilegiado, a diferença é que na primeira prepondera características biológicas enquanto que na segunda, além da presença

da biologia, o indivíduo é atravessado pelos elementos que são exteriores a ele. Podemos aqui pensar no caso das identidades nacionais, que eram projetadas e propostas como sendo capazes de reunir todos os indivíduos pertencentes a um Estado-nação em torno de uma única identidade. Com a perda da força de tal concepção, constitui-se a terceira concepção, a de um indivíduo pós-moderno. Os indivíduos, envolvidos nesses cenários mais móveis, deixam de apostar numa forma identitária estável, coerente e fixa. Porém, e é o elemento que desejamos destacar, torna-se possível, num movimento de mudança, buscar fundamentos para uma identidade aparentemente tradicional e fundada no passado histórico. É o que Hall chama de identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Na modernidade, nos deparamos com processos como o da globalização, o que gera transformações na identidade cultural. Recuperando ideias presentes em Laclau, citado por Hall (1990), na qual a ideia de deslocamentos torna-se destacada. O deslocamento indica que não se tem mais um centro estável, passamos a ter articulações em rede, não se podendo recortar e interpretar a partir de uma confrontação de duas identidades.

Neste cenário, a diferença surge como elemento central para se pensar a cultura e a identidade. Quando se pensa que o mais importante não é conceber a identidade como atrelada e decorrendo de uma suposta quantidade e qualidade de uma cultura, Barth propõe que se atente aos processos nos quais as fronteiras, ao serem cruzadas, constroem e mantêm as diferenças. Partindo, então, da abordagem relacional, os processos de auto-identificação, o sentimento de pertença de alguém em relação ao

grupo, a recíproca por parte do grupo e dos que são definidos como externos aos mesmos, nos permitem identificar os mecanismos de interação entre os diferentes grupos como elementos fundamentais para o processo de construção da identidade.

Desse modo, e voltando para os elementos presentes entre Grilo e Pedra D'Água, somos apresentados ao modo pelo qual a relação entre o Paulo (de onde saiu o fundador dos moradores dessa localidade) e a esposa deste se configurou. Uma das mulheres que foi entrevistada por Nascimento (2009, p.81) diz que a família da sua mãe não nasceu em Pedra D'água e que a família desta “é de cabôco brabo”. Na ocasião, se pergunta o que significa quando se fala de cabôco, “caboclo é o que?” Ao que ela diz: “Essa família de cabôco, quanto tem uma família de cabôco é (...) Família de cabôco que o povo diz é moreno com cabelo bom, como índio!”

Em sua pesquisa, Nascimento (op. cit.) cria uma situação na qual a liderança de Grilo visita Pedra D'água e se encontra com uma das moradoras que é pensada enquanto sua parenta. Ao se investigar como se descreve a relação do parentesco, somos levados a uma situação muito ilustrativa. Durante a conversa, Isaura diz que o seu pai casou-se com uma moça vinda de Matão (comunidade quilombola que fez parte das três estudadas no convênio do INCRA com o Parque Tecnológico e a UFCG em 2008). Depois de se instaurar a conversa, se apercebem que a avó de Paquinha era irmã da mãe de Isaura. E, ao se comentar as semelhanças físicas entre estas mulheres, se destaca que uma delas é mais clara que a outra. O que é explicado de modo brilhante por Paquinha: “Porque mãe diz que a minha avó era cabôca, né? Minha avó Aquilina era Cabôca!” (op. cit., p. 86).

Ouvindo as falas e com tema de pais, avós, irmãos e filhos, percebemos que Manuel Paulo Grande é a figura em torno da qual o parentesco e a memória se faz. Sendo que dentre os seus doze ou treze filhos temos um dele, chamado de Golçalo Paulo dos Santos e que teve como filhas Alcina, Chica Vitá e Aquilina, sendo as duas últimas nascidas no Grilo.

Como nos diz Nascimento, é interessante notar o registro, em várias falas dos quilombolas, da presença indígena nas famílias. Em muitos dos relatos, quando instados a contar sobre a origem, sobre o passado mais remoto, indicaram a existência de componentes indígenas em seus antepassados. O que nos faz pensar que dos muitos povos indígenas que existiram no interior do que hoje é o Estado da Paraíba, tantos foram aprisionados, escravizados, expulsos ou corridos; e alguns se encontraram, se relacionaram com os negros africanos que aqui viviam em condições sempre complexas. Nesse atual momento, quando as identidades são performadas, discutidas, construídas e (re) significadas, a relação dos negros com os índios parece ser pouco significativa para os participantes, em alguma medida, que nos parece, pelo modo como o campo atual demanda processos de reconhecimento, que a mistura tende a ser pouco valorizada.

### 3. FALANDO DE ORIGEM E DE IDENTIDADE NA REGIÃO DE SANTA LUZIA

Vamos então passar agora para a outra região, onde temos três comunidades quilombolas reconhecidas (Talhado Rural, Talhado Urbano e Pitombeira), além de uma comunidade que pleiteia o reconhecimento (Monte de São Sebastião). Embora se trate de dois municípios

(Santa Luzia e Várzea), ambas pertencem ao que se chama de Vale do Sabugy.

Propomo-nos a ensaiar algumas reflexões, tendo como substrato empírico a região de Santa Luzia, por ser nesta a localização da Serra onde está o Talhado. Agora um quilombo reconhecido e ao longo dos últimos cinquenta anos uma comunidade conhecida (e aprisionada) em torno da identidade coletiva de ‘negros do talhado’.

Ao mesmo tempo, é a possibilidade de observar os processos de dispersão, migração, que no caso do Talhado Rural conduziu, por um lado, ao progressivo esvaziamento dos sítios que compuseram a chamada comunidade, porém, por outro lado, permitiu que a dispersão conduzisse a um fortalecimento do sentimento de origem (familiar e territorial) e a constituição dos Talhados que hoje compõem o cenário da cidade de Santa Luzia.

Aqui nos perguntamos, primeiro em termos empíricos e, quem sabe, mais teoricamente, o que aglutina a identidade, que, sendo polissêmica, procura ser uma, e, como esta, se contrapõe às identidades negras quilombolas que lhe estão em torno. Especialmente aqui temos o caso da Pitombeira, comunidade negra rural que, estando no município vizinho (Várzea), se configura como modos distintos de ser negro na região.

Em resumo, passando pelos esforços de pesquisa mais individualizadas<sup>5</sup>, procuro aqui traçar um painel que nos permita avançar por algumas questões que nos parecem mais importantes.

Na Paraíba, a região do Sabugy presenciou a certificação, pela Fundação Cultural Pal-

mares, de três comunidades enquanto remanescentes de comunidades de Quilombos: Serra do Talhado (2004/Santa Luzia-PB), Comunidade Urbana de Serra do Talhado (2005/Santa Luzia-PB) e Pitombeira (2005/Várzea-PB). Após o reconhecimento da Serra do Talhado temos um cenário de emergência de outras comunidades reivindicando a certidão de remanescente de quilombo, sob o argumento de compartilharem a mesma origem e/ou manterem relações de parentesco com a mítica da Serra do Talhado.

Em junho de 2005, a Fundação Cultural Palmares certifica a “Comunidade Urbana de Serra do Talhado”, localizada no bairro São José, em resposta ao requerimento feito pela presidente da Associação de Louceiras – Maria do Céu – que argumenta o elo indissociável existente entre a Serra do Talhado e alguns moradores do bairro. Seguindo a memória de seus moradores, temos sempre a mesma história, com pequenas variações, sobre as origens do Talhado. Seu primeiro habitante foi José Bento Carneiro. Como é conhecido e nominado, Zé Bento teria sido um escravo alforriado que veio do Piauí com dois irmãos, e teria se instalado primeiro na Pitombeira, de lá se mudado para o Talhado junto com a esposa Cecília Maria da Purificação.

Para outros, era ele um escravo fugido que veio esconder-se na região de Santa Luzia. Coerente com esta narrativa apresentada por seus moradores, esta história e a genealogia da comunidade já aparecem no primeiro trabalho a respeito do Talhado realizado por Cavalcanti (1975, p. 15-17).

Em outra versão, Zé Bento saiu do Piauí, conduzindo uma boiada para a Paraíba, e, ao

5. Vamos nos apoiar nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Almeida (2011), Souza (2011) Araújo e Batista (2011) e Batista e Souza (2011).

chegar, resolveu fincar raízes. Com ele vieram seus irmãos e se instalaram na Pitombeira. De lá, Zé Bento teria ido para o Talhado porque ali havia abundantes recursos naturais para exercer seu ofício de carpinteiro. Outra variação nesta história registra que eram três irmãos que vieram do Piauí, ou fugidos ou trazendo uma boiada. Não voltaram e se instalaram na Pitombeira.

Em outras narrativas, vamos compor os mesmos elementos em outra ordem e produzindo efeitos díspares nos detalhes. Então, não eram três irmãos, mas sim dois amigos: um deles foi Joaquim Carneiro que pode ter trazido irmão(s) e irmã(s) e que pegou “a pata de cavalo<sup>6</sup>, Cândida Gomes, filha de Cota da Caiçara uma cabocla “branca de olhos azuis”, expressão esta muito usada sempre que se fala na sogra de Joaquim Carneiro. Observemos, então, que se usa a expressão ‘caboca’, que é a categoria regionalmente utilizada para se referir a índios, isto é, caboclos.

Segundo Almeida (2011), a existência da irmã de Joaquim Carneiro é discutível, mas é uma personagem que aparece em algumas histórias. Mas ela tem até nome, Prudência, a qual seria a mãe de Zé Bento. Este casou com Cecília Maria da Purificação, chamada também Cizia ou Mãe Cizia, e esta era filha de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, portanto prima cruzada de Zé Bento. Depois de casados teriam morado na Pitombeira; posteriormente, Zé Bento trocou suas terras nessa localidade por outras no Talhado. Nesta região, enquanto Zé Bento se dedicava à agricultura, Cecília encontrou um barro propício para a confecção de

utensílios domésticos de cerâmica; esta arte passada de geração em geração, hoje é um traço característico daquilo que se reconhece como sendo “a cultura do Talhado”. As narrativas de origem variam segundo quem narra. Alguns do Talhado negam a condição de escravo de Zé Bento. Para os da Pitombeira esta condição parece não ter relevância. A associação da sua origem a quilombo histórico ainda divide o Talhado, bem como os atuais pesquisadores de sua história.

A Comunidade de Pitombeira, localizada na zona rural de Várzea – cidade vizinha a Santa Luzia – teve sua Certidão lavrada e extraída em 12 de maio de 2005. A relação dessa comunidade com a Serra do Talhado é fundamentada na ideia de que Zé Bento – o fundador desta última – havia primeiro se estabelecido na Pitombeira e, mediante uma permuta de terra, teria trocado a Pitombeira pelo Talhado.

Devido ao processo de migração, muitos moradores do Talhado emigraram em direção a zona urbana de Santa Luzia, passando a residir em bairros da periferia desta cidade. Os bairros de São José, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima e Frei Damião comportam a grande maioria da população que deixou o Talhado e veio estabelecer-se no perímetro urbano.

No decorrer dos últimos anos, os moradores do bairro São Sebastião, que se reconhecem enquanto do Talhado, enfatizando elementos que os ligam por via do parentesco com a comunidade de Serra do Talhado, estão reivindicando, junto à Fundação Cultural Palmares, a Certidão de Remanescente das Comunidades dos Quilombos, e também os direitos a ela iner-

6. A expressão A pata de cavalo indica aqui uma ação que se faz tendo por base a violência física. Há semelhança ou proximidade com outra expressão pega a dente de cachorro. Expressão muito utilizada para indicar uma ascendência feminina e indígena pura. É uma expressão comum no nordeste brasileiro.

entes.

De acordo com os dados obtidos durante a pesquisa de campo, observa-se, no Monte São Sebastião, a presença de moradores que são oriundos, em termos de nascimento, de localidades diversas, como, por exemplo, pessoas vindas do Talhado, da Pitombeira e de outros sítios da região, como também os próprios santa-luzienses – isto é, os que nasceram na sede de Santa Luzia. Em meio a essa multiplicidade populacional, residindo no bairro São Sebastião, foi possível perceber categorias de pertencimento que, de certa forma, fragmenta e explica o universo pesquisado. Para o tema da nossa pesquisa, vamos privilegiar os que nasceram e compartilham um sentimento de pertencimento com a Serra do Talhado.

Com intuito de descrever tal universo, podemos dizer que, entre os moradores do Monte, existem os que se reconhecem e são reconhecidos enquanto “os da cidade de Santa Luzia”, “os da Pitombeira” e “os negros do Talhado”.

Pertencer ao Talhado significa pertencer a um lugar e a uma família que tem como ancestrais Zé Bento e sua esposa Cecília. E assim, mesmo os que saem da Serra do Talhado para residirem em outras localidades, continuam compartilhando os laços de parentesco e a crença na origem comum.

A Serra do Talhado, ao ser certificada enquanto área quilombola, passa a usufruir de políticas públicas destinadas a tais comunidades, o mesmo ocorre com a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e com a Comunidade de Pitombeira. Porém, nem todos os que se pensam e são reconhecidos enquanto do Talhado estão inseridos no cadastro das políticas destinadas aos quilombolas. Isso ocorre porque, quando da certificação da Serra do Talhado, muitas

famílias já estavam morando na zona urbana de Santa Luzia, ou seja, fora da área quilombola; com a certificação do quilombo urbano, outro número de famílias passou a ser beneficiário das políticas para quilombo. Temos aqui a presença de sujeitos que ao compartilharem uma identidade étnica, passam a ser pensados na categoria de sujeitos de direito.

A Comunidade Urbana de Serra do Talhado está localizada no bairro São José e seu reconhecimento foi fundamentado no argumento de que muitos dos que saíram do Talhado fixaram residência no referido bairro, contudo, na implementação das políticas públicas, as famílias cadastradas, não se restringem apenas as que residem no São José, ou seja, seguindo a lógica dos laços de parentesco e de afinidade, têm-se pessoas que residem no bairro N<sup>a</sup> de Fátima, no Monte e no Frei Damião que são registrados enquanto quilombolas do São José. Mesmo assim, a certificação do São José como área quilombola não englobou todos aqueles que saíram do Talhado, por exemplo, muitos moradores do Monte que compartilham da descendência do Talhado não são oficialmente reconhecidos enquanto quilombola, ou melhor, enquanto sujeitos de direito quilombola.

Diante disso, há esforços de moradores do bairro São Sebastião – Monte – para que o mesmo seja certificado pela Fundação Cultural Palmares enquanto quilombo urbano, bem como para a implementação de políticas públicas destinadas a tais comunidades. De acordo com as observações de campo, percebemos que a identidade étnica dessa comunidade é construída com base nos laços de parentesco, isto significa que, para esse grupo, **é do Talhado** aquele que compartilha a ancestralidade de Zé Bento, tanto é que mesmo aquele ou aquela que casa-se com um do Talhado, é sempre consid-

erado como de fora, de modo que um conjugue pode ser quilombola, mas nunca será reconhecido como “do Talhado”.

#### 4. ALGUMAS QUESTÕES Á GUIZA DE UMA CONCLUSÃO

Podemos nos perguntar diante dos casos aqui elencados se as diferentes trajetórias implicam a construção de relações diferentes entre nascimento, trajetória e a relação com a terra, aqui pensada enquanto território. Seguindo a sugestão feita por Gusmão (1999), quando define a “terra-território” enquanto condição essencial para se pensar o grupo, é nela em que se afirma a condição de “negro desse ou daquele lugar”, como, por exemplo, a condição de “negro do Matão”, como são chamados nas cidades vizinhas, ou ‘os neguinhos do Grilo’, ou ‘os nego de Pedra D’água, ou ‘os nego do Talhado’.

Uma ideia central que se propõe em Gusmão é de que a terra-território é um aglutinador do próprio sentido da vida, capaz de carregar uma história particular. E, por isso mesmo, é capaz de se transmutar. Vejamos:

A terra-território torna-se um valor de vida, um espaço de sentido, investido pela história particular de cada grupo, tornando-se polissêmica, dinâmica e imutável. A terra não é apenas realidade física; antes de tudo é um patrimônio comum e, enquanto tal, difere de outras terras, de outros lugares e de outros grupos. (GUSMÃO, 1999. Pág. 149-150).

Contudo, se podemos compartilhar de tais semelhanças, no caso de Pedra D’Água e

Grilo (em alguma medida), o mesmo se dando para o Talhado Rural, torna-se mais complexo diante dos Talhados urbano, do Monte São Sebastião e, talvez, da Pitombeira. As políticas públicas que beneficiam esses diferentes conjuntos, o reconhecimento e a luta por direitos diferenciados, abrem espaço para o exercício da identidade, que agora se faz a partir de elementos que nem sempre se mostraram com o mesmo destaque em outros momentos.

A relação entre negros e índios na origem das comunidades remanescentes de quilombo aparece nos exercícios de memória que passam a ser instaurados nos cenários mais contemporâneos. De tal modo que, ao serem instados a se descreverem alguns elementos, podem e são ressalvados, em detrimentos de outros. Os elementos indígenas não encontram nenhum estímulo para serem recuperados, ao contrário dos marcos mais tradicionais da história escravista. O que cria situações de desconforto e conflitos. Porém, indicamos que aqui existe um conjunto de elementos que podem ser mais valorizados, pois nos permite indicar a relação tão intensa entre negros e índios, que os mesmos ainda são narrados.

O processo político se apresenta não apenas enquanto mecanismo de construção, mas também enquanto arena de (re) afirmação da identidade. Stuart Hall (1998) demonstra que, com a globalização e os processos decorrentes desta, as identidades apresentam uma maior mutabilidade, processo esse que é acompanhado de uma politização. As identidades tornam-se mais posicionais e mais políticas.

As relações de parentesco, reforçadas pela crença na descendência comum de um mesmo fundador, acabam sendo, de certo modo, o idioma através do qual os moradores de grupos negros rurais e urbanos falam de si e

de seu direito de ocupar um lugar social, uma identidade e, talvez, uma terra.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SAN-  
SONE, Livio & PINHO, Osmundo Araújo  
(org.). *Raça: novas perspectivas antropológi-  
cas*. 2ª Ed. Salvador: Associação Brasileira de  
Antropologia: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. Ressemantizar. In: *Mocambo:*  
antropologia e história do processo de forma-  
ção quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os  
quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER,  
Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identi-  
dade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro:  
Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Luiz Rivadávia Preste. Anuncia-  
ção e enunciação: a definição de um grupo étni-  
co. O caso do Talhado em Santa Luzia (PB).  
In: GODÓI, Emília Pietrafiesas & MENEZES,  
Marilda. *Mobilidades e Identidades*. SP: Ed.  
Annablume, 2011.

ARAÚJO, Eulália Bezerra & BATISTA, Mércia  
R R. Formas de pertencer a uma comunidade  
quilombola: o caso do Monte São Sebastião em  
Santa Luzia (PB). In: GODÓI, Emília Pietrafie-  
sas & MENEZES, Marilda. *Mobilidades e Iden-  
tidades*. SP: Ed. Annablume, 2011 (no prelo).

~~BARCELLOS, Daisy Macedo de. et. al. Co-  
munidade negra de Morro Alto: historicidade,  
identidade e territorialidade. Porto Alegre: Edi-  
tora da UFRGS, 2004.~~

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fron-  
teiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-  
Fenart, Jocelyn. *Teorias da Etnicidade*. São  
Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. P.  
185-227.

\_\_\_\_\_. *O Guru, o Iniciador e Outras Vari-  
ações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra  
Capa, 2000.

BATISTA, Mércia R R & SOUZA, Jordânia  
Araújo. A festa do Rosário vivida e mantida pe-  
los negros da Pitombeira. In: GODÓI, Emília  
Pietrafiesas & MENEZES, Marilda. *Mobilidades  
e Identidades*. SP: Ed. Annablume, 2011 (no  
prelo).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.  
Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Ber-  
trand Brasil, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Iden-  
tidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo:  
Livraria Pioneira Editora, 1976.

CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. *Talhado:*  
um estudo de organização social e política. Dis-  
sertação apresentada ao PPGAS-UFRJ. Rio de  
Janeiro: Museu Nacional da Universidade Fed-  
eral do Rio de Janeiro, 1975.

CAVALCANTI, M. H. P. et al. *Uma História do  
Ingá*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB,  
1993.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Heran-  
ça quilombola — negros, terras e direitos. In:  
BACELOS & CARDOSO (org.). *Brasil: um  
país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas, 1999.  
HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-*

Modernidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LIMA, Elizabeth C. de A. *Os negros de Pedra D'Água: um estudo de identidade étnica – história, parentesco e territorialidade numa comunidade rural*. Campina Grande. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, CH/UFPB, 1992.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 2ª ed. Editora Universitária/ UFPB, 1995.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: RelumeDumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Relatório Final O quilombo de Pedra D'Água*. Março 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA Jr., João Pacheco de. *Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em Laudos Periciais*, em: HELM. et. al. *A perícia antropológica em processos judiciais*. UFSC: Florianópolis, 1994.

\_\_\_\_\_. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, RJ, vol. 4 n. 1, abril 1998.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Vanessa Emanuelle. *Trabalho, migração e identidade no quilombo do Matão (PB)*. In: GODÓI, Emília Pietrafiesas & MENEZES, Marilda. *Mobilidades e Identidades*. SP: Ed. Annablume, 2011.

WOODWARD. Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomas Tadeu. (org.) *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: WEBER. Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1991.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## REDEFINIÇÕES NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS RURAIS

Valmir Luiz Stropasolas

### RESUMO

Constatamos que em estudos e projetos institucionais relativos à família brasileira, a atenção tem se voltado sobretudo às questões e problemáticas que afetam as mulheres e os jovens, verificando-se, ainda, a invisibilidade das crianças rurais. Isso configura uma lacuna no campo das ciências sociais dedicadas aos estudos rurais na abordagem da condição social da infância e das mudanças nos processos de socialização desse segmento no cenário da agricultura familiar. Este artigo tem como objetivo analisar as redefinições emergentes nos processos de socialização das crianças rurais, a partir de uma pesquisa qualitativa realizada recentemente pelo autor em comunidades rurais de Santa Catarina, no Sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Crianças rurais, socialização, sucessão geracional, agricultura familiar.

## CHANGES IN THE SOCIALIZATION PROCESS OF RURAL CHILDREN

### ABSTRACT

We found that in the studies and institutional projects regarding the Brazilian Family the attention has been focused primarily on the issues and problems affecting women and young people, however and rural children are still almost invisible. There is a gap in the rural social sciences field in addressing the social conditions of childhood and the changes in the socialization process of this segment in the family farming scenario. This article aims to analyze the emerging redefinitions in the rural children's socialization process from a qualitative research recently conducted by the author in rural communities of Santa Catarina, located in southern Brazil.

**Key words:** Rural children, socialization, generational succession, family farming.

---

**Valmir Luiz Stropasolas.** Professor Adjunto UFSC, Mestre em Sociologia Rural/UFSC, Doutor em Ciências Humanas/UFSC, Pós-Doutorado em Sociologia da Infância/Universidade do Minho/Portugal. E-mail: valmir@cca.ufsc.br

---

Raízes, v.31, n.2, jul-dez / 2011

## INTRODUÇÃO

Ao se analisar concepções teóricas e proposições de políticas, projetos e iniciativas orientados ao desenvolvimento rural de Santa Catarina e ao fortalecimento da agricultura familiar, especificamente, constatamos que há uma ênfase em se afirmar que, diante de um cenário de empobrecimento de grupos sociais rurais, de migração de jovens e de envelhecimento e masculinização da população que permanece nas comunidades rurais, é fundamental se investir nos jovens rurais como público estratégico das ações de desenvolvimento, visando sustar a sua saída para os centros urbanos e inseri-los nas políticas e ações governamentais. Algumas experiências no Setor Público Agrícola e iniciativas de movimentos sociais, entidades representativas sindicais e determinadas ONGs, intencionam inserir jovens rurais nas suas ações presentes ou futuras. É importante registrar, no entanto, que o público visado se concentra fundamentalmente na faixa etária de 18 a 25 anos, que é o segmento de idade e grupo social escolhido pelas instituições oficiais para qualificar e delimitar a categoria juventude rural. Todavia, ainda persiste a migração seletiva de jovens e, sobretudo, esse público ainda não tem sido incluído satisfatoriamente nas políticas e programas, nem acessado suficientemente os recursos disponibilizados pelas instituições. Por outro lado, constatamos uma lacuna essencial nesse processo: a invisibilidade das crianças rurais e a precária e insuficiente abordagem da infância rural na literatura e nas iniciativas das instituições que atuam nas comunidades rurais.

Ou seja, estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude, por um lado, passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento rural, por

outro, diminui drasticamente nas comunidades rurais o número de indivíduos que poderia assumir este papel, pois, ao alcançarem esta faixa etária, os jovens e, sobretudo, as moças, vem recusando assumir a sua condição social no meio rural, migrando para as cidades em busca de uma profissão alternativa à de agricultor(a). Quanto às crianças, filhos e filhas de agricultores familiares, potencialmente se constituem na geração que vivencia, também, os problemas estruturais que afetam a condição social e econômica da suas famílias nas localidades em que residem, ao mesmo tempo que na sua trajetória individual, familiar e social rural (potencialmente) poderiam liderar os novos desafios demandados ao campo pela sociedade para o desenvolvimento rural sustentável. Contudo, o que se conhece deste público? Em que sentido está se orientando a sua formação e socialização, para ficar ou sair das comunidades rurais? Estas e outras questões de natureza multidimensional, que são objeto de uma pesquisa realizada e concluída em 2010 pelo autor, com recursos do CNPq, em determinadas regiões de SC, relativizam e colocam em xeque determinadas proposições de desenvolvimento rural que elaboram ideias equivocadas da natureza essencialmente econômica dos interesses das famílias rurais ou que concebem as crianças como seres passivos e subsumidos em instituições como a família, a comunidade e a escola.

Embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos não se restringem apenas às necessidades de desejo-satisfação material (POLANYI, 1980). A migração de jovens ilustra esse processo e as explicações devem levar em consideração outras dimensões da vida desse público, entre as quais as suas novas necessidades e demandas, além das redefinições

em curso nos processos de socialização e nos ambientes culturais que se inserem os jovens e as crianças, e nos espaços sociais rurais e urbanos das pequenas localidades, em que as crianças vêm se constituindo como sujeitos e atores sociais ativos (SIROTA, 2001; MONTANDON, 2001; SARMENTO, 2006).

Nesse sentido, entendemos que a infância e, sobretudo, as crianças que residem nas comunidades rurais, não podem mais ser pensadas como outrora. Ao se abordar esta categoria como ator social, procuramos fazer um contraponto às tradicionais imagens da infância reproduzidas pelas instituições oficiais, que concebem as crianças como seres passivos e dependentes dos adultos para a sua socialização e inserção na sociedade. É fundamental analisar as modificações em curso nas pequenas localidades rurais – nas dimensões sociais e culturais, demográficas, econômicas, etc - e de que modo estas redefinições afetam a infância.

Parte-se da hipótese de que a compreensão da origem dos problemas que afetam os jovens rurais deve ser buscada ainda na infância, em que se concebem, formam e se reproduzem os conceitos, os valores, as escolhas, as possibilidades e as oportunidades que moldam e marcam indelevelmente a trajetória social da juventude. Nesse sentido, não conteremos a erosão social e a migração juvenil se não incluirmos na análise, nas pesquisas e nas políticas as crianças e, particularmente, as representações construídas em torno da infância. Ao focalizar o objeto de nossa pesquisa neste público, adentramos num terreno fértil e revelador das mudanças em curso nas comunidades rurais, pois as crianças se constituem em sujeitos e atores sociais ativos na sociedade, em portas de en-

trada para a compreensão dos processos sociais mais abrangentes. Este artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões em torno dos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais, implicados na condição social da infância e nos significados de ser criança na agricultura familiar.

## 1. A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

As pesquisas com crianças e os estudos orientados para a infância, de modo geral, não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas, às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem. Esse processo é permeado de heterogeneidade e singularidades. Segundo Sarmiento e Pinto (1997, p. 20-22), a interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social e necessita se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem. Ou seja, ainda se verifica lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais. A negligência metodológica acaba reproduzindo a exclusão da fala e das próprias crianças na construção dos pressupostos e objetivos das investigações.

No que se refere especificamente à Sociologia Rural, Martins (1993) colocou em questão o paradigma até então dominante na Sociologia de privilegiar nas análises os atores sociais comumente presentes nos circuitos con-

vencionais das instituições oficiais, nos projetos e nas pesquisas, que têm o domínio dos discursos sobre os fenômenos sociais, enfim, que são os interlocutores dos acontecimentos nos espaços sociais, sobretudo rurais. Ele foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar entrevistas gravadas com esse público, além de valorizar os depoimentos escritos pelas próprias crianças. Cabe salientar que o autor realizou seus estudos com filhos (as) de colonos do Mato Grosso e posseiros do Maranhão, enfatizando, de forma precursora, a importância de se dar voz às crianças nas pesquisas. Quando se refere à metodologia adotada na sua investigação, o autor nos diz “falo da fala das crianças, que por meio delas me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto)”. (cf. MARTINS, 1993, 51-80).

Na perspectiva de investigação proposta por Corsaro (1997, 2003), pautada na noção de reprodução interpretativa, busca-se “penetrar” no mundo das crianças visando compreender os significados das práticas e das culturas infantis a partir da sua própria perspectiva. Para isso, sugere abandonar o ponto de vista adulto, o que nem sempre é tão fácil de ser realizado, exigindo um certo distanciamento, no qual, necessariamente, o pesquisador precisa se despir de preconceitos, o que não implica neutralidade. Todavia, ressaltam Delgado & Muller (2005, p. 161-179), para entrar no mundo das crianças e nas suas culturas de pares, é necessário ser aceito. Lembram que, ao contrário do que fazíamos em pesquisas em outros tempos, hoje discutimos a dimensão ética, o que garante à criança o direito de consentir, ou não, participar da pesquisa. Enfim, fazer pesquisa com as crianças exige uma postura diferente do/a pesquisador/a, para que possa interpretar como a criança interpreta o mundo. A

utilização do vídeo, do cinema ou mesmo da literatura - como recursos e ferramentas metodológicas complementares - vem adquirindo um espaço importante na abordagem desse público, como forma de se abordar as maneiras singulares como as crianças vêem, interpretam e representam a realidade social em que vivem e as suas relações intra e intergeracionais, seja no âmbito da família, da comunidade ou da escola.

A partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou-se um mapa social que ilustra as modificações demográficas havidas no meio rural das regiões Oeste e Serrana de Santa Catarina, selecionadas para a pesquisa por serem essencialmente rurais, mas com características diferenciadas e específicas. A sistematização dessas informações censitárias, através de uma série histórica com dados de 1970 a 2007, permitiu colocar em relevo a migração seletiva de jovens, bem como as tendências de envelhecimento, masculinização e diminuição no número de filhos nessas regiões. Foi realizado estudos de caso nos municípios/localidades de Lacerdópolis e Cerro Negro, pertencentes às regiões Oeste e Serrana catarinense, respectivamente, através da aplicação de um questionário semi-estruturado e, de forma complementar, aplicou-se uma dinâmica qualitativa nos municípios de Coronel Martins (Oeste) e Celso Ramos (Serrana) visando aprofundar temáticas específicas do cotidiano das crianças.

O eixo metodológico do projeto de pesquisa foi orientado para a análise das condições sociais da infância nas comunidades rurais, como forma de compreender quem são e como vivem atualmente as crianças de origem rural. Para isso, aplicou-se uma triangulação de métodos (MINAYO, 2005), envolvendo um ques-

tionário semiestruturado com questões fechadas e abertas, entrevistas semi-estruturadas com pais das crianças, dinâmica de grupo, grupos de discussão e utilização de recursos da antropologia visual fundamentados no vídeo e na fotografia. No âmbito da pesquisa, foi produzido um vídeo-documentário e uma cartilha educativa, a serem utilizados por educadores e extensionistas das regiões envolvidas na pesquisa. O questionário abrangeu 72 crianças de escolas públicas estaduais e municipais, dos municípios de Cerro Negro e Lacerdópolis. Sendo que, dos entrevistados(as), 36 do sexo feminino e 36 do sexo masculino, abrangendo as faixas etárias de 5 a 9 anos, 10 a 12 anos e 13 a 14 anos de idade. Para cada faixa etária referida, foram aplicados 24 questionários (12 meninos e 12 meninas). De forma complementar, foram realizadas entrevistas com 10 pais das crianças participantes da pesquisa, além de entrevistas informais com diretoras e professoras das escolas. A pesquisa de campo foi efetivada no primeiro trimestre de 2010.

A amostra das crianças selecionadas para a aplicação do questionário e da dinâmica levou em consideração variáveis como idade, gênero e renda, objetivando distinguir e colocar em relevo as diferentes condições existentes no conjunto desta categoria social, bem como as diversas visões, expectativas, escolhas e oportunidades verificadas entre os diferentes estratos e, finalmente, os significados e a importância atribuída pelas crianças à família, à comunidade, à escola, ao trabalho, à agricultura, às brincadeiras, ao lazer e à cultura, à cidade, ao futuro e à permanência ou não nas suas localidades de origem.

## 2. NOÇÕES EM TORNO DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Ao se fazer um levantamento das principais vertentes de pensamento integrantes do campo das ciências sociais voltadas às crianças, percebemos que o conjunto de transformações vinculadas à infância estão entre as mais importantes redefinições sociais e culturais ocorridas no final do século XX. Entre a série de modificações havidas, podemos citar as mudanças na abordagem dos estudos e pesquisas, nos valores e nas representações, no lugar ocupado e nos papéis atribuídos às crianças nas sociedades modernas, sobretudo ocidentais. Como salienta Belloni (2009), a criança passa a ser reconhecida como um valor em si, no presente, não mais como uma promessa para o futuro (da nação, da família). Mais precisamente,

Essa valorização inédita de um grupo social antes dominado e dependente provoca debates e polêmicas, exigindo uma reflexão nova e inovadora nas ciências sociais e na educação, no sentido de melhor compreender a infância hoje e as implicações dessas mudanças para os processos de socialização das novas gerações (BELLONI, 2009, p.7).

Embora as crianças se façam presente já há um longo tempo como uma categoria abordada de viés nas problemáticas de investigação das ciências sociais, apenas recentemente é elevada ao status de objeto sociológico, particularmente pelos estudos e pesquisas realizados pela Sociologia da Infância e com incremento importante a partir do início da década de 90. Porém, como se refere Sarmiento (2008), para além dos desafios teóricos suscitados no inte-

rior do campo sociológico, é a infância como problema social que mais fortemente tem pressionado o trabalho científico da Sociologia da Infância. Aqui, juntamente com o autor, podemos inserir um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca, como hoje, as crianças foram objeto de tantos cuidados e atenções e nunca, como hoje, a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e sofrimento.

Importa destacar que esses indicadores não se restringem aos espaços urbanos da nossa sociedade contemporânea, sendo perceptíveis, em muitos casos, de forma até mais acentuada, nos espaços rurais de diversos países, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa; é, com efeito, a totalidade da realidade social o que ocupa a Sociologia da Infância. Como espelhos retrovisores (ampliados) da sociedade (rural), as crianças espelham, refletem e ilustram as suas mais profundas contradições, hierarquias e desigualdades de ordem social, econômica, política, cultural, histórica, etc. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente dessa disciplina.

Por outro lado, importa destacar que as crianças são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e, especificamente em determinados territórios rurais, e a significativa redução do número de crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afeto e até na própria formação de rendimentos da família e na estabilidade do Estado-Providência (QVORTRUP,

1991). Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vez menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (SARMENTO, 2008).

As redefinições da noção de infância estão também associadas às balizas etárias que definem a categoria geracional e que são variáveis no espaço-tempo. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, estabelece o limite da infância nos 18 anos e, assim como Sarmento e Pinto (1997), consideramos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites superiores da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sociais (e não apenas psicológicas) no interior da infância. Contudo, para o contexto e para os objetivos da nossa pesquisa, e pela necessidade de se estabelecer um limite etário para os sujeitos da pesquisa, estabelecemos como estrato superior de idade do público pesquisado o limite de 14 anos.

Entendemos que o mais importante não é fixar limites concretos ao período da infância, mas, sobretudo, compreender os motivos que justificam a delimitação das idades na infância, como e por quem são construídos esses limites, em que contexto e sob quais condições sociais e culturais se formam as representações e as normas em torno das faixas de idade na infância. Particularmente, discernir como as próprias crianças percebem e interagem no processo de definição dos limites em que se é considerado criança na sociedade em que vivem. Como se referem Sarmento & Pinto (1997, p. 17), “ser criança” varia entre sociedades, culturas e comunidades, podendo variar inclusive entre as gerações de uma mesma família. Ou, nas palavras de Franklin (1995,p.7):

A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância.

Para isso, é importante resgatar e “historicizar” o conceito de geração, sem perder de vista as dimensões estruturais e interacionais (SARMENTO, 2005). Para o autor, a infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. Ou seja, é continuamente atualizado na prática social, nas interações estabelecidas entre as crianças e entre estas e os adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos. Em decorrência desse processo, a geração da infância está num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe. Enfim, o conceito de geração não só nos permite distinguir o que separa e o que une, nos planos estrutural e simbólico, as crianças dos adultos, como as variações dinâmicas que, nas relações entre crianças e entre crianças e adultos, vai sendo historicamente produzido e elaborado.

A inserção dos indivíduos na sociedade, mais precisamente a sua socialização, é uma das principais preocupações de autores representativos das ciências sociais, particularmente Durkheim (1978) e Parsons & Bales (1955), além de outras versões e redefinições. Na concepção tradicional de Durkheim, a socialização durante a infância significa conceber crianças sendo socializadas por adultos e integradas passivamente na sociedade, através da incorporação de saberes, valores e normas sociais vigentes, por meio de indivíduos “já socializados”, com o objetivo de manter a coesão e a ordem social. Segundo alguns autores que criticam essas interpretações “conservadoras” e “funcionalistas” de socialização, as crianças não são consideradas como seres sociais plenos, na medida em que são percebidas como estando em vias de ser, a partir da ação de socialização da geração adulta e das instituições que as cercam.

Em decorrência, o conceito de socialização se constitui mais que uma construção interpretativa da condição social da infância, na medida em que se configura como o próprio fator da sua ocultação. Segundo Sarmiento (2008, p. 20), se as crianças são o “ainda não”, o “em vias de ser”, não adquirem um estatuto ontológico social pleno – no sentido de que não são verdadeiros entes sociais completamente reconhecíveis em todas as suas características, interativos, racionais, dotados de vontade e com capacidade de opção entre valores distintos – nem se constituem como um objeto epistemologicamente válido, na medida em que são sempre a expressão de uma relação de transição, incompletude e dependência. Ou seja, é na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia que a criança é estudada tradicionalmente pela sociologia – raras vezes a partir da consideração da sua condição

social e geracional. Assim, na perspectiva de J. Qvortup (1991), mais do que ignoradas, as crianças têm sido marginalizadas e “menorizadas” pelo discurso sociológico.

No campo sociológico centrado na infância, a revisão crítica do conceito de socialização tem como principais representantes: Sirota, 1994; Corsaro, 1997; Plaisance, 2004; Mollo-Bouvier, 2005. Particularmente na produção de língua francesa, assim como da inglesa, os trabalhos de Sirota (2001) e Montandon (2001) fazem uma releitura crítica do conceito de socialização e suas versões funcionalistas. Nesse processo de redefinição da categoria, as crianças passam a ser reconhecidas como atores no processo de socialização e não apenas como coadjuvantes passivos da socialização adulta. Ao se ampliar o foco de análise do processo de socialização, são inseridas as interações complexas que se estabelecem na comunicação de conhecimentos, valores e condutas sociais, sendo que as crianças passam a ser reconhecidas como tendo, também, um papel ativo nas relações existentes entre os agentes sociais. Nessa perspectiva de análise da categoria, são inseridas também variáveis como classe, gênero e etnia, as quais se associam a características interindividuais que “tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe” (SARMENTO, 2008).

A concepção da socialização enquanto um processo pode ser verificada na obra de Norbert Elias, que resgata, em Simmel, o conceito de “processos de socialização”. Cabe salientar que, aqui, acentua-se os aspectos dinâmicos, flexíveis e mutáveis das relações e interações que se estabelecem na sociedade. Consideramos importante inserir, na análise, a socializa-

ção enquanto um processo, pois nos permite ampliar o foco de investigação e compreender as várias dimensões que interferem na sociabilidade das crianças, no caso pesquisado as de origem rural, que envolvem aspectos de ordem individual (vivências, práticas cotidianas, conhecimentos adquiridos, construção identitária, entre outros), bem como fatores vinculados às condições sociais e culturais em que vivem as crianças e suas famílias (relações e interações na família, na escola, na comunidade, com seus pares, etc), além de fatores implicados nas relações étnicas, de gênero e de classe. Nesse sentido, socializar-se implica necessariamente a existência de processos que são dinâmicos e em constante modificação, cujas dimensões integram fatores de ordem estrutural da sociedade, aliado a aspectos de natureza contextual e individual.

Os processos de socialização na infância no mundo rural apresentam algumas singularidades que necessitam ser levadas em consideração ao se abordar, nesta pesquisa, as condições sociais das crianças nas comunidades rurais. Entre as quais, cabe destacar inicialmente as interações intra e intergeracionais vivenciadas pelas crianças no âmbito comunitário em que residem, nos espaços de sociabilidade, nas atividades lúdicas e esportivas, nos eventos culturais, nas relações de interconhecimento, ajuda mútua e religiosidade que caracterizam singularmente essas comunidades. Por outro lado, as crianças interagem particularmente nas unidades familiares de produção, com relações de parentesco, sociabilidade e de aprendizagem, envolvendo o conjunto dos membros da família (em muitos casos envolvendo mais que uma geração sob o mesmo teto familiar), nas quais são (re)construídos e desempenhados papéis pelas crianças e demais integrantes do grupo

doméstico na economia familiar, muitas vezes dependendo (e questionando essa dependência) financeira e emocionalmente dos adultos. Além disso, as crianças relacionam-se também no interior da instituição escolar, comumente localizada fora da sua comunidade de origem (em muitos casos na sede das cidades), onde interagem com crianças de outras comunidades, além das que residem no espaço urbano local, como também com professores(as) e funcionários(as) da instituição escolar, que pode ser municipal ou estadual. Finalmente, as relações e interações intrageracionais envolvendo as brincadeiras e as trocas de vivências e aprendizados entre os pares.

É justamente nesse conjunto dinâmico de processos de socialização que as crianças se apropriam e interagem no mundo social, construindo objetiva e subjetivamente a sua própria identidade na relação com o outro (BERGER & LUCKMANN, 1973). Cabe salientar, no entanto, que são relações processuais que perpassam a infância de diversas formas ao longo do tempo. Nesse contexto, não podemos esperar que as crianças sejam repentinamente inseridas ou integradas na sociedade circundante, com todas as consequências nefastas ou favoráveis que isto possa acarretar, na medida em que são vários fatores conjugados interferindo nesse processo, em que as crianças, mais que serem socializadas, socializam-se ao desempenharem (e questionarem) papéis na interação com ou outros.

Enfim, o conceito de processos de socialização permite reconhecer que os atores sociais (no nosso caso, as crianças) são ativos nas relações estabelecidas nos espaços sociais que estão inseridos. Cabe salientar, no entanto, que essas interações são, em muitos casos, perpassadas por relações de hierarquia e poder que geram

desigualdades de oportunidades entre as infâncias nos diversos contextos sociais e históricos. Assim como relações conflituosas entre os gêneros e as gerações de uma mesma família, grupo social ou comunidade. Acreditamos que o conceito de socialização, assim construído, nos instrumentaliza a abordar com mais profundidade a heterogeneidade que caracteriza as comunidades rurais e a agricultura familiar, de maneira geral, e a diversidade presente entre as crianças rurais, especificamente.

### 3. REDEFINIÇÕES NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS RURAIS

Alguns resultados principais da pesquisa indicam que ocorrem modificações significativas nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e na agricultura familiar especificamente. Em algumas localidades, as precárias condições sociais das famílias, a migração de jovens, a debilidade de equipamentos sociais e de espaços de sociabilidade, com implicações no ambiente cultural em que se inserem as crianças (restringindo as oportunidades de interação social intrageracional), a diminuição no número de filhos(as) e a ausência de instituições sociais atuando com crianças rurais, acarretam dificuldades nos processos de socialização dessas crianças, fato que estimula muitas delas (sobretudo na faixa etária de 13 a 14 anos) e, principalmente, as meninas, a fazer em planos visando a continuidade dos estudos e a busca de uma profissão alternativa à agricultura.

Por outro lado, persistem problemas estruturais vinculados à condição social e econômica das famílias, que ainda acarreta empobrecimento, descapitalização e sucateamento

dos equipamentos sociais comunitários, particularmente em comunidades rurais integrantes dos municípios estudados na Região Serrana. Isto pode ser ilustrado a partir das informações coletadas na pesquisa, que demonstram a falta de investimentos sociais, culturais e econômicos nessas comunidades rurais (comunicação, estradas, escolas, saúde, cultura, etc), tendo em vista a precariedade de desenvolvimento dessas municipalidades. Na realidade dos casos estudados na Região Oeste, verifica-se que nas famílias integradas às agroindústrias, em que se ampliam as exigências de escala e produtividade nos processos produtivos, há uma sobrecarga de trabalho entre os membros do grupo doméstico (inclusive nos finais de semana) que, muitas vezes, acaba afetando crianças e jovens, com implicações na sociabilidade, na autonomia, na liberdade, no tempo de lazer, etc. Esforços esses nem sempre reconhecidos e remunerados suficientemente no âmbito da família. Cabe salientar, no entanto, que, mesmo nestas condições, os pais valorizam e incentivam as crianças a se dedicarem aos estudos. Embora estas famílias apresentem rendimentos monetários mais elevados, as crianças, sobretudo as meninas, não deixam de questionar e recusar a profissão de agricultor(a), fazendo planos para ampliar a sua formação educacional e profissional e sair do meio rural. Segundo os pais entrevistados, ocorre um desestímulo das famílias devido à desvalorização da profissão de agricultor(a) na sociedade, o que faz com que eles acabem incentivando os filhos(as) a estudarem e buscar outras profissões.

Embora se verifique a proliferação de estudos conduzidos por instituições oficiais e com abordagens sistemáticas sobre a temática do trabalho infantil, muitas destas iniciativas ainda não têm reconhecido suficientemente as

crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, negligenciando a sua capacidade de interpretar e dar significado às suas práticas sociais, às noções que constroem em torno dos contextos em que interagem cotidianamente, que são plenos de especificidades. Nesse sentido, o entendimento do modo de vida das crianças, a compreensão dos sentidos e significados do trabalho infantil e suas implicações na socialização, nos processos de aprendizagem e na sucessão geracional na agricultura familiar necessitam ser fundamentados nas abordagens das condições sociais em que as crianças vivem, relacionam-se e re-elaboram aquilo que fazem (SARMENTO & STROPASOLAS, 2010).

Nesse sentido, antes ainda de se constituir como problemática sociológica, o trabalho infantil caracterizou-se por ser um problema social com assinalável visibilidade e repercussão pública (SARMENTO, 2009, p.1). Não é de estranhar, por consequência, que a noção de “trabalho infantil” tenha sido normalmente apresentada de forma a-problemática, isto é, como um conceito “plano”, sem complexidade nem ambiguidade: uma atividade ilegal das crianças, praticada clandestinamente e socialmente condenável. Esta conceitualização é, não obstante, contraditada permanentemente (ainda) por uma opinião pública frequentes vezes orientada para a aceitação da atividade econômica das crianças em nome da socialização, contra a “ociosidade”, e dos valores educativos do “trabalho”. Seja a visão a-problemática do “trabalho infantil” como “mal social”, seja a visão conservadora do trabalho das crianças como uma estratégia educativa, o que prevalece na noção de “trabalho infantil” é uma concepção não sociológica deste fenômeno social. A sociologização do conceito de trabalho infantil

– isto é, a análise da atividade econômica e social das crianças no quadro das relações sociais em que ela ocorre e na relação entre a estrutura e a ação social – constitui-se, por consequência, como uma tarefa de indispensável concretização e urgência.

A reprodução de padrões culturais no seio do grupo doméstico acarreta hierarquias e desigualdades de gênero e geração, em detrimento das mulheres e jovens, com implicações nas condições sociais das crianças nas comunidades rurais, sendo sentido e percebido pelas meninas já na infância, processo que acarreta a formulação de projetos de vida e profissional alternativos à agricultura e ao meio rural (STROPASOLAS, 2006; AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Além do papel de formação, o ambiente escolar constitui-se em espaço de socialização para as crianças, oportunidades de interação entre os membros desse público das diversas comunidades rurais, assim como entre crianças rurais e urbanas, estando implicado nesse processo a constituição de turmas mistas, a inclusão digital, a prática de esportes, as relações de afeto, entre outros.

Para Sarmiento, Soares e Tomás (2007), a ação da escola, ao mesmo tempo que pode ser influenciada pelo contexto social, opera um processo de interpretação dessas contingências, contribuindo, através da ação junto das crianças, para a reconstrução das práticas de socialização primária das crianças, nomeadamente as que decorrem dos processos de educação familiar. Assim, num contexto social popular no caso pesquisado, as comunidades rurais, a ação educativa quotidiana da escola pode contribuir poderosamente para a afirmação da cidadania da infância, por efeito da institucionalização dos direitos das crianças, de modo a

transformar algumas práticas familiares. Essa ação educativa pode ser tanto mais favorável à reconstrução dessas práticas, quanto mais se aproxime das realidades culturais das famílias de onde provêm as crianças, potenciando as virtualidades educativas dos seus saberes próprios, no sentido de os valorizar e promover.

O retorno sistemático de jovens migrantes às comunidades rurais nos finais de semana aumenta a troca e a interação de bens de consumo, informações, valores, símbolos, rurais e urbanos entre as crianças, filhos e filhas de agricultores familiares. Em decorrência dessa interação intra e intergeracional, que constitui um elemento importante nas culturas da infância rural, há uma redefinição no ambiente lúdico das comunidades rurais, com diminuição do contato com a natureza e com maior presença da televisão, do computador, da internet, dos jogos eletrônicos, das redes sociais, etc.

Observa-se nos depoimentos dos pais uma grande preocupação quanto à sucessão da propriedade, considerando a migração de parcela expressiva dos jovens e o desinteresse pela atividade agrícola em parcela significativa daqueles que permanecem nas propriedades, inclusive entre as crianças. Este fato já vem preocupando, também, as lideranças representativas do setor agrícola e os técnicos das instituições oficiais que prestam assistência às famílias.

O processo sucessório é, de maneira geral, reconhecido como a transferência de poder e de patrimônio entre as gerações que se sucedem no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a). Além da reprodução entre as gerações de um patrimônio físico, particularmente da propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na ag-

ricultura familiar significa, também, a transmissão de um patrimônio histórico e socio-cultural, embora este papel nem sempre seja valorizado suficientemente pela literatura que analisa esse fenômeno social. Embora a transferência de saberes sempre tenha estado presente na agricultura familiar, verifica-se atualmente uma forte tendência a uma ruptura nesse processo (STROPASOLAS, 2011, p. 26-29).

Renk (1997) entende ser necessário relativizar a assertiva de Mendras (1984), pela qual o indivíduo nasce camponês e não se torna camponês. Para a autora, o indivíduo nasce na condição camponesa, no entanto, este fato não prescinde da construção social dessa condição; ou seja, a necessidade de produção social do que significa “ser agricultor(a)”, visando a sua reprodução enquanto tal. Aqui se insere o papel desempenhado pela transmissão do saber agrário, agrônômico, telúrico, do saber prático, transmitido de pai para filho, como prática pura sem teoria (BOURDIEU, 1989, p. 22).

Inserido nessa problemática da sucessão geracional, constatou-se também a diminuição progressiva da presença das crianças, sobretudo das meninas, nas atividades realizadas na “roça”; o que traz implicações importantes na prática cultural de transmissão/construção de conhecimentos vinculados à agricultura, às culturas agrícolas, entre as gerações. Esse processo resulta no distanciamento das crianças dos saberes tradicionais vinculados ao manejo das espécies vegetais e aos ciclos da natureza. As atividades intensivas de criação de animais (avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite), particularmente nas comunidades da Região Oeste, que ocupam significativamente o tempo em que algumas crianças destinam ao trabalho/ajuda aos pais, o tempo destinado ao estudo, à televisão e ao computador, a desvalorização

monetária das culturas vegetais na agricultura familiar, a diminuição no número de filhos/as, o desestímulo dos jovens em se tornar agricultores, enfim, a interação de todos esses fatores acaba influenciando nessa diminuição na transmissão dos conhecimentos agrícolas para as novas gerações. Sugere-se, enfim, a realização de novas pesquisas visando analisar as implicações que acarretam essas mudanças nos processos de formação e socialização das crianças na dinâmica de sucessão profissional e geracional na agricultura familiar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos modificações importantes nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e, especificamente, na agricultura familiar e no ambiente cultural em que se insere esse público, decorrentes das transformações socioculturais e econômicas que afetam a condição social das famílias rurais pesquisadas e das estratégias e planos que são formulados no cotidiano dos membros do grupo doméstico. Nesse cenário, em que se percebe que as crianças possuem um papel ativo no cotidiano da propriedade, da família e da escola, particularmente nos estratos etários superiores do público infantil, aumentam as trocas e as interações de bens de consumo, vivências, símbolos, valores culturais e expectativas entre as crianças nos diferentes espaços sociais, oportunizando o questionamento de padrões, hierarquias e costumes tradicionais, e a busca de autonomia, independência e, particularmente, de profissões alternativas à agricultura, sobretudo por parte das filhas de agricultores familiares. Tendo em vista as implicações que essas transformações trazem para o processo sucessório

da agricultura familiar, consideramos de fundamental importância que as entidades representativas e as instituições públicas que atuam nas comunidades rurais busquem aprofundar as reflexões, o conhecimento e o debate em torno da condição social da infância e os significados de ser criança na agricultura familiar, visando a inclusão das necessidades e demandas desse público nos projetos e nas políticas orientados ao mundo rural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1º ed. v. 1, 2010.

BELLONI, Maria L. *O que é sociologia da infância?* Autores Associados, 160 p. 2009.

BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CORSARO, W.A. *The sociology of childhood*. London: Pine Forge, 1997.

CORSARO, W.A. *We're friends, right? : inside kids'cultures*. Washington, DC: Joseph Henry, 2003.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fer-

nanda. *Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FRANKLIN, Bob. *The Handbook of Children's Rights. Comparative Policy and Practice*. London: Routledge, 1995.

MARTINS, José de Souza. *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo : Hucitec, 1993.

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après*. Paris, Actes Sud, 437 p., 1984.

MINAYO, M.C.S; ASSIS, S.G; SOUZA, E.R. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 244 ps, 2005.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. In: Sociologia da Infância. *Revista Educação & Sociedade*, maio/ago/2005.

MONTANDON, Cléopâtre. *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa*. In: Cadernos de Pesquisa. n. 112. Março, 2001.

PARSONS, T. & BALES, R.F. *Family, Socialization and Interaction Process*. Nova York: Free Press. 1955.

PLAISANCE, E. *Para uma sociologia da pequena infância*. Educação e Sociedade, vol. 5, n. 86, p. 221-241, 2004.

POLANY, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

QVORTRUP, J. *Childhood as a social phenomenon: an introduction to a series of national reports*. Vienne: European Centre, 1991.

RENK, Arlene. *A reprodução social camponesa e suas representações : O caso de Palmitos-SC*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto & STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os sentidos do trabalho infantil no campo. *Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Braga-Portugal, N° 10, ps. 233-263, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. “O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico” in M. Lisboa (Coord.), *Infância Interrompida*. Caracterização das Actividades Desenvolvidas por Crianças e Jovens em Portugal. Lisboa. Colibri (13-32), 2009.

SARMENTO, Manuel J. *Sociologia da infância: correntes e confluências*. In: Estudos da Infância. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2008.

SARMENTO, Manuel J.; SOARES, Nathalia F.; TOMÁS, Catarina. *Políticas públicas e participação infantil*. Educação, Sociedade e Culturas, n° 25: 183-206; 2007.

SARMENTO, Manuel J. *Imagens sociais e (in) visibilidade da infância*. Relatório da disciplina. Braga: Universidade do Minho, 2006.

SARMENTO, Manuel J. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. In: Sociologia da Infância: Pesquisas com crianças. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação, Volume 26, mai/ago, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *As crianças, contextos e identidades*. Braga, Portugal, Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, Ed. Bezerra, 1997.

SIROTA, Régine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. In: Cadernos de Pesquisa. n. 112. Março/2001.

SIROTA, R. *L'Enfant dans La sociologie de l'éducation: um fantôme ressuscite?* Revue de l'Institut de sociologie, 1/2, p. 147-163, Université Libre de Bruxelles, 1994.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar*. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, Vol. 8, n° 1, p. 26-29, março-2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 236 p, 2006.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES DO TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO (SC)

Andréia Tecchio, Ademir Antonio Cazella, Lauro Mattei

### RESUMO

Este artigo analisa as principais estratégias de reprodução social adotadas por famílias rurais pobres de municípios do Território Meio Oeste Contestado, localizado no oeste de Santa Catarina. O dinamismo socioeconômico dessa região, ditado por agroindústrias que têm a agricultura familiar como principal fornecedora de matéria-prima, contrasta com a persistência de um contingente expressivo de famílias rurais pobres, tanto de agricultores familiares quanto de assalariados rurais, objeto de análise neste trabalho. Observou-se a existência de estratégias de reprodução social que são comuns às duas categorias, relacionadas às condições de acesso à terra e de moradia. Afirma-se também que a compreensão das principais estratégias adotadas por essas categorias sociais é fundamental para a proposição de políticas públicas voltadas à superação da pobreza rural.

**Palavras- chave:** Reprodução social, pobreza, políticas públicas.

## STRATEGIES OF SOCIAL REPRODUCTION OF POOR RURAL FAMILIES FROM THE TERRITORY OF MEIO OESTE CONTESTADO (SC)

### ABSTRACT

This article analyses the main social reproduction strategies adopted by poor rural families from municipalities of the Territory Meio Oeste Contestado, located in west of Santa Catarina. The socio-economic dynamism of this region dictated by agroindustries that have the familiar agriculture as the principal supplier of raw material contrasts with the persistence of expressive contingent of poor rural families, such those ones of agriculturists and rural workers, which constitutes the the object of analysis in this paper. It was established the existence of common social reproduction strategies to both categories and specific conditions related to the access to land and housing. It is also argued that the understanding of the main strategies adopted by these social categories is essential for proposing public policies aimed at overcoming rural poverty.

**Key words:** Social reproduction, poverty, public policies.

**Andréia Tecchio.** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br **Ademir Antonio Cazella.** Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. E-mail: acazella@cca.ufsc.br **Lauro Mattei.** Professor associado, da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mattei@cse.ufsc.br

Raízes, v.31, n.2, jul-dez / 2011

## INTRODUÇÃO

A partir do processo de democratização do Brasil, que iniciou na década de 1980 e teve seu auge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornou-se evidente uma mudança na agenda das políticas públicas direcionadas ao meio rural. A política de desenvolvimento territorial instituída a partir de 2003 no quadro das ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), representa uma inovação, por se constituir em uma ação descentralizada do Estado em parceria com organizações da sociedade civil.

Essa inovação se deu numa conjuntura nacional de orientação das ações do Estado no sentido de intervir na superação da pobreza como um compromisso político e ético prioritário. A implementação do Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI) tem como objetivo o atendimento das necessidades básicas da população e a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda de forma sustentável a partir de processos locais (SDT, S/A).

Essa política de desenvolvimento territorial foi, aos poucos, priorizando o tema da pobreza rural, fato que culminou com o lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Território da Cidadania (PTC) no ano de 2008. Vinculado ao MDA e sob a coordenação da Casa Civil, esse programa visa a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (DELGADO, LEITE, 2011, p. 434). Na atualidade existem

160 territórios da cidadania organizados efetivamente<sup>1</sup>.

Na região de estudo nota-se que desde o ano de 2005 ocorreu uma articulação envolvendo diversos municípios com o propósito de constituir um Território para participar do PTRI. Assim, atores sociais de duas microrregiões (Alto Irani e Vale do Rio do Peixe) foram mobilizados por agentes da SDT/MDA no processo de criação do “Território Meio Oeste Contestado”, o qual passou a integrar também o PTC a partir do ano de 2008.

Essas microrregiões apresentam um elevado dinamismo socioeconômico decorrente da existência de agroindústrias com atuação em mercados regional, nacional e externo, que têm a agricultura familiar como principal fornecedora de matéria-prima. Mesmo assim, persiste, no seu interior, famílias rurais pobres que, ao longo da história, não conseguiram se integrar às principais cadeias produtivas agropecuárias.

Outra característica do Território é a existência de uma dinâmica rede de organizações sociais ligadas à agricultura familiar, com destaque para o sindicalismo, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e o Movimento dos Sem Terra (MST). Essas organizações têm uma base potencial constituída de 13.155 estabelecimentos agropecuários familiares (85%) de um total de 15.473 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). A proporção de área ocupada pelos estabelecimentos não familiares sugere uma forte concentração de terras, já que 62,5% das terras agrícolas pertencem a agricultores patronais constituída, sendo maior que a registrada no

1. Para uma contextualização histórica e análise teórico-metodológica das políticas de desenvolvimento territorial em curso no Brasil ver, dentre outros, Bonnal e Maluf (2009) e a coletânea de textos coordenada por Leite e Delgado (2011).

estado (56,2%) e um pouco abaixo da encontrada no Brasil (75,7%).

As populações específicas também são significativas no Território Meio Oeste Contestado<sup>2</sup>. No estado existem 137 assentamentos da reforma agrária e 4.884 famílias assentadas, dos quais cinquenta assentamentos e 2.266 famílias, respectivamente, 36,5% e 43,6% do total, encontram-se no Território. Em relação à população indígena, 1.394 famílias e uma população de 5.383 indígenas vivem em duas Terras Indígenas (TI) localizadas em três municípios de Território, o que representa 35% do total de 3.983 famílias de indígenas existentes no estado Santa Catarina<sup>3</sup>.

O objetivo do presente artigo consiste em analisar as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado pertencentes a duas categorias sociais: agricultores familiares e assalariados rurais. A compreensão do modo como essas famílias vivem, identificando suas principais estratégias de reprodução social, é fundamental para a proposição de intervenções adequadas para a superação da pobreza. Para tanto, considerou-se como critério de pobreza o fato das famílias serem beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira discute a noção de reprodução social e sua correlação com as práticas de reciprocidade. A segunda contextualiza a região de estudo e apresenta

as principais características socioeconômicas das famílias rurais pobres do Território selecionado. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando-se as estratégias comuns e distintas entre as duas categorias analíticas consideradas.

O objetivo do presente artigo consiste em analisar as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado pertencentes a duas categorias sociais: agricultores familiares e assalariados rurais. A compreensão do modo como essas famílias vivem, identificando suas principais estratégias de reprodução social, é fundamental para a proposição de intervenções adequadas para a superação da pobreza. Para tanto, considerou-se como critério de pobreza o fato das famílias serem beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira discute a noção de reprodução social e sua correlação com as práticas de reciprocidade. A segunda contextualiza a região de estudo e apresenta as principais características socioeconômicas das famílias rurais pobres do Território selecionado. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando-se as estratégias comuns e distintas entre as duas categorias analíticas consideradas.

---

2. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considera como populações específicas os quilombolas, os indígenas e os assentados pela reforma agrária.

3. Dados disponibilizados pelas Superintendências Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Fundação Nacional do Índio de Chapecó (SC), mediante solicitação em março de 2011.

## 1. REPRODUÇÃO SOCIAL E O RECURSO A PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE

O conceito de reprodução social aborda as mais variadas esferas da vida de uma família. Bourdieu e Passeron (2009) denominam de reprodução social o processo através do qual uma sociedade reproduz ou modifica a sua própria estrutura, utilizando-se de diversos mecanismos. Cáceres (1995) concebe a reprodução social como o resultado das relações sociais de produção que permitem a renovação de uma sociedade na sua totalidade, bem como de seus membros nas diversas dimensões. Isso significa que a reprodução social não faz referência somente à reprodução biológica, mas principalmente à renovação dos bens materiais de que depende a reprodução social de indivíduos ou de famílias.

No caso específico da agricultura, muitas famílias adotam estratégias típicas de sociedades camponesas<sup>4</sup>. Em outras palavras, um conjunto complexo de condutas e ações expressas pelos camponeses na relação com o seu entorno, natureza e sociedade, em um determinado contexto geográfico e histórico. O uso diferenciado da força de trabalho familiar é apontado por Paz (1997) como uma estratégia recorrente entre camponeses, que combinam elementos camponeses (uso da força de trabalho, tanto ativa como marginal de crianças e idosos) e capitalista (força de trabalho assalariada). Nessa direção, Quijada (2011) afirma que

as famílias rurais pobres usam a força de trabalho para o desenvolvimento de atividades no próprio estabelecimento agropecuário e fora dele.

Schneider (2006) chama a atenção para a importância da pluriatividade<sup>5</sup> e dos financiamentos informais na reprodução social de famílias rurais pobres. A pluriatividade é importante na formação da renda dessas famílias e “[...] constitui-se em fator decisivo que garante ao indivíduo bens e serviços e, com isso, facultalhe a sua reprodução social”, pois o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria passa, geralmente, pelo acesso aos recursos monetários (SCHNEIDER, FIALHO, 2000, p. 2). As relações de crédito no meio rural são feitas, com frequência, pela intermediação de agiotas e comerciantes locais. As regras dos juros a serem cobrados não são, na maioria das vezes, explícitas e ficam a cargo de quem empresta o dinheiro.

O acesso à terra representa outra importante estratégia de reprodução social para famílias rurais pobres. No Brasil, em 2006, mais de 20% dos estabelecimentos rurais se enquadravam nas categorias de arrendatários, parceiros, ocupantes e sem área (IBGE, 2006). Essa parcela de famílias, por não possuir terra ou o título de propriedade, fica sem acesso a diversos serviços públicos essenciais, como o crédito rural e as políticas de habitação. Para Cardoso, Flexor e Maluf (2003, p. 71), o acesso à terra representa para as famílias de agricultores as-

4. Neste estudo adota-se os cinco traços característicos das sociedades camponesas cunhados por Mendras (1976): uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarcia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

5. A pluriatividade é definida por Schneider (2006) como a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico e que se identificam como família.

sentados “[...] um instrumento essencial no aspecto econômico de sua inclusão nos mercados e da segurança alimentar de suas famílias, como um elemento de consolidação cultural”.

Outro elemento das estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres é a manutenção de um complexo sistema de atividades. Para Cazella, Bonnal, Maluf (2009, p. 58), um sistema de atividades das famílias rurais pode ser entendido “[...] como o conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros das famílias rurais, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família”. Entre as principais práticas de um sistema de atividade pode-se citar o vínculo estabelecido entre a família que fica na área rural com os seus membros que migraram e que efetuam remessas de dinheiro, roupas, remédios, entre outros bens. A troca e doação de alimentos e de dias de trabalho são outros mecanismos que compõem um sistema de atividades.

A noção de sistemas de atividades está diretamente correlacionada com a teoria da reciprocidade. A organização econômica entre as pessoas sempre faz parte das suas relações sociais e são compostas por atos de trocas mercantis e não-mercantis. Entre as não-mercantis, o recurso à reciprocidade como instrumento para fortalecer os laços econômicos é recorrente. Nesse sentido, Caillé (2002) e Sabourin (2011) retomam as formulações do antropólogo Marcel Mauss e do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) sobre a teoria da dádiva. A dádiva na sociedade moderna se fundamenta na lealdade que sustenta o ciclo estruturado composto por três momentos: dar, receber e retribuir. Dessa forma, a existência da reciprocidade reforça os vínculos sociais em oposição à suposta exclusividade das rela-

ções mercantis teoricamente desprovidas desses vínculos. A reciprocidade é, assim, a matriz das relações humanas que gera um princípio econômico diferente da troca mercantil. A teoria da reciprocidade “[...] procura outra leitura das relações econômicas e sociais, que aquela por meio unicamente do princípio da troca e, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social e econômica (SABOURIN, 2011, p. 25)”.

Para esse autor, a troca mercantil e a reciprocidade constituem dois modelos teóricos correspondentes a dois princípios econômicos, que nas sociedades rurais podem coexistir e motivar complementaridade, ou tensões e contradições. A troca equivale a uma permuta de objetos e a reciprocidade é uma relação reversível entre sujeitos. As relações de troca e reciprocidade podem coexistir em sistemas mistos na maioria dos casos das sociedades contemporâneas e, em especial, no meio rural dos países do hemisfério sul.

Essa discussão está associada ao tema da multifuncionalidade da agricultura familiar. Trata-se de um debate lançado no final da década de 1990 na União Europeia, mais precisamente na França, com o propósito de romper com a visão setorial da agricultura, que concebe o meio rural apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura (CARNEIRO, MALUF, 2003). Para as condições brasileiras, esses autores destacam as funções de reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 56), a multifuncionalidade “[...] se expressa

mediante a diversidade das formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água, florestas e outros) e das relações de trabalho”.

Segundo essa abordagem, a agricultura familiar possui outros papéis para além da produção de alimentos e de matéria-prima. A coesão social é uma dessas funções, pois essa atividade acolhe uma parcela de famílias rurais que enfrenta maiores limitações em obter sucesso em outras atividades, por falta de estudo e de qualificação profissional, além do elevado custo de vida no espaço urbano quando comparado aos do meio rural (CAZELLA, 2003). No próximo tópico pretende-se aprofundar essa análise a partir da realidade empírica do Território Meio Oeste Contestado.

## 2. PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS SOCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES DO TERRITÓRIO

O Território Meio Oeste Contestado é composto por 29 municípios da mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina (Figura 01) e por uma população de 272.042 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Desse total, cinco municípios foram selecionados no quadro deste estudo por concentrarem o maior número de famílias beneficiárias pelo PBF e de famílias indígenas e assentadas pela reforma agrária. A escolha das famílias entrevistada se deu a partir da lista de beneficiários do PBF e com o auxílio de agentes de saúde, gestores do PBF e da política territorial, assistentes sociais, extensionistas rurais e dirigentes do MST. A pesquisa de campo foi realizada no mês de agosto de 2011 e contemplou 21 famílias, sendo doze de agricultores familiares e nove de assalariados rurais. Por serem as responsáveis pelos recursos do PBF e mais facilmente encontradas nas residências, as esposas foram as principais informantes.

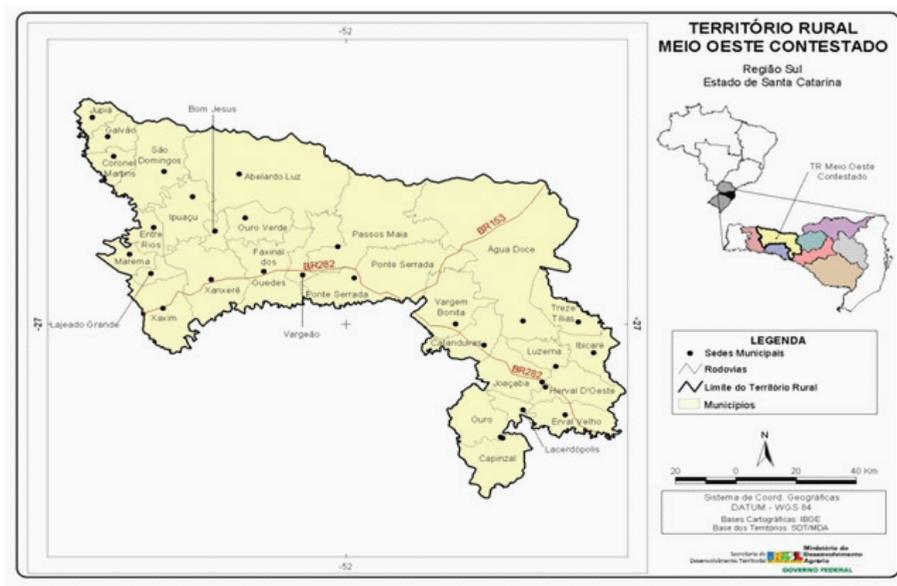


Figura 01 - Localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado e dos municípios no interior do Território.  
Fonte: SDT, 2006.

A incidência de famílias beneficiadas pelo PBF no estado é de 141.843 famílias, destas 9.575 (6,8%) encontram-se no Território (MDS, 2011). Em relação às populações específicas, das 3.983 famílias de indígenas existentes em Santa Catarina, 1.308 (32,84%) são beneficiárias do PBF. Já das 4.884 famílias assentadas pela reforma agrária no estado, apenas 579 (11,85%) recebem o Bolsa Família, o que significa que a maioria apresenta renda *per capita* acima da linha de pobreza. Entretanto, o acesso ao PBF das populações específicas do Território é elevado, pois as 729 famílias indígenas e as 300 assentadas que são beneficiadas pelo Programa representam, respectivamente, 55,7% e 51,8% do total de famílias dessas categorias atendidas no estado.

As 21 famílias rurais pobres que participaram da pesquisa se dizem descendentes de posseiros, agregados, arrendatários, indígenas e de famílias proprietárias de pouca terra. Em relação à origem étnica, a maioria das famílias se identifica como sendo brasileira ou cabocla e cinco como indígenas. Todas são originárias da região oeste de Santa Catarina e mais especificamente de municípios próximos daqueles onde residem na atualidade. O número de pessoas por família varia de três a nove e, além do casal, quase todos os demais integrantes são filhos e netos em idade escolar. A análise da estrutura etária dos casais revela que tanto as mulheres quanto os homens, com exceção de um aposentado (76 anos), têm entre 27 e 56 anos. O grau de escolaridade dos responsáveis pelas famílias é extremamente baixo. A grande maioria estudou até a quarta série e dez se declararam analfabetos, sendo quatro mulheres e seis homens.

Do total de famílias entrevistadas doze pertencem à categoria de agricultores famili-

ares, dos quais dez residem no meio rural e duas em bairros de cidades. Dentre as esposas, cinco se dedicam, principalmente, aos serviços domésticos, quatro exercem atividades também na agricultura por conta própria e três são pluriativas: duas trabalham como merendeiras e uma faz faxina para moradores urbanos. Em relação aos cônjuges, oito são agricultores monoativos e os demais são pluriativos: dois diaristas na agricultura, um motorista de ônibus escolar e outro pedreiro.

Em metade dos casos das doze famílias de agricultores, os filhos migraram para o perímetro urbano nos últimos dez anos. Entre os principais motivos foi citada a necessidade de sair de casa para poder estudar ou por terem casado. Em apenas uma situação foi mencionado se tratar de uma estratégia para ajudar financeiramente a família que permanece no meio rural. Entretanto, os filhos de duas dessas famílias retornaram para a casa dos pais.

Essas famílias têm acesso à terra de diferentes formas (Tabela 01). O principal mecanismo está associado às políticas agrárias, que beneficiou quatro famílias pela reforma agrária e uma via crédito fundiário. O arrendamento é praticado por quatro famílias: duas como única forma de acesso à terra e duas como estratégia de complementar as áreas de terras próprias. As duas famílias que acessam terras exclusivamente através de arrendamento moram em bairros e cultivam lotes situados no perímetro urbano. Uma delas mantém, também, contratos de arrendamentos com agricultores familiares próximos do local de moradia. A herança e a aquisição de terras com recursos próprios complementam o leque de diferentes formas de aceder a porções de terras para residir e cultivar. Por fim, a família indígena acessa dois sítios<sup>6</sup>, dos quais um tem aproximadamente 5

6. O termo sítio é utilizado pelos indígenas da TI Xapecó para designar a área de terra definida pelo cacique para que as famílias desenvolvam atividades agropecuárias. Nem todas as famílias indígenas dessa TI têm acesso a esses sítios.

ha, onde se encontra a residência e a produção de alimentos para autoconsumo, e outro 10 ha, que são arrendados para um agricultor familiar cujo estabelecimento rural se encontra no entorno da TI, de quem recebe 20% do valor da produção de soja e milho.

As áreas variam de 0,3 a 18 ha, sendo que as menores (0,3 a 7 ha) correspondem aos casos de arrendatários, beneficiário do crédito fundiário, herdeiros de terras e daqueles que adquiriam pequenas áreas com recursos próprios. As maiores áreas (15 a 18 ha) pertencem aos

Formas de obtenção da terra para cultivar			
Principal	Área (ha)	Secundária	Área (ha)
Arrendamento	0,3	-	-
Arrendamento	1,6	-	-
Assentamento	17	-	-
Assentamento	7	-	-
Assentamento	17	-	-
Assentamento	18	-	-
Compra com recursos próprios	0,6	Arrendamento	4
Compra com recursos próprios	7	-	-
Crédito fundiário	6	-	-
Herança	1,8	Arrendamento	3
Herança	1	-	-
Terra Indígena	15	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

agricultores assentados pela reforma agrária e à família indígena. Nenhuma família possui equipamentos agrícolas de tração motora para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. No entanto, os pagamentos de horas de máquina para prefeituras e vizinhos, bem como os empréstimos de vizinhos com quem mantêm diferentes relações de reciprocidade, são recorrentes. Na maioria dos casos, as retribuições pelo uso desses maquinários se dão por meio da

prestação de serviços diversos. Além disso, as famílias entrevistadas comumente tomam emprestadas pequenas somas de dinheiro de famílias com quem mantêm sistemas de atividades, sendo os pagamentos feitos, com frequência, por meio da prestação de serviço.

Todos os agricultores familiares pesquisados produzem alimentos de origem vegetal e animal para o autoconsumo. De maneira geral, a produção animal é limitada pela falta de área

para produção de pastagens e grãos. No caso dos bovinos, a restrição maior é a falta de recursos financeiros, uma vez que esses animais são vendidos para suprir necessidades financeiras. Os produtos extrativos também são relevantes para o autoconsumo, com destaque para a produção de lenha, a coleta de pinhão e de plantas medicinais. Essas famílias de agricultores não produzem alimentos para autoconsumo em quantidades suficientes, principalmente os de origem animal. Algumas mencionam sofrer restrições alimentares, com destaque para a escassez de carne e leite na dieta alimentar. No entanto, nenhuma se declarou em situação de insegurança alimentar. A troca e a doação de alimentos é prática recorrente entre esses agricultores. Uma estratégia adotada por essas famílias é a manutenção de crédito em supermercados para a aquisição de alimentos nos períodos de entressafra.

A comercialização da produção em mercados convencionais é precária. Apenas uma delas vende produtos vegetais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras três trocam em estabelecimentos comerciais por bens que necessitam adquirir. Já os de origem animal são comercializados por sete famílias através da venda de

bovinos para abatedouros, leite para laticínios e ovos para famílias de vizinhos. Entretanto, a maioria das famílias comercializa apenas um produto e em pequenas quantidades, o que reforça a importância das trocas de alimentos. É relevante o fato de quatro das doze famílias de agricultores não comercializaram nenhum alimento.

Em relação às nove famílias rurais que vivem de diferentes formas de assalariamento, a Tabela 02, a seguir, apresenta o local de moradia, as formas de acesso à residência e a natureza do trabalho exercido por membros dessas famílias. Cinco residem em comunidades rurais e TI, três em bairros urbanos e uma num acampamento do MST situado nas margens de uma rodovia. As três famílias assalariadas que habitam no meio rural têm casas fornecidas pelos seus empregadores.

Das três famílias que moram em bairros urbanos, uma comprou o terreno com recursos de herança recebida de familiares e a casa foi financiada pela Caixa Econômica Federal. Uma família possui casa própria em terreno ocupado e, embora resida nesse local há mais de 20 anos, não possui nenhum documento que comprove a posse do terreno. Outra família reside em uma casa alugada e, por fim, uma família mora

Tabela 02 - Local de moradia, formas de acesso à residência e natureza do trabalho dos assalariados rurais

Local de moradia	Formas de acesso à residência	Natureza do Trabalho
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (suinocultura)
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (bovinocultura)
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (suinocultura)
Terra Indígena	Casa própria	Casal desempregados
Terra Indígena	Casa própria	Esposa assalariada (merendeira) e esposo cacique
Lote urbano adquirido com recursos próprios	Casa própria financiada	Esposo empreiteiro (reflorestamento)
Lote urbano ocupado	Casa própria	Esposo assalariado (erva-mate)
Lote urbano	Casa alugada	Casal de assalariados (carregamento de frangos e laticínio)
Domínio de rodovia	Barraco em acampamento do MST	Esposo diarista em atividades diversas

Fonte: Pesquisa de campo.

em um barraco num acampamento do MST.

Todas exercem atividades relacionadas ao setor agropecuário e mantêm relações de trabalho diversas. Em seis casos, um integrante, pelo menos, possui carteira de trabalho assinada: quatro, os esposos; uma, o casal; e outra, apenas a esposa trabalham como assalariada. Os que desenvolvem atividades em estabelecimentos agropecuários de forma permanente, além de local para moradia dispõem de áreas para cultivos voltados ao autoconsumo. Entre esses empregadores encontram-se um político que possui diversos estabelecimentos agropecuários no município, um proprietário de uma loja de roupas de um município vizinho e um agricultor familiar bem estruturado financeiramente, mas que reside na cidade do município.

Uma família indígena encontrava-se sem ingresso de renda no período da entrevista. Em outra família indígena, o cônjuge é cacique e não recebe remuneração para o exercício dessa função, mas sua esposa trabalha como merendeira na escola da TI. Um empreiteiro trabalha em reflorestamentos de *Pinus* e atua com mais quatro pessoas que contrata informalmente. Ele e sua equipe prestam serviços para uma empresa que executa atividades de plantio, tratos culturais diversos, desgalhe e corte em áreas de reflorestamento.

As condições de trabalho oferecidas pela indústria de erva-mate em que trabalha um integrante de uma família entrevistada são apontadas como precárias, embora tenha havido melhorias após algumas ações de fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo a esposa desse trabalhador, os cortadores de erva-mate ficam entre 20 e 30 dias nas matas sem retornar para casa e, embora possuam registro na carteira de trabalho, a remuneração é feita por dia de trabalho. Dessa forma, nos meses com

maior incidência de chuvas ou de entressafras do corte de erva recebem valores menores que o salário mínimo.

Outro tipo de emprego formal ofertado na região é o carregamento de frangos efetuados por empresas terceirizadas pelas agroindústrias. Uma entrevistada relata que a empresa, além de fornecer alimentação e transporte de baixa qualidade aos empregados, os submete a longas jornadas de trabalho e em turnos diversos, com várias horas de deslocamento entre municípios da região. Essa trabalhadora diz estar temporariamente nessa atividade e aponta a baixa escolaridade como o principal fator que dificulta o exercício de outra ocupação. O seu cônjuge é empregado de um laticínio da região que disponibiliza transporte e alimentação, segundo ela, de melhor qualidade. Por fim, o cônjuge da família acampada exerce atividades esporádicas como diarista para agricultores familiares e fazendeiros das comunidades rurais próximas do acampamento onde reside há quatro meses. Sua condição é de extrema vulnerabilidade, pois o trabalho sazonal se concentra na época de colheita.

As três famílias que residem em bairros e a que se encontra acampada no domínio de uma rodovia não produzem alimentos para o autoconsumo por falta de terras. As outras cinco famílias produzem alguns alimentos, em especial as três famílias que trabalham em estabelecimentos agropecuários integrados com agroindústrias. Nesses casos, as hortas são em parceria com a família do empregador, que fornece as mudas, cabendo às famílias assalariadas os tratos culturais. Uma dessas famílias faz a produção de alimentos de origem vegetal também junto a familiares, que moram próximos do local onde trabalha.

A autonomia no processo de produção

de alimentos de origem animal é mais restrita, sendo que as famílias de assalariados rurais produzem basicamente galinhas e porcos. Do total de nove famílias entrevistadas, apenas quatro têm algum tipo de criação animal. A lenha é utilizada por oito das nove famílias entrevistadas, sendo que seis se abastecem com recursos existentes nos locais onde prestam serviço. Nenhuma dessas famílias comercializa produtos agropecuários.

Essas famílias sofrem as mesmas restrições alimentares dos agricultores familiares, com a ressalva de que a família acampada e uma indígena não se encontravam em situação de insegurança alimentar porque recebem cestas de alimentos de instituições públicas. A estratégia de manutenção de crédito em supermercados para adquirir alimentos nos períodos em que as famílias ficam desempregadas também é praticada pelos assalariados rurais. Em função da pouca produção de alimentos, a troca e a doação é menos importante que o verificado na categoria anterior. As famílias de assalariados rurais mantêm sistemas de reciprocidade com as famílias empregadoras, vizinhos e parentes. As práticas se configuram, além da já citada troca e doação de alimentos, no cuidado momentâneo dos filhos e empréstimo de dinheiro.

Quanto às políticas públicas que beneficiam as famílias rurais pobres, o recebimento do Bolsa Família é a política social considerada mais relevante pelo conjunto das famílias entrevistadas, mas todas são também beneficiadas pela maior parte das políticas universais do Governo Federal da área social que integram o PTC. Já as políticas de inserção produtiva beneficiam apenas os agricultores familiares que possuem terra.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu observar que as famílias rurais pobres presentes no Território Meio Oeste Contestado adotam diferentes estratégias para assegurar sua reprodução social. Dentre as famílias dos agricultores familiares nota-se que a principal estratégia diz respeito ao acesso à terra mesmo que de forma precária, pois permite uma maior autonomia tanto para a exploração agropecuária quanto para o exercício de outras atividades não necessariamente remuneradas. Desta forma, a posse da terra possibilita que outras estratégias sejam utilizadas, como, por exemplo, o exercício de trabalhos sazonais remunerados, com destaque para atividades de baixa qualificação na condição de diarista na agricultura e faxina em residências urbanas, caso específico das mulheres. Além disso, verificou-se que essa categoria também possui maior autonomia para a produção, comercialização, troca e doação de alimentos.

Já no caso das famílias assalariadas rurais, a venda da força de trabalho é a principal estratégia de reprodução social, uma vez que é dessa relação social que provém a principal fonte de renda monetária. Nessa condição, chama atenção que muitos membros dessas famílias trabalham em condições precárias, sendo frequentes os períodos em que permanecem desocupados e/ou exercem trabalho sazonal na informalidade.

De um modo geral, observou-se que duas estratégias de reprodução social estão presentes entre as categorias consideradas na análise. Por um lado, destacam-se a produção de alimentos para o autoconsumo e a extração de produtos vegetais. Entretanto, quanto menor a área cultivada, mais restrita é a diversidade e a quantidade de produção para o autocon-

sumo. Por outro lado, as famílias rurais pobres obtêm crédito nos supermercados para adquirir alimentos, principalmente nos períodos em que se encontram inativos e sem remuneração. Essa estratégia é facilitada pelo fato da maioria das famílias residir no mesmo município há muitos anos e conhecer os proprietários de estabelecimentos comerciais, além de contar com os benefícios do PBF.

Além disso, observou-se que todas as famílias entrevistadas mantêm vínculos com agricultores melhores estruturados, sendo eles fazendeiros, vizinhos, familiares ou empregadores, com os quais estabelecem uma complexa relação de reciprocidade. Essa relação baseia-se na prestação de serviços, troca de dias de trabalho por serviços de máquinas e equipamentos, concessões de áreas para cultivo em parceria, arrendamentos, troca e doação de alimentos, cuidado momentâneo dos filhos e empréstimo de dinheiro. Na verdade, trata-se de relações de troca não-mercantis que asseguram a sobrevivência dessas famílias.

A maioria das famílias demonstrou estar satisfeita com o fato de alguns dos seus integrantes possuírem renda sem depender do trabalho desempenhado pela família. Essa prática se configura como uma estratégia de reprodução social visto que quando um filho sai de casa, deixa de depender da família. Durante a pesquisa de campo, observou-se que os filhos de duas famílias entrevistadas voltaram para o meio rural por não terem conseguido permanecer no meio urbano.

Registre-se que outro elemento determinante nas estratégias atuais de reprodução social das famílias analisadas é o fato de contarem com os benefícios das políticas sociais, especialmente dos programas de transferência de renda, os quais garantem a essas famílias rurais

pobres uma melhor condição de vida. Todavia, ressalta-se que tais políticas não são suficientes para retirar essas famílias da condição de pobreza em que se encontram.

É nesse contexto que o conhecimento das principais estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais pobres pode ser útil e auxiliar na elaboração ou a reformulação de políticas públicas capazes de fazer com que essas estratégias sejam ou superadas, quando se tratar de situações de exploração social, ou reforçadas, quando representarem formas inéditas de mecanismos de superação da pobreza rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2004.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 71-110.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairrão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CÁCERES, D. *Estrategias campesinas em sociedades rurales contemporáneas*. In: *Revista da La Facultad de Agronomía*, v 15, n. 1. Bueno Aires, p. 67-72. 1995.

CAILLÉ, A. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, J. H.; FLEXOR, J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 60-73.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 17-26.

CAZELLA, A. A. Multifuncionalidade agrícola: retórica ou trunfo para o desenvolvimento rural? In: CASTILHOS, M. L.; RAMOS, J. M. (Ed.). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão: Calgan Editora Gráfica Ltda., 2003, 166 p.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 47-70.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. 2006.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. 2010.

LEITE, S. P.; DELGADO, N. G. (Coord.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, v. 14, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

*Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único*. 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbmFyYw==&loc=mdsSenarc>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

MENDRAS, H. *Sociétés paysannes*. Paris: Colin, 1976. 236 p.

PAZ, R. *Pobreza rural, campesino y medio ambiente: su análisis en un contexto globalizado*. In: *Realidad Económica*, n. 152. Buenos Aires: 1997. p. 74-94.

QUIJADA, A. B. Las complementarias vías para superar la pobreza rural. In: *Revista Rural Latinoamericana* Equitierra, n. 9, jun. 2011.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. In: *Sociologias*, 2011, v. 13, n. 27, p. 24-51. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 fev. 2012.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade no Brasil*. Proposta de tipologia e sugestão de políticas. Anais do XLIV Congresso da Sober, Fortaleza, 2006.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. In: *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/376.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado* (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

\_\_\_\_\_. *Territórios Rurais: sobre o programa*, (S/A). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## RECURSOS DE BASE COMUM E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INSTITUIÇÕES SOCIAIS E DILEMAS ENTRE O ‘ÓTIMO ECONÔMICO’ E O ‘EQUILÍBRIO ECOLÓGICO’

Igor Ferraz da Fonseca; Maurício de Carvalho Amazonas

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a ideia neoclássica de ‘ótimo econômico’ em sua relação com o desenvolvimento sustentável, tomando-se o caso paradigmático dos recursos de base comum – RBC. Argumenta-se que a economia ambiental neoclássica, na qual a gestão dos recursos ambientais se funda na otimização econômica das utilidades na lógica de custo-benefício, não se adequa teórica e concretamente para a gestão dos RBCs. O enfoque da economia ecológica e o enfoque institucionalista são convergentes em demonstrar esta inadequação, dado o entendimento de que o ponto ótimo na gestão dos RBCs não só é inviável objetivamente, como não promove a justiça social na distribuição dos recursos nem a conservação dos recursos naturais, minando o bem-estar social no longo prazo. Dessa forma, o caso dos RBCs permite uma aproximação analítica das dimensões social e ecológica, às quais a dimensão econômica deveria estar subordinada.

**Palavras-chave:** Recursos de base comum; ótimo econômico; institucionalismo.

## COMMON BASIS RESOURCES AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: SOCIAL INSTITUTIONS AND THE DILEMA BETWEEN THE ECONOMIC OPTIMUM AND THE ECOLOGICAL BALANCE

### ABSTRACT

This paper aims to analyze the idea of neoclassical economic optimum in relation to sustainable development, taking the paradigmatic case of common base resources - RBC. It is argued that neoclassical environmental economics – in which the management of environmental resources is based on the economic optimization of utility in cost-benefit logic – is not adequate theoretically and concretely for the management of RBCs. Ecological economics and institutionalist approaches converge in demonstrating this inadequacy, given the understanding that an optimum management of RBCs is not only objectively unfeasible, but it does not promote social justice in the distribution and the conservation of natural resources, undermining the social welfare in the long run. Thus, the case of RBCs allows an analytical convergence of social and ecological dimension, to which the economic dimension should be subordinated.

**Keywords:** Common goods; economic optimum; institutionalism.

**Igor Ferraz da Fonseca.** Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Graduado em Sociologia (UnB), é mestre e doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). [igorfonseca@ibest.com.br](mailto:igorfonseca@ibest.com.br). **Maurício de Carvalho Amazonas.** Professor Adjunto do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), na área de Economia do Meio Ambiente. Doutor e Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (2001 e 1994). [mauricioamazonas@uol.com.br](mailto:mauricioamazonas@uol.com.br).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a ideia neoclássica de ‘ótimo econômico’ – entendido como o ponto ou condição de máxima eficiência de utilização dos recursos econômicos e de sua decorrente geração de bem-estar, em sua relação com o desenvolvimento sustentável. Para tanto, este trabalho tomará por base o caso paradigmático dos recursos de base comum – RBC, examinados nas dimensões ambientais, econômicas e sociais envolvidas em sua gestão.

O bem coletivo, uma atualização do conceito de bem livre de Ricardo, é aquele que não é passível de apropriação estritamente privada, ou seja, não há possibilidade de exclusão de indivíduos em termos de acesso e utilização do bem. Quando um bem coletivo é provido (natural ou socialmente), todos têm direito a dele desfrutar. Usualmente, denomina-se por público o bem coletivo que é efetivamente utilizado por todos que assim o queiram, e por comum o bem coletivo que é utilizado por um grupo circunscrito de usuários.

A segunda seção deste capítulo explora a ideia de ‘tragédia dos comuns’. Tal ideia contradiz a máxima liberal de que cada indivíduo buscando maximizar benefícios privados contribuiria para um bem estar da coletividade, mediado pela ‘mão invisível’ do mercado. Na sequência, é abordada a lógica da ação coletiva de Mancur Olson, que discute os determinantes da ação conjunta de grupos sociais na busca do provimento de bens coletivos. A quarta seção aborda a ideia de ótimo econômico como base da economia neoclássica, discutindo como esta ideia permeia a análise do *mainstream* econômico sobre a questão ambiental. A quinta seção discute o papel das instituições sociais

no fomento a um adequado gerenciamento dos Recursos de Base Comum – RBC, bem como traz um panorama de acertos e obstáculos encontrados no desenvolvimento das teorias que procuram analisar a questão dos RBC. A sexta parte discute como a noção da busca exclusiva pelo ‘ótimo econômico’ não conduz, por si mesma, ao desenvolvimento sustentável, e aponta as contribuições da economia ecológica e da ‘teoria dos comuns’ na superação do ‘economicismo’ e na promoção do paradigma da sustentabilidade. O artigo conclui na sequência.

### 1. A TRAGÉDIA DOS COMUNS

A emergência do campo de estudos relacionado à teoria dos comuns tem origem no célebre artigo, de autoria de Garret Hardin, intitulado ‘A Tragédia dos Comuns’ (1968). Hardin parte da crítica à máxima de Adam Smith, que assegura que a ação individual racional, buscando maximizar interesses individuais, levaria ao bem estar coletivo. Para Hardin, tal maximização, no que toca os bens comuns, levaria à uma tragédia, que resultaria no sobre uso e no esgotamento desses recursos.

O exemplo clássico da tragédia dos comuns se refere à dinâmica envolvendo pastores de ovelhas que criam seus animais em uma área de pastagem comum, porém limitada em tamanho. Neste contexto, quando um pastor promove o crescimento de seu rebanho em uma unidade, todo o lucro, advindo dessa adição ao rebanho, é apropriado individualmente pelo pastor. Entretanto, os custos relacionados ao aumento da pressão sobre a capacidade de suporte da pastagem gerados pela nova unidade do rebanho são divididos entre todos os out-

ros pastores da área, pois a pastagem é de uso comum. Já que os indivíduos maximizam seus lucros ao adicionar uma unidade extra ao rebanho e apenas arcam com uma parcela dos custos gerados por essa adição, o ímpeto racional de cada um dos pastores individualmente seria aumentar indefinidamente seu rebanho, até o momento em que a pastagem fosse esgotada, gerando uma tragédia coletiva que afetaria todos os pastores. Enfim, se cada um agir individualmente buscando maximizar seus próprios interesses, todos saem perdendo, inclusive ele próprio.

Parte significativa dos temas relacionados aos estudos ambientais tem como objeto de análise bens que podem ser considerados públicos e/ou comuns e, assim, sofrem a ameaça da tragédia dos comuns. Além do exemplo das pastagens, questões relacionadas a recursos pesqueiros, à exploração de florestas, ao uso da biodiversidade, à irrigação, ao gerenciamento de recursos hídricos, à mudanças climáticas, entre outros, podem ser analisados sob a ótica dos 'comuns'. Dessa forma, os diversos temas seriam melhor compreendidos adicionando-se a questão dos comuns ao seu campo de análise.

A tragédia dos comuns remete a um problema de ação coletiva. Como a ação sob a égide da maximização de interesses individuais, em um campo onde os bens são coletivos, não gera o resultado esperado pela doutrina econômica liberal, o dilema dos comuns deve ser enfrentado por meio da condução do acesso, apropriação e uso do bem comum através de ação conjunta entre as partes envolvidas no provimento do bem, para que o mesmo continue sendo provido ao longo prazo.

## 2. A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA<sup>1</sup>

Mancur Olson dedica sua *A Lógica da Ação Coletiva* (OLSON, 1999) a demonstrar como são organizados os grupos sociais quando essa organização tem como objetivo o provimento de um bem coletivo ou comum. A lógica da ação no que se refere ao provimento de um bem comum (o que implica os custos de provê-lo) estimula que o ator, racionalmente, prefira não agir, se beneficiando das ações alheias, pois este ator não pode ser excluído dos benefícios ulteriores derivados dessas ações. Ou seja, a relação custo/benefício não estimula o ator a agir em interesse próprio, mas a adotar o comportamento *free-rider* (caronas). Para explicitar como essa lógica se processa, faz-se necessário um breve resumo da argumentação do autor.

Como o bem coletivo é de interesse de muitos, é plausível pensar que os indivíduos formariam um grupo com a finalidade de provê-lo. E que, quanto maior o grupo, quanto mais geral for o benefício do bem comum a ser provido e quanto mais consciente de seus interesses forem os indivíduos, mais fácil seria o provimento do mesmo. A tese de Olson nega essa premissa e aponta que os grupos grandes seguem uma lógica contrária à exposta acima. Segundo o autor,

Não é verdade que a ideia de que os grupos agirão para atingir seus objetivos seja uma seqüência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingis-

1. Esta seção apoia-se em Fonseca & Bursztyn (2007)

sem seu objetivo grupal, eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses. Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, *os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais* (OLSON, 1999, p.14, grifo no original).

Mesmo que os membros do grande grupo almejem a maximização de seu bem-estar pessoal por intermédio do bem coletivo e que haja acordo dentro do grupo sobre os métodos para obter o bem, somente a associação grupal não assegura o provimento otimizado desse benefício. É necessário uma coerção, que force os indivíduos a arcar com os custos da ação do grupo, ou então que sejam oferecidos, individualmente aos membros, incentivos cuja recompensa é outro bem diferente do bem coletivo. Só assim os indivíduos aceitarão contribuir com os custos da ação referente à obtenção do bem comum. Isso ocorre porque os bens coletivos possuem características próprias, que dificultam a organização e a ação para seu provimento. Olson assinala que existem três fatores independentes, porém cumulativos, que podem impedir os grandes grupos de promoverem seus interesses:

[...] Primeiro, quanto maior for o grupo, menor a fração do ganho total grupal que receberá cada membro que atue pelos interesses do grupo, menos adequada a recompensa a qualquer ação grupal, e mais

longe ficará o grupo de atingir o ponto ótimo de obtenção do bem coletivo, se é que obterá algum. Segundo, dado que quanto maior for o grupo, menor será a parte do ganho total que caberá a cada membro ou a qualquer pequeno subgrupo (sem exceção), menor será a probabilidade de que algum subgrupo – e muito menos algum membro sozinho – ganhe o suficiente com a obtenção do benefício coletivo para compensar os custos de prover até mesmo uma pequena quantidade do benefício. [...] Terceiro, quanto maior for o número de membros do grupo, mais custosa será a organização e, portanto, mais alta será a barreira a ser saltada antes que alguma quantidade do benefício coletivo possa ser obtida (ibid., p. 60).

Em grupos grandes, os esforços individuais não têm efeitos sensíveis sobre o provimento ou não de um bem coletivo e os custos privados derivados de seus esforços são superiores aos benefícios advindos do bem comum. Ao mesmo tempo, esse indivíduo poderá desfrutar das mesmas vantagens obtidas pelos outros, quer tenha ou não colaborado com o grupo. Ademais, uma coerção que vise à contribuição do indivíduo será implementada ou reforçada caso os atos de cada um sejam perceptíveis para os demais membros do grupo. Porém, alerta Olson, quanto maior o grupo, menor a possibilidade de que o não-colaborador seja descoberto. Essas condições favorecem o tipo de comportamento denominado por Olson de *free-rider* (caroneiro). Esses indivíduos “[...] não têm nenhum interesse comum no que toca a pagar o custo desse benefício coletivo. Cada membro preferiria que os outros pagas-

sem todo o custo sozinhos, e por via de regra desfrutariam de qualquer vantagem provida quer tivessem ou não arcado com uma parte do custo” (*ibid.*, p.33). Portanto, o *free-rider* é aquele que desfruta do bem coletivo sem ter pago nenhum custo para a obtenção do mesmo. Seja porque a relação custo/benefício desestimula o ator a agir em prol de seus interesses, seja por ser impossível excluir o ator que não contribui com a ação do grupo dos beneficiários.

A busca por interesses individuais impede o adequado provimento e estimula a inadequada utilização do bem comum, e em alguns casos leva à efetivação da ‘tragédia dos bens comuns’. Ao adicionar-se a teoria da ação coletiva de Olson ao escopo da ‘tragédia’ teorizada por Hardin, a análise dos bens comuns ganha em complexidade, conforme demonstrado no exemplo a seguir:

Em um lago, a sobre-exploração da atividade pesqueira leva a uma diminuição no número de peixes disponíveis, gerando prejuízo para os pescadores. Para evitar a ‘tragédia dos comuns’, os pescadores formam um grupo para regulação da obtenção do bem comum (um estoque pesqueiro sustentável) e criam regras para a pesca no lago (controle do número e tamanho de peixes pescados, épocas proibidas para a pesca etc.). Com essas medidas, o número de peixes retorna a níveis anteriores e o benefício coletivo volta a ser provido adequadamente. Porém, um indivíduo isolado teria benefícios individualmente se não respeitasse as regras e não arcasse com os custos do grupo, pois, nesse caso, há grandes vantagens em não cooperar, exatamente porque os demais assumem comportamentos cooperativos (LIMA & RUA 2003). Ele ‘pegaria carona’ no benefício coletivo, pois ninguém poderia excluí-lo de ser beneficiado com um aumento do estoque de

peixes. Ao mesmo tempo, a sobre-pesca praticada por esse indivíduo isolado não terá grande impacto no estoque do lago.

Essas condições fazem com que ninguém queira pagar os custos da ação do grupo, mas queiram se beneficiar dos lucros derivados do comportamento alheio. Ou seja, muitos são induzidos ao comportamento *free-rider*, e, nesse caso, o impacto deixa de ser desprezível, o bem coletivo não é adequadamente provido e a tragédia dos comuns continua presente, com a sobre-pesca esgotando o estoque pesqueiro do lago. O comportamento *free-rider*, por desfrutar do bem coletivo sem pagar os custos dele, é o principal fator que impede que os grupos grandes atinjam seus objetivos.

### 3. A ECONOMIA NEO CLÁSSICA E O “ÓTIMOECONÔMICO”

Como visto, a questão dos recursos comuns mostra como os atores sociais, agindo com a finalidade de maximizar interesses individuais, não levam, simultaneamente, ao bem estar coletivo. O bem estar é, na teoria econômica neoclássica, entendido enquanto a ‘utilidade’ auferida pelos indivíduos, de modo que o bem estar coletivo ou social é representado pelo alcance do ‘ótimo econômico’ paretiano, que representa a forma mais eficiente de provimento e utilização dos recursos. Já que não haveria outra alocação possível dos recursos que maximize os ganhos para o conjunto dos indivíduos, não é possível a partir deste ponto ‘ótimo’ alguém ganhar sem que alguém perca.

A lógica inerente ao comportamento dos Recursos de Base Comum (RBC) desafia os pressupostos da economia neoclássica pela

impossibilidade de se atingir o ‘ótimo econômico’. Isso ocorre porque a economia ambiental neoclássica está assentada em três pilares: no utilitarismo, no individualismo metodológico e na racionalidade maximizadora de eficiência econômica na utilização dos recursos, conduzindo-se assim a resultantes de equilíbrio ‘ótimo’.

O utilitarismo parte do pressuposto de que os indivíduos agem movidos por suas ‘utilidades’ individuais (seus gostos, prazeres e interesses), e que, com isso, possuem preferências e que essas preferências podem ser reveladas, expressando assim suas ‘utilidades’. Para a economia neoclássica, a ‘utilidade’ pode assim ser mensurada de maneira simplificada (e para seus críticos, de forma esvaziada de conteúdo) pelas preferências reveladas pelo cálculo das ‘disposições a pagar’ – DAP dos indivíduos, que correspondem ao valor monetário que um indivíduo estaria disposto a pagar por um bem. O individualismo metodológico, por sua vez, estabelece como premissa que a coletividade é compreendida enquanto a soma dos indivíduos. Assim, o bem-estar coletivo se estabelece como resultado da soma das atitudes individuais. Tais atitudes, concretizadas por meio do mercado, formariam a coletividade.

Por fim, a busca pela eficiência econômica máxima significa a busca, pela economia neoclássica, de uma resultante ‘ótima’ derivada da composição do comportamento dos indivíduos movidos por uma racionalidade maximizadora de utilidade, expressa em um ponto de equilíbrio onde os recursos econômicos (na curva de oferta e demanda) sejam utilizados da forma mais eficiente possível.

Com base em tal tripé, a economia neoclássica apresenta suas respostas à problemática ambiental. Essas respostas estão calcadas em

duas linhas de construção teórica principais: a economia dos recursos exauríveis e economia do bem-estar. A economia dos recursos exauríveis, que veio a constituir-se como base da sub-disciplina ‘Economia dos Recursos Naturais’, consiste na busca do uso ‘ótimo’ dos recursos naturais ao longo do tempo, lidando com a escassez física ou finitude do recurso tendo, por princípio fundamental, a regra de Hotelling. Conforme esta regra, um recurso exaurível deve ser utilizado de modo que, ao se exaurir, ele tenha maximizado o ganho econômico (lucros e bem-estar) derivado de seu uso. Esta regra prega que o ‘ótimo’ da extração do recurso é encontrado confrontando-se os ganhos imediatos obtidos com a extração com o seu custo de oportunidade, ou seja, com os ganhos futuros que adviriam de deixar-se a extração para o futuro. Tal uso é obtido mediante o cálculo do valor presente dos rendimentos futuros, incorporando-se as expectativas futuras de uso do recurso, tendo-se como principal resultado que os preços dos recursos devem evoluir ao ritmo da taxa de desconto.

Assim, segundo a regra de Hotelling, o recurso natural terá tido utilização ‘ótima’ quando este recurso tenha sido exaurido no momento a partir do qual deixa de possuir valor econômico que justificasse sua conservação. Contudo, a regra de Hotelling foi concebida com base em alguns pressupostos hipotéticos, os quais não constituem regra no mundo real. Fundamentalmente, esta regra foi formulada para um recurso que é privadamente apropriado e gerido, que é privadamente adquirido/consumido, que é comercializado, via mercado concorrencial, e com demanda sensível (decente) aos preços. Para além das ressalvas já postas pela própria teoria econômica – presença de monopólios e oligopólios, demanda insensível a

preços (inelástica), incerteza quanto aos valores futuros, possibilidade de surgimentos de bens substitutos ou tecnologias substitutas (*back-stop technologies*) etc. –, o fato fundamental é que tal racionalidade não se aplica a recursos que se caracterizem como bens coletivos, em sua produção ou em seu consumo, e que não tenham sua importância e valor social reduzidos à condição de mercadoria. A formulação hotelliniana básica não considera, deste modo, a questão da equidade e justiça social no uso do recurso natural, não incorporando as externalidades derivadas de seu uso e muito menos considerando os direitos das gerações futuras.

A exploração dos recursos naturais renováveis, categoria sob a qual está situada grande parte dos RBCs, também é analisada sob a ótica neoclássica. Para esta linha de pensamento, à semelhança da abordagem hotelliniana de recursos exauríveis, o objetivo é conhecer as condições para se alcançar o ‘ótimo econômico’ no uso dos recursos renováveis, em que o produtor obtém o melhor benefício, ou seja, o lucro máximo. A diferença consiste na adição, ao modelo intertemporal hotelliniano, do conceito de que a taxa de extração deve ser inferior à taxa de renovação do recurso, sendo que o ponto de extração ótima será encontrado tomando-se em conta a noção de *Rendimento Máximo Sustentável* do recurso, ou seja, a taxa de extração que mantém o estoque no nível de crescimento máximo, considerada a capacidade de suporte. Contudo, utilizando-se o exemplo anterior da exploração pesqueira, o RMS tem fundamentação biológica e não econômica, o que faz com que, ao se proceder ao cálculo econômico de otimização com base no desconto a valores presentes, ‘ótimo biofísico’ ou ‘ecológico’ definido pelo RMS possa não corresponder ao ‘ótimo econômico’, como veremos

adiante.

Dessa forma, seja para recursos exauríveis ou renováveis, em se tratando de RBCs, o livre acesso ao recurso faz com que seu custo de oportunidade, ou seja, o ganho que se teria em guardá-lo para o futuro, caia para zero, pois sendo de uso comum, o atual usuário não tem a garantia de tê-lo no futuro. Assim, torna-se difícil que a remuneração pelo uso alternativo futuro no longo prazo cubra o ganho imediato do esgotamento do recurso e de aplicação do dinheiro em outra atividade. Dessa forma, os RBCs não podem depender exclusivamente das forças de mercado para seu gerenciamento, pois há grande possibilidade de serem esgotados. Há a necessidade de uma regulação extra-mercado para que uma tragédia dos bens comuns seja evitada.

À crítica de desconsideração dos ‘custos sociais’ na formulação hotelliniana da Economia dos Recursos Naturais, a economia neoclássica prontamente responde com o conceito de ‘externalidade’, definido complementarmente na Economia da Poluição. Se a Economia dos Recursos Naturais tem como objeto os recursos ambientais enquanto *inputs* ao sistema econômico, os *outputs* (gerados pelos processos produtivos e de consumo) são foco de atenção da Economia da Poluição, outra resposta da economia neoclássica à problemática ambiental. A economia da poluição está amplamente assentada no conceito de externalidade e sua busca fundamental é internalizar as externalidades geradas pela ação privada no âmbito da coletividade.

Baseada na Teoria do Bem Estar pigouviana, calcada na classificação dos bens públicos ou livres enquanto ‘falha de mercado’, a economia da poluição busca a distinção entre os ‘ótimos’ privados e sociais, diferidos justamente

pelas externalidades geradas nas relações de produção e consumo. Dessa forma, de acordo com a teoria neoclássica, por não ser de uso exclusivo, ao utilizarem um bem público em seu benefício privado, os indivíduos podem gerar custos ou benefícios a terceiros, ou seja, custos e benefícios que são externalizados socialmente. A estes, a economia neoclássica define como externalidades (AMAZONAS, 2001). Com base neste referencial, o uso 'ótimo' para os indivíduos que agem em interesse próprio não incorpora os custos sociais e ambientais gerados pelas externalidades e, dessa forma, a quantidade de poluição torna-se superior ao 'ótimo' da coletividade.

De acordo com a economia do bem estar, corrigir a falha de mercado (representada pela assimetria entre os 'ótimos' social e privado) faz-se necessária a ação do Estado, instituindo mecanismos de controle (tais como taxas ambientais) para promover a internalização do custo social definido como externalidade negativa. A internalização das externalidades nos cálculos dos agentes faria surgir um novo ponto de equilíbrio, com um deslocamento da curva de oferta que aumentaria o preço (internalizando-se assim o custo social) e reduziria a oferta do bem, o que diminuiria as pressões antrópicas sobre o meio ambiente. O desafio então, para a economia neoclássica, consiste em se mensurar o valor de tais externalidades, abrindo-se toda uma agenda de métodos de valoração econômica do meio ambiente.

O ponto crítico aqui apresentado encontra-se no fato de indagar-se o que são, ou seja, qual a base utilizada para definir externalidade. Conforme a fundamentação epistêmica da economia neoclássica, o valor das coisas se encontra na 'utilidade' que portam aos indivíduos, subjetivamente e individualmente

identificada e quantificada por meio da DAP do indivíduo pelo referido bem. Somando-se as DAPs do conjunto dos indivíduos é obtido o valor do bem. Entretanto, consideradas (i) a insuficiência cognitiva dos indivíduos, (ii) a possibilidade clara de que os interesses individuais se sobreponham aos interesses coletivos e (iii) a restrita capacidade em se traduzir atributos éticos relativos a elementos ambientais compensatoriamente em unidades monetárias, seguramente o ponto 'ótimo' produzido com a internalização das externalidades não guardará qualquer relação conceitual/abstrata ou prática/concreta com os preceitos da sustentabilidade (AMAZONAS, 1994, 2001, 2002).

Como visto, o paradigma neoclássico prima por uma construção teórica fundada nos princípios organizativos do mercado, e com isso não é de se estranhar que suas conclusões apontem para o funcionamento do mercado enquanto solução. Nesta abordagem, o papel do Estado, apenas enquanto autoridade reguladora, teria a finalidade de dirimir as falhas de mercado. Contudo, esta incorporação do papel do poder público se dá reduzindo-o apenas à condição de ser um meio de expressar os desejos individualistas-utilitaristas dos indivíduos, tal qual o mercado faria, se não tivesse 'falhado'. Assim sendo, Estado não é tratado como uma instituição com sentido e determinações próprias.

Contudo, tal visão foge totalmente à realidade, e seu irrealismo se mostra patente com a dificuldade de se 'internalizar as externalidades' pelas instituições reguladoras. A proposição pigouviana consiste em se valorar os bens e serviços ambientais por meio das 'preferências dos consumidores', sua DAP. Contudo, a baixa aplicabilidade deste caminho levou a forma alternativa à solução pigouviana de lidar com as

externalidades negativas. Trata-se da análise de custo-efetividade, que pode ser definida como “a busca e análise de alternativas de abatimento da poluição que atinjam metas estabelecidas ao menor custo possível” (CÁNEPA, 2003, p. 63). Tal abordagem afirma que os padrões de qualidade ambiental a serem atingidos devem ser definidos por uma negociação técnica e política no âmbito da instituição reguladora, dada a impossibilidade de se atingir o ‘ótimo econômico’ previsto pela economia neoclássica.

Para a economia neoclássica, a análise custo-efetividade e os padrões de qualidade ambiental são justificáveis por razões ‘práticas’ devido à insuficiência de informação sobre o ‘verdadeiro’ valor das externalidades, porém são arbitrários e não conduzem objetivamente ao ‘ótimo econômico’ abordado na solução de Pigou, que seria o *first best* (melhor opção). Conforme a visão neoclássica, o órgão ambiental, ao estabelecer o padrão, procura se aproximar ao máximo do ponto de equilíbrio, mas, frequentemente, o padrão estabelecido não corresponde ao ‘ótimo’. Dessa forma, a solução custo-efetiva representaria um *second best* (segunda melhor opção).

Críticos a abordagem neoclássica afirmam que os padrões não seriam ‘segundas melhores opções’, mas a única opção, já que não existiria um ponto ‘ótimo’ no mundo real (CÁNEPA, 2003; AMAZONAS, 2001). Para tais autores, o padrão estipulado e legitimado socialmente seria a real opção para a gestão ambiental, já que o ponto ‘ótimo’ não existe fora de modelos abstratos. Essa crítica torna-se ainda mais relevante no que concerne aos RBCs, cujo ponto ‘ótimo econômico’ não apresenta condições objetivas de ser alcançado (SILVA, 2003). Para o adequado gerenciamento dos RBC, é necessário o surgimento de uma solução

legitimada pela sociedade que utiliza o recurso. Uma das possibilidades consiste no estabelecimento de instituições que regulem o uso e a exploração de um RBC.

Defende-se aqui que os marcos institucionalistas conformam uma base de entendimento mais clara de análise econômica, à medida que entende que a conformação dos valores econômicos se dá por um processo de arranjos institucionais, sendo, o próprio mercado, uma instituição. Tal postura se justifica ao incorporarmos a complexidade inerente à análise institucionalista no trato da questão ambiental, onde o contexto social e político – e não apenas as preferências – tornam-se relevantes no trato da questão ambiental.

#### 4. GOVERNANDO OS COMUNS

A contribuição de Elinor Ostrom na presente temática é fundamental quando tratamos de benefícios coletivos, pois ressalta a complexidade inerente à análise da questão. Além disso, a autora percebe o enfrentamento da tragédia dos bens comuns e do dilema da ação coletiva de modo mais otimista que Hardin e Olson. A autora trata da questão dos bens coletivos por uma vertente ainda não abordada pelos estudiosos da questão. Para ela, as maneiras mais eficazes de se enfrentar a tragédia dos comuns fogem às opções clássicas de privatização dos recursos (foco no mercado) ou exclusivo controle pelo Estado.

A privatização de um recurso comum pode ser impossível, pois muitas vezes tais recursos não apresentam condições objetivas para tanto (e.g. estoque pesqueiro de um lago) ou essa privatização pode gerar efeitos perversos ao longo do tempo, já que a manutenção

da qualidade do recurso muitas vezes depende de mútuas interações entre diversos elementos desse recurso (e.g. dividir e privatizar partes de uma floresta pode gerar problemas ecossistêmicos, pois a conservação de uma floresta depende do bom gerenciamento de todas suas parcelas). Já o controle exclusivo pelo Estado pode ser ineficiente na medida em que este, por vezes, possui insuficiência de informação sobre as características do recurso e sobre a melhor forma de conservá-lo, bem como alto custo de monitoramento com relação à conservação do mesmo.

A abordagem de Ostrom sugere que há uma terceira possibilidade de enfrentar a tragédia dos comuns: por meio do estabelecimento de instituições com o envolvimento dos usuários desses recursos, tanto na formulação quanto na implementação de instituições, ou seja, de regras, normas e procedimentos que regulam o uso do recurso. Nessa abordagem, o recurso não é privatizado e nem deixa de ser público, mas passa a contar com regras, sanções e incentivos que regulam o acesso ao recurso. A ideia por trás dessa terceira possibilidade é que os usuários, por terem interesse direto na conservação e no uso sustentável do recurso, teriam incentivos a cooperar e a agir efetivamente na promoção da sustentabilidade.

Ostrom trabalha dentro do referencial da teoria da ação racional, mas agrega em sua análise dos Recursos de Base Comum (RBC) uma gama de fatores até então desconhecidos pelos teóricos da ação racional ou esparsos entre obras de diversos autores relacionados à essa teoria. Sua análise ressalta a importância da ação racional individual, simbolizada através da teoria dos jogos, mas outros elementos também podem ser notados em sua teoria: normas internalizadas, influência de normas

legais, constrangimentos culturais e do meio biofísico, além de relações de poder. A autora apresenta um *framework* onde a complexidade de desejos, circunstâncias e relações de poder é relevante, assim como os interesses e a posição social de diversos atores. Assim, não deve haver qualquer pressuposto geral de como é processada a ação coletiva e/ou o uso e gerenciamento dos recursos comuns. Ao contrário, observar as particularidades locais é essencial para uma análise correta do contexto referente às regras de apropriação e uso de recursos comuns, já que é através da análise de singularidades que se pode elaborar a melhor estratégia para o gerenciamento dos bens coletivos (DIETZ *et al*, 2003). As instituições são moldadas por essa complexidade e têm grande influência no sucesso ou no fracasso do gerenciamento de RBCs. Dessa forma, Os modelos teóricos muitas vezes são impeditivos à observação de singularidades locais, pois frequentemente as realidades são submetidas aos modelos e não o contrário. Segundo Ostrom (1990, p.191),

Models suggest to the analyst likely behaviors and outcomes in a situation with a particular structure. They do not tell the analyst how to discover the structure of the situation in order to conduct an analysis. Models that use assumptions such as complete information, independent action, perfect symmetry, no human errors, no norms of acceptable behavior, zero monitoring and enforcement costs, and no capacity to change the structure of the situation itself help the analyst derive precise predictions. [...] Models that made such assumptions do not, however, direct the attention of the policy analysts to some of the problematic variables of

the situation that affect the incentives and behavior of individuals.

Mesmo ressaltando a complexidade inerente ao estudo da ação coletiva e dos recursos comuns, enfatizando a importância da realidade local, Ostrom (1990, p.211) afirma que mudanças institucionais que visem o melhor gerenciamento dos RBCs são favorecidas caso algumas condições sejam preenchidas:

- 1 Most appropriators share a common judgment that they will be harmed if they do not adopt an alternative rule.
- 2 Most appropriators will be affected in similar ways by the proposed rule changes.
- 3 Most appropriators highly value the continuation activities from this CPR; in other words, they have low discount rates.
- 4 Appropriators face relatively low information, transformation, and enforcement costs.
- 5 Most appropriators share generalized norms of reciprocity and trust that be used as initial social capital.
- 6 the group appropriating from the CPR is relatively small and stable.

Essas condições são válidas se as considerarmos como tipos ideais weberianos, representando uma situação que dificilmente será encontrada na realidade. Não há problema algum em considerá-las desejáveis, mas deve-se observar que, em algumas realidades, específicas essas condições podem ter uma aplicação divergente daquilo que foi inicialmente desejado. Em outras realidades elas simplesmente não poderão ocorrer. É necessário não insistir na criação dessas condições em meios sociais incompatíveis com as mesmas (FONSECA & BURSZTYN, 2009). Nesse contexto, vale a

pena procurar formas singulares adaptadas às realidades locais que favoreçam o melhor gerenciamento dos RBCs e contribuam para melhorar o bem-estar da população. Caso haja a insistência na criação das condições referidas, pode-se cair no erro exposto anteriormente de forçar a realidade a um modelo. Contudo, nas condições acima elencadas, Ostrom (1990, p.211-212) faz uma classificação das mesmas em termos de importância:

These variables are weakly ordered, beginning with those that I think are most important in affecting the likelihood of individuals agreeing to new rules that will improve welfare, and ending with those that I think somewhat less important. Although considerable emphasis has been placed on the size of the group involved in collective-action problems, I consider the first five variables to be more important than the number of persons involved.

Embora considerar o tamanho do grupo como tendo menor importância do que os cinco primeiros fatores seja um claro sinal de otimismo quanto ao gerenciamento de RBCs, a análise de Olson (1965) é relevante quando o mesmo enfatiza que o tamanho do grupo é fundamental na aquisição de um benefício coletivo. Por mais que o tamanho do grupo não seja o único fator relevante, em certos RBCs (como qualidade do ar de uma metrópole) o tamanho apresenta importância capital. Os esforços para o gerenciamento de RBCs não podem subestimar a importância do tamanho do grupo.

#### 4.1. REGRAS DE PROPRIEDADE E BENS COLETIVOS

Os direitos de propriedade de um RBC variam de acordo com as prerrogativas relacionadas ao usufruto do bem e à possibilidade de gerenciamento das regras de uso do recurso. As regras de propriedade que regem a forma de apropriação de um recurso comum influenciam fortemente o comportamento dos indivíduos e grupos sociais frente ao gerenciamento e uso desses recursos (OSTROM, 2003). Tais regras de propriedade são historicamente legitimadas, mas muitas vezes necessitam do reconhecimento de autoridades oficiais que legitimam e garantem o direito dos usuários de recursos comuns que não podem ou não devem ser completamente privatizados. De acordo com Ostrom (2003, p.262), "The resulting family of collective action theories has to include the rich interplay between the nature of the good, the property-right-regimes in place, the governance system used for making new rules and the resulting payoff structure".

Portanto, não há como definir a priori qual a melhor forma de estabelecer a propriedade de bens comuns, nem a melhor forma de gerenciá-los, caso os mesmos sejam enquadrados em uma categoria única. A natureza do bem, a apropriação e o uso particular de atores sociais diversos são elementos cruciais no desenvolvimento de regras de propriedade para esses bens. Os direitos de propriedade são instituições sociais que definem as regras do jogo na apropriação e no gerenciamento de RBCs.

No momento em que Ostrom (2003) afirma que as regras de propriedade influenciam o comportamento dos indivíduos frente aos recursos, a autora está enfatizando que as instituições sociais são fundamentais no geren-

ciamento de recursos comuns. As instituições podem ser formais e informais (como analisado por North, 1990), mas em ambos os casos precisam de legitimação para possuir aplicação prática. Uma instituição não legítima é uma instituição morta. Sendo assim, o Estado é importante para legitimar as instituições relacionadas à propriedade de bens comuns, pois o reconhecimento pelo poder público garante um espaço de manifestação da ação coletiva, do grupo social que pretende estabelecer as regras de uso para o recurso, bem como mecanismos legais de exclusão e regulação do acesso e do uso dos bens.

#### 4.2. A AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE BENS COMUNS

No esforço de encontrar a melhor maneira de gerenciar os recursos comuns, estudiosos conformaram um campo de estudos que contou com uma produção de mais de 10.000 títulos entre 1985 e 2005, envolvendo mais de 2.000 periódicos distintos e outras formas de produção acadêmica (LAERHOVEN & OSTROM, 2007).

O desafio maior do campo de estudos sobre comuns é encontrar formas de evitar a 'tragédia dos comuns', já que a privatização e/ou o controle exclusivo dos recursos pelo Estado não demonstraram ser, na maior parte dos casos, alternativas viáveis para o enfrentamento de tal dilema. Este campo de estudos se desenvolveu simultaneamente à adoção, em diversas partes do mundo, de sistemas de governança que não eram exclusivamente privados ou públicos, mas que mesclavam características de ambos os formatos, com base na presença dos usuários diretos dos recursos comuns na definição das regras e dos arranjos coletivos –

ou seja, de instituições sociais – que serviriam como mola mestra nas tentativas de se evitar a ‘tragédia’.

Como visto anteriormente, embora Ostrom afirmasse que as instituições e os arranjos para a governança dos comuns deveriam ser desenhados caso a caso com base nos contextos locais, a mesma Ostrom arriscou-se a apresentar algumas variáveis que poderiam afetar a forma de gerenciamento dos bens comuns e que deveriam ser levados em conta no desenho das instituições. Dessa forma, parte significativa da produção dos estudiosos do campo foi direcionada a identificar quais variáveis influenciariam no desempenho das instituições, observando que condições seriam favoráveis para a ação coletiva e que elementos seriam obstáculos à mesma. Dessa forma, a elaboração teórica se desenvolveu no sentido do estabelecimento de uma teoria geral sobre os comuns, com foco na identificação de quais seriam as instituições certas para cada realidade social, conforme a presença ou não das variáveis em cada contexto. Ademais, onde as variáveis consideradas favoráveis não eram encontradas, foram realizados esforços no sentido de se fazer surgir tais variáveis, a fim de criar as condições ‘adequadas’ no contexto local. Assim sendo, estudiosos como Agrawal (2001; 2007) sistematizaram quais seriam as variáveis capazes de afetar a performance de instituições para a governança dos bens comuns, indicando um número de variáveis quantificadas entre 30 e 40.

A busca por encontrar as ‘instituições certas’ fez com que as variáveis identificadas fossem promovidas, de forma simultânea e independente das especificidades dos contextos locais, em diversas partes do mundo. Esse movimento teve o protagonismo das agências financiadoras internacionais, que estipulavam

como condição para o financiamento de projetos que estes incluíssem entre seus objetivos e atividades a promoção das características consideradas favoráveis a uma boa governança. O conjunto dessas características pode ser denominado de Manual da Boa Governança – MBG (FONSECA & BURSZTYN, 2009). Dessa maneira, os projetos que visavam o gerenciamento de recursos comuns passaram a promover o MBG, incluindo conceitos tais como capital social, participação, empoderamento, descentralização, entre outras variáveis apontadas como compatíveis com o adequado gerenciamento dos RBCs.

Contudo, estudos posteriores sobre os recursos comuns enfatizaram diversas críticas a abordagens relacionadas à promoção de ‘instituições corretas’. Tais críticas atingiram diversos pilares do nascente campo de estudos. A primeira delas se refere à percepção de que estudos relacionados aos bens comuns tenham por hábito focar nas características internas ao sistema de ação dos usuários, tais como regras de uso locais, formas de monitoramento e de gestão do sistema. Críticos a essa abordagem afirmam que os comuns estão sendo analisados como sistemas fechados, sem sofrer influência externa. Dessa forma, as inter-relações com o ambiente externo e com a questão de escala de atuação das instituições foi subestimada (BERKES, 2002; YOUNG, 2002; WILSON, 2007; KERR, 2007). Por vezes, o uso do recurso não pode ser contido no âmbito de ação de uma instituição local, necessitando de uma análise mais ampla que inclua questões externas, tais como o mercado, fatores demográficos, macropolíticos, entre outros (AGRAWAL, 2007).

O elemento principal de crítica, que está reformulando o campo de estudos sobre comuns, é a importância do contexto socio-

político local, com suas especificidades históricas, culturais e de relações de poder. Não basta que um conjunto de regras seja estabelecido entre os usuários sem que tais instituições sejam legitimadas socialmente. Por terem em comum o fato de compartilhar o uso de um recurso, alguns estudiosos presumiram que o grupo de usuários ‘locais’ dos recursos seriam um todo harmônico e com reduzida incidência de conflito. Entretanto, Cleaver (2001, p.45), em seus estudos sobre a Tanzânia, acentua que, “mais realisticamente, podemos ver a comunidade como o *locus* de solidariedade e conflito, alianças inconstantes, poder e estruturas sociais”. Dessa forma, a implementação de instituições direcionadas aos recursos comuns frequentemente é pautada por assimetrias de poder entre os usuários (PÉREZ-CIRERA & LOVETT, 2006; NJAYA, 2007; MANOR, 2004; RIBOT, 2007; FONSECA, 2009), fazendo com que “as instituições renovadas reproduzam as mesmas relações desiguais de poder e de autoridade como uma característica perversa das relações sociais” (RAY, 2007, p.360).

O estabelecimento de instituições para o gerenciamento de uso comum não pode ‘romantizar’ a ideia de comunidade local (MOHAN & STOKKE, 2000) e deve levar em consideração que há conflitos dinâmicos entre os usuários. Além disso, questões de escala e de influências de fatores em nível macro demonstram que uma instituição para um bem comum não pode ser analisada sob a perspectiva de um sistema fechado, que interage com a realidade externa de forma coesa e coerente. Da mesma maneira, há de se considerar que as instituições designadas para a sustentabilidade do recurso não são implementadas em um meio caracterizado pelo vazio institucional. Ao contrário, as novas instituições se farão perceber sobre um

conjunto anterior de instituições formais e informais, que apresentarão níveis variados de interrelação. Isso faz com que as novas instituições possam constituir uma ruptura no sistema anterior ou mesmo promover apenas mudanças marginais, em que investimentos e adaptações realizados pelos atores com relação às instituições anteriores fazem com que seja difícil ao ator abandonar aquelas instituições, em um contexto de *path dependence* (HEINMILLER, 2009; WILSON, 2007; KAY, 2005).

Sendo assim, os desenvolvimentos recentes no campo de estudos sobre comuns de certa forma retomam parte do raciocínio inicial de Ostrom (1990), em que as instituições deveriam ser definidas caso a caso. O contexto local é que irá determinar o grau de sucesso ou fracasso na implementação de instituições e não o desenho institucional em si (FONSECA, 2009; NJAYA, 2007; HUSAIN & BHATTACHARYA, 2004; CLEAVER, 2000).

## 5. RECURSOS COMUNS E O “ÓTIMO ECONÔMICO”: LIMITAÇÕES

Um dos pilares da economia neoclássica está assentado na máxima de que os indivíduos agindo no afã de maximizar seus interesses individuais levariam, via mercado, a que a economia atingisse o ponto de equilíbrio, representado pelo ótimo econômico, em que o conjunto do bem-estar seria maximizado. Os exemplos da tragédia dos comuns (seção 2) e da lógica da ação coletiva (seção 3) mostram como esse pressuposto não representa a realidade no que tange aos bens comuns, categoria na qual a maior parte dos ativos ambientais está incluída.

A busca de um nível ‘ótimo’ via mercado na questão dos RBC não só é empiricamente

irreal, pois seu próprio pressuposto invalida a teoria, mas inconsistente com a noção de desenvolvimento sustentável. Para que um modelo de desenvolvimento sustentável seja implementado, não basta que a sustentabilidade econômica seja promovida. O desenvolvimento sustentável vai além do viés economicista, pois necessita ser socialmente justo, ecologicamente equilibrado e economicamente viável. Veremos a seguir porque tais afirmações se sustentam.

A resposta da economia neoclássica para a questão ambiental, na busca pelo ponto 'ótimo', foca exclusivamente na sustentabilidade da economia. A noção de sustentabilidade fraca, desenvolvida a partir da análise de Solow (1974) é exemplo dessa abordagem. Para o autor, basta que o capital total (KT), que é a soma do capital natural (KN) e do capital manufaturado (KM), se mantenha constante para que o 'ótimo econômico' seja alcançado. Isso significa que, se um recurso ambiental for extraído até seu limite, basta que o lucro obtido com a depleção seja reinvestido em capital manufaturado para que o capital total seja mantido e, assim, o ponto de eficiência promovido.

A visão de Solow é contrária à visão de sustentabilidade ecológica, representada pelo conceito de sustentabilidade forte, que defende que determinados recursos naturais – o capital natural (KN) – sejam insubstituíveis por outros tipos de capital, especialmente o manufaturado. Os defensores do conceito de sustentabilidade forte afirmam que não é o capital total que deve permanecer constante, mas sim o capital natural (KN).

Além de ser ecologicamente inviável, a busca cega pelo 'ótimo econômico' pode não representar a melhor solução do ponto de vista da dimensão social. Essa divergência pode ser representada utilizando-se o exemplo dos

RBCs. Para a noção de sustentabilidade fraca, um RBC pode ser esgotado, contanto que a renda obtida com sua exploração seja reinvestida em outra atividade. Contudo, essa vertente teórica não discute para quem e como os lucros advindos desse esgotamento serão distribuídos. De forma geral, os usuários de um RBC dependem da manutenção da quantidade e da qualidade do recurso ao longo do tempo para que os mesmos possam obter qualidade de vida.

Se uma grande empresa esgotar um recurso comum e reinvestir seu lucro em outra atividade, isso pode representar o 'ótimo econômico', mas certamente não representa sustentabilidade social, pois condena o grupo de usuários do RBC à privação dos benefícios de tal uso e, dependendo do grau de dependência dos usuários em relação ao recurso, à miséria.

Ostrom (1990) afirma que a forma mais eficiente de se utilizar um RBC não é definir o lucro máximo a ser obtido com a exploração do recurso e efetuar tal exploração, mas sim como garantir a sustentabilidade no uso do recurso para que tal uso garanta o bem estar social de seus usuários e, simultaneamente, a conservação do recurso no longo prazo.

Para os estudiosos dos RBCs, a conservação do recurso não é o objetivo principal, contrariamente ao que é percebido na ideia da sustentabilidade forte e de alguns autores na corrente conhecida como economia ecológica, tais como Daly (1968). A premissa dominante corrente da economia ecológica que a sustentabilidade ecológica tem primazia sobre a sustentabilidade social, embora a sustentabilidade social também deva ser promovida. Já os estudos sobre RBCs afirmam que o bem-estar social é prioridade e a sustentabilidade ecológica é um meio pelo qual tal bem estar é garantido a

longo prazo.

Embora haja uma divergência de enfoque e de priorização entre o social e o ecológico entre as duas vertentes, ambas tem em comum o fato de acentuar que a busca exclusiva pelo ‘ótimo’ econômico não leva ao desenvolvimento sustentável. A viabilidade econômica é fundamental para a emergência do paradigma de desenvolvimento sustentável, mas a ideia de eficiência econômica deve ser subordinada aos imperativos morais de equidade e de sustentabilidade socioambiental. O ‘ótimo econômico’ corresponde ao princípio da *eficiência*, ao passo que o desenvolvimento sustentável se faz antes pelo princípio da *equidade* – uma vez que se define pelo imperativo de garantia às gerações futuras de direitos equânimes às gerações presentes, embora também requeira a eficiência, porém não podendo se reduzir a ela (AMAZONAS, 2001; 2002).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir a relação entre a ideia de ‘ótimo econômico’ e o conceito de desenvolvimento sustentável. Para tanto, procurou-se fazer uma análise dos recursos de base comum, que são exemplos claros para demonstrar as incompatibilidades entre a busca exclusiva do ‘ótimo econômico’ e as questões morais que surgem na análise dos RBCs sob a base teórica do *mainstream* econômico.

A primeira conclusão ressaltada é que constitui-se falaciosa a ideia de que os atores individuais agindo com vista à maximização de seus interesses seriam guiados, via mercado, a uma situação de equilíbrio – o ‘ótimo econômico’ – que representaria o bem estar da

coletividade. Os dilemas da ação coletiva (OLSON, 1965) e da tragédia dos comuns (1968) mostram que, sobretudo nas questões que envolvem RBCs, a ação individual citada não leva ao ponto ‘ótimo’, mas à ruína tanto do ponto de vista da ecologia quanto do ponto de vista social.

Dessa forma, a busca de uma gestão eficaz dos RBCs deve ir além da busca pelo ‘ótimo econômico’. O estabelecimento de instituições legitimadas socialmente apresenta-se como alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável. O foco nas instituições se justifica pelo entendimento de que o ‘ótimo econômico’, na gestão dos RBCs, não só é inviável objetivamente, como não promove a justiça social na distribuição dos recursos e muito menos a conservação dos recursos naturais, minando o bem-estar social a longo prazo.

Como visto, o estabelecimento de instituições não é tarefa simples e muitas dimensões devem ser cuidadosamente consideradas na configuração e na busca de legitimidade social de tais regras. Contudo, o enfoque institucionalista na gestão dos RBCs permite uma aproximação das dimensões social e ecológica, às quais deveria estar subordinada a dimensão econômica. O reconhecimento da interdependência do tripé sociedade-natureza-economia é necessário para a emergência do paradigma da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAWAL, A. *Common Property Institutions and Sustainable Governance of Resources*. *World Development*, v. 29, n. 10, p. 1649-1672, 2001.

- AGRAWAL, A. *Forests, Governance, and Sustainability: Common Property Theory and its Contributions*. International Journal of the Commons, v. 1, n. 1, p. 111-136, 2007.
- AMAZONAS, M. *Economia do Meio Ambiente: uma análise da abordagem Neoclássica a partir de marcos Evolucionistas e Institucionalistas*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas, 1994.
- AMAZONAS, M. *Valor e Meio Ambiente: Elementos para uma abordagem Evolucionista*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia - UNICAMP, Campinas, 2001.
- AMAZONAS, M. *Economia Ambiental Neoclássica e Desenvolvimento Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável e a Perspectiva das Teorias Econômicas 'Institucionais'*. Desenvolvimento Sustentável e a Economia Ecológica. in NOBRE M. e AMAZONAS, M. (orgs.) *Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito*. Brasília, Edições IBAMA, p. 107 – 146, 2002.
- BERKES, F. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. In: OSTROM, E. et al. (eds.) *The drama of the commons*. Washington: National Academy Press, p.293-321, 2002.
- CÁNEPA, E. Valoração econômica ambiental. In: MAY, P., LUSTOSA, M.; VINHA, V. (orgs.) *Economia do Meio Ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Sociedade ECO-ECO, p. 81-99, 2003.
- CLEAVER, F. Institutions, agency and the limitations of participatory approaches to development. In: COOKE, B; KOTHARI, U. (Orgs.). *Participation: the new tyranny?*. New York: Zed Books, 2001.
- CLEAVER, F. *Moral Ecological Rationality, Institutions and the Management of Common Property Resources*. Development and Change, v. 31, p. 361-383, 2000.
- DALY, H. *On Economics as a Life Science*. The Journal of Political Economy, v. 76, n. 3, p. 392-406, 1968.
- DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P. *The struggle to govern the commons*. Science, v.302, p. 1907-1912, 2003.
- FONSECA, I; BURSZTYN, M. *Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável*. Ambiente e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 169-186, 2007.
- FONSECA, I.; BURSZTYN, M. . *A Banalização da Sustentabilidade: Reflexões sobre Governança Ambiental em Escala Local*. Sociedade e Estado, v. 24 n.1, p. 17-46, 2009.
- FONSECA, Igor. *Entre o Discurso e a Prática: boa governança e Agendas 21 Locais na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 166p, 2009.
- HARDIN, G. *The tragedy of the commons*. Science, v.162, p. 1243-1248, 1968.
- HEINMILLER, T. *Path dependency and collective action in common pool governance*. International Journal of the Commons, v. 3, n. 1, p. 131–147, 2009.

- HUSAIN, Z.; BHATTACHARYA, R. *Common pool resources and contextual factors: Evolution of a fishermen's cooperative in Calcutta*. *Ecological Economics*, v.50, p. 201 -217, 2004.
- KAY, A. *A Critique of the Use of Path Dependency in Policy Studies*. *Public Administration*, v. 83, p.553-571, 2005.
- KERR, J. *Watershed Management: Lessons from Common Property Theory*. *International Journal of the Commons*, v. 1, n.1, p. 89-109, 2007.
- LAERHOVEN, F; OSTROM, E. *Traditions and Trends in the Study of the Commons*. *International Journal of the Commons* v. 1, n. 1, p. 3-28, 2007.
- LIMA, R.; RUA, M. *Cotidiano, racionalidade e sereias: o dilema do prisioneiro como metáfora da questão ambiental*. *Sociedade e Estado*, v.18, n. 1/2, p. 67-88, 2003.
- MANOR, J. *User Committees: A Potentially Damaging Second wave of Decentralization?*. *The European Journal of Development Research*, v.16, n.1, 2004.
- MOHAN, G.; STOKKE, K. *Participatory development and empowerment: the dangers of localism*. *Third World Quarterly*, v. 21, n.2, p. 247-268, 2000.
- NJAYA, F. *Governance Challenges for the Implementation of Fisheries Co-Management: Experiences from Malawi*. *International Journal of the Commons*, v.1, n. 1, p. 137-153, 2007.
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: University Press, 1990.
- OLSON, M. *A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- OSTROM, E. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, E. *How types of goods and property rights jointly affect collective action*. *Journal of Theoretical Politics*, v. 15, p. 239-270, 2003.
- PÉREZ-CIRERA, V.; LOVETT, J. *Power distribution, the external environment and common property forest governance: A local user groups model*. *Ecological Economics* v. 59, p. 341 - 352, 2006.
- RAY, S. *Power relations and institutional outcomes: A case of pastureland development in Semi-arid Rajasthan*. *Ecological Economics*, v.62, p. 360 - 372, 2007.
- RIBOT, J. *Representation, Citizenship and the Public Domain in Democratic Decentralization*. *Society for International Development*, v. 50, n.1, 2007.
- SILVA, M. *Economia dos recursos naturais*. In: MAY, P, LUSTOSA, M; VINHA, V. (orgs.) *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Sociedade ECOECO, p. 33-59, 2003.
- SOLOW, R. *The Economics of Resources or the Resources of Economics*. *The American*

Economic Review, v. 64, n. 2, p. 1-14, 1974.

WILSON, J. *Scale and Costs of Fishery Conservation*. International Journal of the Commons, v. 1, n. 1, p. 29-41, 2007.

YOUNG, O. Institutional interplay : the environmental consequences of cross-scale interactions. In: OSTROM, E et al.(ed.) *The drama of the commons*. Washington: National Academy Press, p.263 – 291, 2002.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## GESTÃO COMUNAL DE ÁGUAS: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS - CEARÁ

Maria Odete Alves; Marcel Bursztyn; Suely Salgueiro Chacon

### RESUMO

Este artigo analisa a construção do sistema de regulação da água de uso comum em Lagoa dos Cavalos, na zona rural do município de Russas (Ceará). Trata-se de um sistema de abastecimento de água construído em mutirão pelos usuários a partir do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas. Apoia-se na teoria dos recursos comuns em articulação com o conceito de ação coletiva. Optou-se pela pesquisa qualitativa, combinando o uso de fontes testemunhais, documentais e bibliográficas. Os entrevistados foram selecionados com o uso da amostragem não probabilística intencional. Conclui que as regras de uso da água, inicialmente flexíveis, sofrem mudanças para adaptação ao novo contexto de escassez provocado pela sobre-extração. A fixação de novas regras promove aprendizagem coletiva, que contribui para o aperfeiçoamento e a criação de outras regras, gerando um círculo virtuoso entre ambas.

**Palavras-chave:** Regulação; aprendizagem coletiva; recursos comuns; ação coletiva; águas

## COMMON WATER MANAGEMENT: THE EXPERIENCE OF LAGOA DOS CAVALOS COMMUNITY - CEARÁ

### ABSTRACT

This paper analyzes the construction of a regulation system of Common Use Water at Lagoa dos Cavalos Community, in the rural municipality of Russas (Ceará, Brazil). It is about a system of water supply built as a collective task by users from the “Tabuleiro de Russas” Irrigation Area. It relies on the theory of common pool resources in conjunction with the concept of collective action. We opted for qualitative research, combining the use of personal, documentary and bibliographical sources. The respondents were selected using non-probabilistic intentional sampling. We conclude that the rules of water use, which were initially flexible, go through changes to adapt to the new context of scarcity caused by over-extraction. The setting of new rules promotes collective learning, which contributes to the improvement and creation of other rules, generating a virtuous circle between them.

**Key words:** Regulation; collective learning; common pool resources; collective action; water; Brazil.

**Maria Odete Alves.** Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB)/Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). moalves1@gmail.com. **Marcel Bursztyn.** Socioeconomista, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. marcel@unb.br. **Suely Salgueiro Chacon.** Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Professora da Universidade Federal do Ceará. suelychacon@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A expressão “tragédia dos comuns”<sup>1</sup> (ou tragédia das áreas de uso comunal) foi formulada pelo biólogo Garret Hardin para traduzir o que considerava ser o destino inevitável de recursos de uso comunal: a degradação massiva (HARDIN, 1968). O autor argumentava que, frente a situações dessa natureza, os indivíduos defenderiam preferencialmente seus interesses pessoais, tornando inviável a ação coletiva para a regulação do uso de tais recursos. Hardin utilizou o exemplo da exploração de pastos abertos e não submetidos a regras de uso comunal. Sendo, a área, comum, os custos de utilização seriam compartilhados entre todos os usuários, o que levaria cada um a tomar a decisão racional de colocar mais e mais animais, chegando ao ponto de esgotar os recursos.

O autor sugeria duas formas de evitar a “tragédia”: privatização, atribuindo ao mercado o papel de regulador do seu acesso e uso; ou gestão direta pelo Estado, a quem caberia a imposição de regras de acesso e uso, e punição pelo não cumprimento das determinações. Os argumentos de Hardin reforçavam a tese de Mancur Olson (1965) sobre a contradição da ação coletiva. Esse último autor assinala que os indivíduos agem preferencialmente em função de interesses próprios.

Porém, as teses de Hardin e Olson obscureciam características fundamentais de fenômenos sociais como cultura, valores, normas, projetos etc. Por isso, suas análises foram e são

alvo de críticas. Estudos empíricos, realizados por vários pesquisadores (OSTROM, 1990, 1998, 2001; SCHLAGER *et al.*, 2002[1999]; FEENY *et al.*, 2001; AGRAWAL, 2002; GARRIDO, 2010, dentre outros), mostram que os indivíduos são capazes de fazer acordos e criar arranjos institucionais que lhes permitem gerir de forma sustentável os recursos de uso comum (RUC)<sup>2</sup>. O caso analisado neste artigo é exemplar neste sentido.

O foco é a comunidade Lagoa dos Cavalos, cuja história de organização passa pela formação de diversos grupos voltados para o uso comunal de recursos, dentre os quais, a água, obtida por adução de um dos canais de irrigação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), localizado nas proximidades.

O estudo apoiou-se numa abordagem qualitativa, em cujo desenvolvimento adotou-se a combinação do uso de fontes testemunhais, documentais e bibliográficas. Durante a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas não-estruturadas, com atores selecionados a partir da técnica da amostragem não probabilística intencional (COSTA NETO, 1977; COUTINHO, 2011). As visitas à comunidade foram realizadas durante os meses de abril de 2009, abril, maio, junho e setembro de 2010 e maio de 2012. As informações coletadas tiveram seus conteúdos analisados e confrontados por meio da técnica de triangulação de dados (TRIVIÑOS, 1987; CROLL, 1995; SOUZA; ZIONI, 2003). Isso permitiu verificar a coerência e a consistência das informações e compreender o

1. Tradução livre do título *The tragedy of the commons*, sendo *commons* recursos de uso comunal.

2. Neste contexto, os RUC passam a representar um conjunto de recursos e bens, naturais ou criados pelo homem, cujo uso é compartilhado por determinado grupo de usuários sob acordos firmados entre seus membros, conforme propõem McKean e Ostrom (2001).

fenômeno a partir das diversas perspectivas.

O documento é composto de quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A base teórica utilizada na análise do estudo de caso é apresentada na primeira e segunda seções. Na terceira, é feita uma contextualização sobre a comunidade e a origem da água de uso comum. A quarta seção é dedicada à análise da evolução da elaboração de regras de uso da água e da aprendizagem coletiva proporcionada durante o processo.

### 1. A GESTÃO DE RECURSOS DE USO COMUM (RUC)

Como argumentam Feeny (*et al*, 2001), existe uma estreita relação entre regime de propriedade, natureza dos recursos e uma série de arranjos institucionais que se formam em torno do seu acesso e uso. As afirmações desses autores são embasadas na *teoria dos recursos comuns* (TRC), um novo campo de estudos que começou a se consolidar a partir de meados dos anos 1980. Em torno desta teoria uniram-se os esforços de diversos pesquisadores, cujas propostas convergiam no objetivo de analisar os processos que envolvem a criação e o desenvolvimento de arranjos institucionais para regular o acesso e uso de RUC. Em síntese, os adeptos da TRC partem da ideia de que dilemas sociais entre usuários de RUC podem ser superados com a criação de regras formais e informais que interferem na ação coletiva e, por consequência, evitam a “tragédia dos comuns”.

Com base na observação empírica de grupos, cujas ações coletivas foram exitosas na gestão de recursos comuns, Ostrom propôs oito “princípios de formulação” de boas instituições de manejo de RUC<sup>3</sup> (OSTROM, 1990, 2001):

- 1) usuários com clareza sobre limites ou fronteiras da base de recursos;
- 2) congruência entre regras de apropriação, regras de restauração e condições locais (ligadas às possibilidades de provisão de trabalho, recurso e financiamento);
- 3) acordos coletivos (a maioria dos usuários participa da elaboração de regras: flexíveis, de fácil aplicação e coerentes com as condições locais);
- 4) responsabilidade de monitoramento dos recursos e do comportamento dos usuários do próprio grupo ou sob seu controle;
- 5) aplicação gradual de sanções aos infratores das regras estabelecidas;
- 6) existência de mecanismos locais de baixo custo para resolução de conflitos;
- 7) usuários desfrutam de reconhecimento mínimo do direito de criar e legitimar suas próprias instituições (sem interferência ou ameaça de autoridades ou agentes externos); e,
- 8) quando se trata de RUC que fazem parte de sistemas maiores: organização concatenada das atividades de apropriação, provisão, monitoramento, punição, resolução de conflitos e gestão.

Ressalte-se que os “princípios de formulação” são gerais, pois cada caso depende do

---

3. Ostrom (1990, p.90) define “princípio de formulação” como um “[...] elemento ou condição que ajuda a dar conta do êxito destas instituições na sustentabilidade de recursos de uso comum e ganhar a conformidade dos usuários às regras em uso através de gerações” [tradução livre do inglês].

contexto, que é específico a cada tempo e lugar. De qualquer forma, a presença da maior parte de tais princípios em determinado sistema de uso comunal sinaliza para a existência de instituições fortes.

Alguns estudos realizados no Semiárido nordestino têm demonstrado, pelo menos em parte, a operacionalidade da TRC para a compreensão da realidade de comunidades que trabalham de forma coletiva na gestão de recursos comunais, principalmente no tocante às regras associadas a acesso e uso (SABOURIN, 2001, 2003, 2006, 2009; SABOURIN; MARINOZZI, 2000; SIDERSKY, 2008; FERRARO JR; BURSZTYN, 2010). Mas a TRC apresenta limitações, principalmente na análise do comportamento dos atores. Daí a importância das contribuições do conceito de ação coletiva, conforme apresentado a seguir.

## 2. AÇÃO COLETIVA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A ação coletiva se concretiza quando mais de uma pessoa se une num esforço para alcançar determinado objetivo comum. De acordo com Crozier e Friedberg (1990), ação coletiva não é um fenômeno natural e espontâneo que surge automaticamente das interações humanas, nem consequência lógica de problemas que necessitam ser resolvidos.

A noção de ação coletiva e ação organizada se confundem. Apesar de apresentarem algumas características especiais, as organizações, segundo Friedberg (1993), nada mais são que um contexto de ação como outro qualquer. Portanto, ação coletiva (ou ação organizada) é o resultado de uma construção social para alcançar objetivos comuns em meio a comporta-

mentos divergentes e contraditórios de atores relativamente autônomos com recursos e capacidades particulares. Envolve um mínimo de organização dos campos de ação (formalizada e consciente ou fruto da história, dos costumes e das crenças), sua evolução e as regras que as mantêm no sentido de que existe um “sistema de ação concreto” que o estrutura mediante certas regras do jogo (CROZIER; FRIEDBERG, 1990).

Assim, o esforço de análise e compreensão da ação coletiva de um grupo para gerir recursos comuns não difere daquele que se faz para compreender uma organização formal (cooperativa, associação etc.) ou outras formas mais difusas de ação coletiva, como por exemplo, um movimento de mobilização social ou de criação de um partido político. Em qualquer dos casos,

“[...] a questão tem que ver com os processos de organização pelos quais são moldados, estabilizados e coordenados os comportamentos e as interações estratégicas de certo número de atores cuja interdependência torna a cooperação indispensável, mas que conservam, todos, um grau de autonomia e continuam, por toda a sorte de razões, a perseguir interesses divergentes” (FRIEDBERG, 1993, p.12). [itálico do autor].

Mesmo num movimento desinteressado, os resultados dependem da “[...] disciplina, negociação e construção de relações de poder [...]” (FRIEDBERG, 1993, p. 14). Porém, ainda que se trate de uma organização em que predominam as relações de autoridade e de poder, existe espaço para os laços afetivos, o compromisso pessoal ou mesmo o espírito de sacrifício.

Em ambos os casos, a ação coletiva resultante é sempre decorrente de um processo de construção social, mas cuja existência e manutenção levantam questões e, portanto, exigem explicação (FRIEDBERG, 1993).

Enfim, a ação coletiva é complexa, não sendo suficiente determinado grupo manifestar o interesse de agir coletivamente para que a ação efetivamente aconteça e, se acontece, não quer dizer que perdurará.

Desvendar os enigmas da ação coletiva requer, em primeiro lugar, que se faça a distinção dos princípios e mecanismos que a mobilizam (CROZIER; FRIEDBERG, 1990). É necessária, para tal, a compreensão de como ela é elaborada e construída socialmente. Implica compreender as organizações, sua evolução e as regras que as mantêm (SABOURIN, 2009), pois a durabilidade da ação coletiva, no âmbito de determinado grupo, está diretamente relacionada à capacidade que ele tem de criar e manter um sistema de regras (CROZIER; FRIEDBERT, 1990; OSTROM, 1998).

Por isso, independente do contexto em que surge e se reproduz a ação coletiva, seu entendimento exige uma atenção especial na observação empírica das relações sociais, em particular o sentido do comportamento dos atores e seus interesses individuais.

Os oito “princípios de formulação” de instituições propostos por Ostrom certamente influenciam o comportamento dos usuários de RUC e, conseqüentemente, a ação coletiva que empreendem. Além disso, a ação coletiva é construída e coordenada a partir da combinação de três processos diversos: delegação de poder e de responsabilidade, aprendizagem coletiva e regulação (OSTROM, 1992). Apesar de conduzidos diversamente, tais processos ocorrem de forma simultânea e combinada (SABOURIN,

2003) e são indissociáveis dos atributos do grupo de atores envolvidos na ação coletiva (OSTROM, 1990, 1992).

Neste texto, a análise se prende à evolução do sistema de regulação do uso da água comum e à aprendizagem coletiva resultante.

Aprendizagem coletiva, aqui, é entendida como os conhecimentos ou valores que os indivíduos fazem circular durante a interação no contexto de uma ação organizada, de forma a promover mudanças estáveis na maneira de se comportar dos indivíduos (SABOURIN, 2009). Sua construção se dá pela confrontação de representações individuais ou coletivas que geram um referencial comum, ou seja, novos conhecimentos e novas representações coletivas (SABOURIN, 2003). Permite a realização de acordos internos para incorporar e adaptar regras às necessidades dos membros de um grupo e sua implementação apresenta novos desafios e novas oportunidades de aprender.

Isso posto, ressalta-se que a delegação de poder e de responsabilidade existe permanentemente em qualquer organização e, portanto, permeia todo o processo organizativo em questão. Por outro lado, em consequência de reações a regras estabelecidas, os envolvidos numa ação coletiva aprendem e promovem mudanças com a criação de novas regras que satisfaçam à maioria. Assim, não é possível compreender a ação coletiva na gestão de RUC sem um olhar sistêmico sobre o todo. A análise apresentada na seção quatro é realizada buscando alcançar tal perspectiva.

### 3. O CONTEXTO

O sistema de captação e abastecimento

de água em análise abrange quatro comunidades rurais (Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Junco e Barbatão). Na verdade, tais comunidades têm origem comum, compartilham projetos produtivos e são ligadas à mesma associação comunitária. A coincidência entre laços de parentesco nas quatro comunidades, território (como local de vida e trabalho) e posse de fração do mesmo, cria uma situação em que “parentela” e pertencimento ao território tornam-se indissociáveis. Nele combinam-se vida doméstica e vida coletiva, podendo tal fenômeno ser associado ao que Mendras (1978) definiu como interconhecimento.

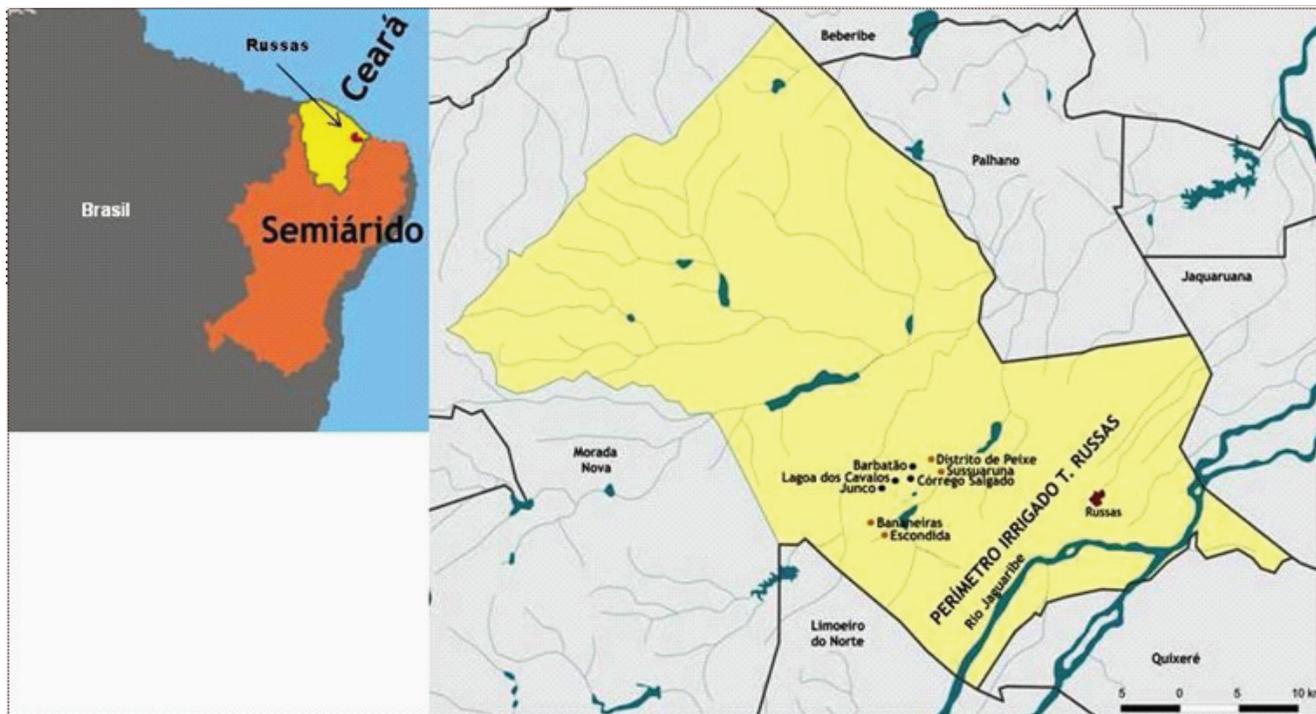
Com base nisso, abriu-se mão dos limites geográficos entre as quatro comunidades,

em favor da influência mútua entre o espaço e as relações sociais nele desenvolvidas ao longo da história. Adotou-se o termo Comunidade Lagoa dos Cavalos como categoria analítica para fazer referência ao conjunto, por ser essa a maior e mais conhecida em relação às demais.

Lagoa dos Cavalos localiza-se no semi-árido cearense, a 22 km da Sede do município de Russas (160 km de Fortaleza) e ocupa uma área de 8,17 km<sup>2</sup>. Situa-se à margem esquerda do rio Jaguaribe, na microrregião denominada Baixo Jaguaribe, nas proximidades da 1ª etapa do Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), conforme mostrado na Figura 1.

A população de Lagoa dos Cavalos é de 280 habitantes, dos quais 74,3% em idade eco-

Figura 1 – Localização da área de estudo



Fonte: ETENE-BNB, a partir de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

nomicamente ativa e 88,6% alfabetizados (Tabela 1), distribuídos em 79 famílias<sup>4</sup>. Em média, vivem 3,54 pessoas por domicílio, sendo 1,77 homens e 1,77 mulheres. Trata-se de uma população jovem, visto que 25,7% são adolescentes e 27,9% se encontram na faixa etária de 15 a 30 anos. Assim, adolescentes e jovens de até 30 anos somam mais da metade da população (53,6%).

A população local apresenta um perfil produtivo pluriativo (ou seja, desempenham múltiplas atividades econômicas), a exemplo de outras áreas do sertão (ALBALADEJO, 1999; ALVES, 2002; ALVES *et. al.*, 2006; CARNEIRO, 2008). Porém, a maioria dos moradores é agricultor familiar (82,3%), enquanto que 17,7% exercem atividades não-agrícolas, dos quais 6,3% numa filial da indústria gaú-

Tabela 1 – Distribuição da população de Lagoa dos Cavalos por faixa etária segundo o gênero, em 2010

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total	
			Qde.	%
População Total	140	140	280	100,00
Até 14	31	41	72	25,7
Entre 15 e 30	41	37	78	27,9
Entre 31 e 60	50	46	96	34,3
Acima de 60	18	16	34	12,1
Total em idade ativa (a partir de 15 anos)	109	99	208	74,3
Alfabetizados (a partir de 15 anos)	118	130	248	88,6
Número médio de pessoas/domicílio	1,77	1,77	3,54	-

Fonte: Pesquisa de campo.

cha de calçados Dakota (instalada na sede do Município). Outras ocupações com menor representatividade são nas áreas de docência, de saúde (enfermeira e agente de saúde), de segurança (vigilante e guarda municipal), além de 6,8% que se dedicam às atividades de corte e costura e artesanato.

Os aposentados como agricultores somam 36, metade dos quais são mulheres. Outros 11 habitantes recebem assistência do BPC (Benefício de Prestação Continuada), por apre-

sentarem problemas de saúde ou deficiência física. Juntos, estes benefícios proporcionam a entrada de cerca de R\$ 350,8 mil anuais na comunidade (R\$ 29,2 mil/mês).

O Programa Bolsa Família (PBF) tem um peso importante na comunidade, na medida em que mais da metade das famílias residentes têm a dona de casa como titular do cartão, beneficiando 47 crianças e adolescentes (média de 1,15 benefícios por família). Além de forçar as famílias a preservar crianças e adolescentes

4. Família aqui tem o sentido de “família nuclear”, ou seja, inclui somente as pessoas que vivem no mesmo domicílio.

na escola, o PBF obriga os beneficiários a manter em dia o cartão de vacinação de filhos com até quatro anos de idade, proporcionando uma cobertura de 100%.

Desde 2006 a comunidade dispõe de um sistema de captação e abastecimento de água, com uma extensão de 3,7 km, que beneficia 40 residências. A fonte é um dos canais de distribuição do PITR<sup>5</sup>. Tal sistema é denominado localmente de ‘água do canal’.

A distribuição da água é feita via tubulação de PVC, em ramais que atravessam a comunidade, contemplando cada casa com um ponto de água (uma torneira). O sistema não conta com estrutura pública de armazenamento, mas com um ponto (torneira) público para servir aos moradores não contemplados com torneira na residência.

O ponto de água fixado nas residências permite a higiene adulta e doméstica (banho, lavagem de utensílios e roupas), o consumo animal durante o verão e a manutenção (regadio) de fruteiras e verduras nos quintais. Em virtude de apresentar problemas de contaminação por agrotóxicos, a ‘água do canal’ não é utilizada para beber, cozinhar ou para a higiene infantil. O sistema foi construído pelos moradores, em regime de mutirão, e funciona sem a cobrança de taxas por parte do poder público. Internamente, porém, existe a cobrança feita pela associação comunitária de uma “contribuição” fixa mensal de R\$3,00, destinada a cobrir uma pequena parcela dos custos de organização local. Até o momento da pesquisa (maio/2012),

os usuários não discutiam sobre formas de cobrir custos com a manutenção do sistema de distribuição ou eventuais problemas na sua operação. Percebe-se que o tema não será prioridade a não ser que o grupo necessite de recursos para solucionar problemas que surgirem no futuro.

Água é um recurso valioso em qualquer sociedade e lugar. No sertão nordestino, em virtude das peculiaridades climáticas, a água definiu os caminhos das pessoas e do gado rumo ao interior durante a ocupação do País. Em torno dela se instalaram os primeiros currais, as primeiras fazendas e os primeiros povoados do sertão. Dela depende a produção atual, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado. A maioria dos pequenos agricultores atuais padece de insuficiência hídrica, pois os grandes reservatórios, em geral, são privados e os pequenos, acessíveis aos agricultores pobres, raramente garantem a disponibilidade durante todo o período de estiagem, principalmente nos anos de seca.

No caso particular de Lagoa dos Cavalos, são difíceis as condições locais de acesso a água. Localizados fora do perímetro de irrigação e sem direito ao uso da água dos canais, as principais fontes para consumo animal, higiene humana e doméstica são as lagoas que esvaziam nos anos de seca. A situação de escassez de água é agravada em virtude da salinização da água disponível em poços profundos. Por este motivo, dois dos poços existentes já foram desativados<sup>6</sup>.

5. O sistema de adução tem extensões e diâmetros distribuídos da seguinte forma: diâmetro de 100 mm numa extensão de 300 metros a partir do canal do PITR; diâmetro de 75mm deste ponto e por mais 700 metros; diâmetro de 50mm nos restantes 2,7 km, incluindo dois ramais dentro da Comunidade.

6. Em 2004 foi minimizado o problema de disponibilidade de água para beber e cozinhar, quando foram construídas cisternas de placa em todas as casas da comunidade.

Por tudo isso, desde sua concepção, o sistema de abastecimento de água tem se constituído como importante espaço de aprendizagem para os moradores de Lagoa dos Cavalos. Em conjunto, a mobilização e organização para reivindicação do direito de uso dessa água, a conquista de tal direito, a aquisição de materiais e sua construção em regime de mutirão, proporcionaram vários ensinamentos, tanto no que diz respeito às relações internas (entre parentes e vizinhos), quanto em relação aos órgãos de governo. Implantado o sistema, a novidade de acesso e uso comum do recurso exigiu inovações em atitudes e regras, conforme discutido no item a seguir.

#### 4. REGULAÇÃO E APRENDIZAGEM COLETIVA NO ACESSO À “ÁGUA DO CANAL”

Dispor de água encanada no meio rural do semiárido é privilégio de poucas famílias. Em Lagoa dos Cavalos, a oportunidade de acesso foi criada pelos próprios moradores. Diante das conhecidas dificuldades locais de acesso a água, eles decidiram tirar proveito da proximidade de um dos canais do PITR e da possibilidade de transportar a água por gravidade até a comunidade.

A consciência dos moradores sobre as dificuldades em relação à disponibilidade local deste recurso, associada ao baixo custo da adução, fez, evidentemente, a diferença na sua

decisão de se envolver na proposta de implantação do sistema. Vale mencionar que os incentivos para um grupo de usuários agir coletivamente estão associados ao nível de precisão das informações disponíveis sobre o estado de determinado sistema de recursos<sup>7</sup>, aos benefícios líquidos do seu uso e às ameaças aos recursos locais (OSTROM, 2005; SCHLAGER *et al.*, 2002[1999]).

De fato, o projeto da ‘água do canal’ consumiu muito tempo em discussões internas e negociações com as autoridades externas. Internamente, as discussões visavam a acordos sobre a que instâncias recorrer para obter autorizações e apoios, sobre futuros beneficiários, formas de partilha dos custos de implantação, organização dos trabalhos de construção etc<sup>8</sup>. Externamente, foi importante a habilidade de negociação das lideranças, num primeiro momento obtendo autorização do poder público (Dnocs) para construir o sistema de adução; num segundo momento, buscando apoio financeiro junto a outros órgãos públicos para cobrir parte dos custos de implantação.

Antes da implantação da ‘água do canal’, em anos de seca era comum às famílias se desfazerem de parte dos animais em prol da sobrevivência de alguns, em virtude da redução dos níveis de água nas lagoas, o principal suporte de água para a criação de animais. Em função da existência de tais fontes, houve certa flexibilidade nas regras de uso desse recurso nos primeiros anos após implantação do sistema.

No entanto, a primeira seca após a instalação da ‘água do canal’ levou os usuários a mudarem de estratégia: ao invés de vender os animais, os transferiram das áreas de pasto para os quintais. Com isso, cresceu o consumo de água do sistema, gerando uma sobre-extração desse recurso, e conseqüente sobrecarga do sistema como um todo, promovendo a redução do fluxo e impedindo-o de alcançar os usuários da ponta. Tal situação gerou insatisfação entre os usuários prejudicados com a redução ou interrupção da oferta de água em suas residências. Desse problema, surgiram conflitos que geraram negociações e inovações em regras de uso, para adaptação às novas circunstâncias.

Ressalte-se que a redução do fluxo de água não se deu por limitação no estoque desse recurso. A fonte é um dos canais do Pitr, abastecido pelo rio Jaguaribe, o qual, embora conhecido como o “maior rio seco do mundo”, tem sua perenização garantida por dois grandes reservatórios: os açudes Orós e Castanhão. A redução no volume d’água nas torneiras foi conseqüência do subdimensionamento do diâmetro das tubulações da adução, em virtude da inexistência de um projeto técnico. Não se levou em conta que durante os períodos de estiagem (e secas) os usuários iriam requerer maior quantidade de água.

Aqui cabe uma pausa para explicar que a instalação de um sistema de adução requer alguns conhecimentos técnicos. No caso de Lagoa dos Cavalos, embora se soubesse que a fonte poderia ser inesgotável no curto prazo, seria necessário pensar na sobre-extração durante os verões e principalmente nas eventuais (ou sistemáticas) secas que acontecem no sertão. Além disso, é preciso definir regras claras sobre a forma de sua distribuição entre os usuários, ou seja, é fundamental que se crie

um sistema de gestão. No entanto, segundo se captou do discurso dos atores locais, nenhuma dessas questões foi considerada no momento de implantação da adutora.

Ao se deparar com o problema de escassez, o grupo passou a discutir e engendrar acordos coletivos que resultaram na criação de regras de acesso e estruturas de armazenamento para viabilizar a alocação da água e evitar o comportamento oportunista (OLSON, 1965). Isto aconteceu em virtude da consciência dos usuários sobre a escassez de outras fontes de água durante aquela seca e nos verões seguintes e da conseqüente dependência em relação à ‘água do canal’.

Logicamente que o grupo sabia das possibilidades de restabelecer o fluxo da água. Se os recursos já sofreram destruição substancial, mas ainda é possível obter benefícios que compensem os custos das mudanças, é mais provável que os usuários se disponham a investir na organização para regular o seu uso. Ao contrário, se há abundância ou extrema escassez de recursos, os atores são mais propensos a não promoverem mudanças, porque os custos relacionados não compensam os benefícios decorrentes (OSTROM, 2001).

Assim, como fruto das diversas reuniões, discussões e conversas mediadas por lideranças locais, o grupo chegou ao seguinte acordo: os usuários seriam divididos em grupos (ramal um e ramal dois) que deveriam se revezar em turnos de acesso para armazenamento em pequenos tanques construídos ao longo do percurso da água, no interior das residências.

Determinou-se, assim, uma espécie de cota de tempo (SCHLAGER *et. al.*, 2002[1999]), de forma que todos possam ter acesso aos recursos. Esta regra deveria ser adotada principalmente durante o verão, período

sem chuvas que dura mais ou menos de junho a dezembro. Ressalte-se que não se trata de uma aprovação unânime dos usuários, mas do resultado de uma coalizão mínima entre membros, como forma de promover eficiência na gestão da água<sup>9</sup>. Tal acordo resulta de muita negociação e até conflitos, pois envolve prejuízo para aqueles que tiravam vantagem da situação.

O tempo de disponibilidade para apropriação da água por cada usuário foi estimado a partir do tamanho dos tanques construídos que, por sua vez, de modo geral, representam a média da necessidade de cada residência. A existência do tanque, na verdade, ajuda no controle mais eficiente de consumo individual, reduzindo desperdícios. Ao mesmo tempo, evita custos com coordenação do sistema como um todo.

Importante frisar que o grupo de usuários desfruta de total autonomia sobre as regras internas. Elas foram produzidas localmente a partir da aprendizagem com o surgimento de situações que requeriam mudanças e, portanto, perfeitamente adaptadas ao contexto da comunidade e sem a intervenção de autoridades externas. A assembleia da Associação, com mediação das lideranças locais, é a instância de definição de regras de uso e resolução dos conflitos que acontecem em torno da 'água do canal'.

O monitoramento do sistema, por sua vez, é coletivo, de responsabilidade dos próprios usuários, os quais têm interesse que a água chegue à sua torneira. Isso contribui para reduzir os custos do próprio monitoramento e da

aplicação de sanções aos que burlam as regras de acesso acordadas. É também uma forma de tornar o monitoramento mais efetivo, visto que cada um conhece tão bem o meio quanto os próprios infratores (OSTROM, 2001), além do que, pertencem à mesma rede de proximidade.

Problemas de apropriação do recurso (SCHLAGER *et. al.*, 2002[1999]) no novo momento, decorrentes da não observância das novas regras por parte de alguns usuários, têm gerado insatisfações que não chegam a se configurar como conflitos. Eles têm acontecido quando o fluxo de água não é suficiente para alcançar os usuários mais distantes, em virtude da extrapolação da cota de tempo por outros usuários localizados em pontos anteriores. Porém, trata-se de infrações esporádicas, significando que a maioria tem cumprido as regras. Um dos "princípios de formulação" de Ostrom (1990) anuncia que um fator que contribui para o respeito às regras efetivamente acordadas é a percepção que os usuários têm sobre se elas atendem a seus objetivos e que os demais também as respeitam.

Por outro lado, verifica-se a não aplicação de punições. Aqui, deve-se levar em conta a visão desses agricultores sobre a água. Por se tratar, em sua concepção, de um bem essencial e uma dádiva da natureza, todos têm direitos sobre o seu uso, o que certamente inibe as punições por eventuais infrações. Como se observou anteriormente, as infrações têm acontecido em período de escassez de água nas demais fontes locais. Em momentos de dificuldades, afirma Ostrom (1990), existem grupos

---

9. Maass e Anderson (1978) encontraram situação semelhante em sistema de irrigação comunitária no sudeste da Espanha e nos Estados Unidos (vale central da Califórnia, nordeste do Colorado e vale de Utah). Os mesmos pesquisadores constataram que condições ambientais difíceis conduzem grupos de usuários a promoverem maior eficácia na gestão de águas.

de usuários de RUC que toleram o descumprimento de regras, embora existam outros grupos que, ao contrário, requerem uma alta taxa de cumprimento, se a infração pode causar danos importantes ao restante dos usuários.

Mas outros fatores podem ser considerados pelos usuários de RUC na decisão de não punir os infratores. Por exemplo, o fato de a maioria dos usuários perceber como bom o funcionamento do sistema, não enxergando perigo de uma evolução para pior no sentido de ampliação significativa na quantidade de infratores (GARRIDO, 2010), quando estas são raras.

Ainda em relação às punições aos infratores, Ostrom (1990) explica que tendem a ser graduadas, iniciando com sanções leves. Primeiro, porque as infrações são raras e reincidências não se generalizam, já que comprometem a reputação mediante uma rede de proximidade que conta com informações de forma clara e rápida. Além disso, conforme argumento de Ribeiro *et.al.* (2005), há uma interdependência entre as famílias no usufruto dos bens comuns, os quais prezam a reciprocidade afetiva, ética e material. Nessas situações, afirmam os autores, o usuário teme a retaliação moral, no sentido de “[...] ser excluído do convívio, ser taxado de usurário ou miserento, ser citado como contra-exemplo na hora do culto ou da reunião comunitária” (p. 92).

Em Lagoa dos Cavalos, como mencionado anteriormente, as relações sociais estão inseridas numa rede de proximidade que envolve principalmente o parentesco. Por isso, sem dúvida, o cumprimento de normas está também ligado às regras de reciprocidade e aos valores afetivos e éticos por elas produzidos, inclusive a reputação que cada um quer manter frente aos demais. Vale assinalar que os próprios usuários

monitoram o sistema e seriam os responsáveis pela imposição de punições. Deve-se considerar, portanto, que, quando se aplicam punições duras a um infrator esporádico, é provável que ele assumira uma postura de ressentimento e no futuro se sinta menos comprometido em relação ao cumprimento de acordos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou resultados de uma investigação sobre o processo de construção do sistema de regulação e (consequente aprendizagem coletiva) da ‘água do canal’, um sistema de captação e distribuição construído pelos moradores de Lagoa dos Cavalos, em regime de mutirão.

Observa-se que o uso da ‘água do canal’ passa por dois momentos distintos. Inicialmente, o acesso é ilimitado aos usuários, porém sem sobrecarga do sistema, em virtude da existência de outras fontes de abastecimento com relativa capacidade de suprir as necessidades diárias, principalmente na manutenção dos animais. Posteriormente, quando acontece uma sobre-extração do recurso em função do esgotamento de outras fontes, é adotado um conjunto de regras, mediante acordo coletivo, que limitam o acesso durante determinado período do ano.

A análise aqui realizada mostra que acesso, uso e gestão desse recurso se dão em meio a uma complexa teia que conforma a rede de relações sociais, sobre a qual se firmam os arranjos institucionais que sustentam a ação coletiva. Por outro lado, o processo que gera inovação e aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação produz aprendizagem coletiva, que por sua vez contribui para o aperfeiçoamento das regras,

criando um círculo virtuoso entre regulação e aprendizagem. Ou seja, o funcionamento dos arranjos está ligado à capacidade do grupo de aprender com acertos, erros, tensões e conflitos.

Finalmente, cabe mencionar que este estudo se agrega a outros já realizados no semi-árido nordestino, por reforçar a validade da operacionalidade da *teoria dos recursos comuns* no território analisado. Pelo menos duas conclusões concorrem para tal. A primeira delas é que diante da ameaça de esgotamento de determinado recurso de uso comum, os usuários são capazes de criar estratégias e acordos internos para garantir a sua manutenção, contrariando as teses de Hardin e Olson. A segunda se refere à aplicabilidade dos “princípios de formulação” propostos por Ostrom. Pode-se afirmar que, dos oito princípios, pelo menos seis estão presentes na gestão da ‘água do canal’. Isso denota certa robustez nas instituições existentes, fruto da capacidade dos usuários de aprender, firmar e manter acordos coletivos sem a interferência de atores externos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBALADEJO, C. *Réflexions sur la notion de “systèmes locaux de connaissance” a partir de projets de recherche/formation et développement en Amérique Latine*. In: *Elaboration de références tecnico-économiques, Montpellier*, Cirad Tera, septembre 1999, 12p.
- AGRAWAL, A. Common resources and institutional sustainability. In: OSTROM, E. et. al. (Eds.). *The drama of the commons*. Washington, DC: National Academy Press, 2002.
- ALVES, M. O. *Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuçuoca, Ceará*. Raízes, v. 21, n. 01, pp. 114-121, Campina Grande, UFCG/PPGS, jan./jun.2002.
- ALVES, M. O; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. de C. P. *Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe, Ceará*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. (Série Documentos do Etene, v. 11).
- CARNEIRO, W. M. A. *Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios cariri cearense*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2008 (Série Documentos do ETENE, v. 22).
- COSTA NETO, P. L. *Estatística*. São Paulo: Editora Blücher Ltda, 1977.
- COUTINHO, C. P. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina, 2011.
- CROLL, P. *La observación sistemática en el aula*. Madrid: Muralla, 1995.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *El actor y el sistema: las restricciones de la acción colectiva*. Cidade do México: Alianza Editorial Mexicana, 1990.
- FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHE-SON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). *Espaços e recursos de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. pp.17-42.

FERRARO JR. L. A.; BURSZTYN, M. *Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto*. In: Caderno CRH, Salvador, v.23, n.59, p.385-400, maio/ago, 2010.

FRIEDBERG, E. *O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada*. Tradução por A. P. da Silva. Lisboa: Edições Piaget, 1993.

GARRIDO, S. *El funcionamiento del regadío em la España del Este*. Uma reflexão a la luz de la obra de Elinor Ostrom. Universidad Jaume I. 2010. Disponível em: [http://www.unizar.es/departamentos/estructura\\_economica/personal/dgallego/documents/10SamuelGarrido.pdf](http://www.unizar.es/departamentos/estructura_economica/personal/dgallego/documents/10SamuelGarrido.pdf). Acesso em: 21/07/2011.

HARDIN, G. *The tragedy of the commons*. *Science*, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

MAASS, A.; ANDERSON, R. L. ... *and the desert shall rejoice: conflict, growth, and justice in arid environments*. Cambridge Mass: MIT Press, 1978.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Tradução por Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução por Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999. 1ª Edição: 1965.

OSTROM. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Crafting institutions for self-governing irrigation systems*. San Francisco: Institute For Contemporary Studies, 1992.

\_\_\_\_\_. *A behavioral approach to the rational choice theory of collective action*. In: *American Political Science Review*, v. 92, n. 1. p. 1-25, 1998.

\_\_\_\_\_. *Reformulating the commons*. In: BURGER, J.; OSTROM, E.; NORGAARD, R.; POLICANSKY, D.; GOLDSTEIN, B. (Eds.). *Protecting the commons: a framework for resource management in the Americas*. Washington, D. C., Island Press, 2001. pp. 17-41.

\_\_\_\_\_. *Comprender La acción colectiva*. In: MEINZEN-DICK, R, S.; DI GREGORIO, M. *Acción colectiva y derechos de propiedad para el desarrollo sostenible*. Washington: IFPRI, Punto de Enfoque II, 2005.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. R.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. *Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha*. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 2, nov. 2005.

SABOURIN, E. *Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba*. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 16, abril. 2001. p.13-40.

\_\_\_\_\_. *Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa*. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (Eds.). *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa Informa-

ção Tecnológica, 2003. pp.145-178.

\_\_\_\_\_. Organizações e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste do Brasil. In: SABOURIN, E. (Org.). *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23. 2006. p. 29-61.

\_\_\_\_\_. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E; MARINOZZI, G. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro. In: *Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza*, v. 31, n. 4, p.1008-1017, out-dez. 2000.

SCHLAGER, E.; BLOMQUIST, W.; TANG, S. Y. Mobile flows, storage, and self-organized institutions for governing common-pool resources. In: MCGINNIS, M. D. (Ed.). *Policentric governance and development. Readings from the workshop in political theory*. Michigan: University of Michigan, 2002 [1999]. p.114-147.

SIDERSKY, P. R. *Gestão de recursos hídricos e sistemas produtivos: um estudo sobre inovações técnicas e sociais em assentamentos do alto sertão da Paraíba*. In: *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 2, n. 1, 2008. p. 1-23.

SOUZA, D. V de; ZIONI, F. *Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e*

a técnica qualitativa da triangulação de dados. In: *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 76-85, jul-dez. 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## A REGULAÇÃO DOS ACESSOS E USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS, SERTÃO DA PARAÍBA (1930-2010): REGIMES DE PROPRIEDADE E FIGURAÇÕES SOCIAIS

Maria do Socorro Andrade

### RESUMO

Este artigo analisa a adoção de mecanismos de regulação dos acessos e usos dos recursos naturais na Fazenda/Assentamento Angélicas, localizada no sertão da Paraíba, como parte de processos mais gerais de mudanças sociais e ambientais, em que transformações nas figurações sociais se articulam com a emergência de diferentes regimes de propriedade. Ao longo de 80 anos, foi possível perceber a transição de uma figuração social marcada pelo clientelismo, característico dos latifúndios do semiárido nordestino, a outra em que múltiplos poderes, inclusive governamentais, passam a atuar sobre uma determinada área. Tendo como referência modelos de figurações sociais, busca-se demonstrar a importância da associação entre a forma de apropriação da terra e os mecanismos de regulação do acesso a recursos naturais efetivamente em vigor, bem como os mecanismos de interdependência entre grupos sociais.

**Palavras-chave:** Mudança ambiental; assentamentos de reforma agrária; figurações sociais

## THE REGULATION OF THE ACCESS TO THE USE OF NATURAL RESOURCES IN AN AGRARIAN REFORMED AREA IN THE SEMIARID REGION OF BRAZIL(1930-2010): PROPERTY RIGHTS AND SOCIAL FIGURATIONS

### ABSTRACT

This paper analyzes the adoption of mechanisms for regulating access to and use of natural resources in an agrarian reformed area, the Assentamento Angélicas, located in the semiarid region of Paraíba, Brazil, as part of more general processes of social and environmental changes in which social figurations are articulated with the emergence of different property rights. Along 80 years it was possible to see the transition from one social figuration characterized by patron-client relationship to a figuration where multiple other powers, including governments, begin to act on a particular area. With reference to social figuration models we seek to demonstrate the importance of the association between land ownership forms and the regulatory mechanisms of access to and use of natural resources and also discussing the interdependence mechanisms between social groups.

**Key words:** Environmental change; agrarian reformed areas; social figurations

---

Maria do Socorro Andrade. Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG. E-mail: soumsandrade@gmail.com.

---

Raízes, v.31, n.2, jul-dez / 2011

## INTRODUÇÃO

As áreas de assentamentos rurais no Brasil têm sido alvo, desde pelo menos meados da década de 1980, de um esforço continuado de investigação empreendido por pesquisadores vinculados às ciências sociais. Mas só recentemente a institucionalização de mecanismos de proteção dos recursos naturais tem sido objeto de investigação mais sistemática, em que pese pautar as agendas tanto do governo, no que concerne à adoção de políticas específicas para o planejamento e instalação de projetos de assentamento rural, quanto os movimentos sociais do campo, que passam por um processo de “ambientalização”, tanto em seus discursos quanto em suas práticas.

Este artigo pretende contribuir com este debate, considerando a complexidade das relações entre os assentados e seus projetos produtivos e as demandas por conservação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, entre outros recursos de uso coletivo, como os estoques pesqueiros existentes nos açudes de muitos assentamentos de reforma agrária localizados no semiárido nordestino. Para tanto, assumi como pressuposto que “qualquer diagnóstico da realidade social deve partir, primeiramente, do esforço de compreensão dos processos históricos que conformaram esta realidade” (CUNHA et al., 2005, p. 42). Este alerta é especialmente importante para os estudos realizados em assentamentos de reforma agrária, que geralmente desconsideram os períodos anteriores à deflagração da luta pela terra. Nesse sentido, a pesquisa adotou uma abordagem processual de análise das relações entre mudanças nas figurações sociais, nos regimes de propriedade e nas formas de controle, acesso e uso de recursos naturais ao longo de

cerca de 80 anos (1930-2010), num assentamento rural localizado no sertão da Paraíba, a Fazenda/Assentamento Angélicas.

A questão norteadora da pesquisa, assim, era apreender como mudanças no regime de propriedade se conectavam como mudanças nas figurações sociais e, portanto, nos laços de interdependência entre os grupos sociais diretamente ligados à Fazenda/Assentamento Angélicas e no balanço de poder entre estes grupos (ELIAS, 2000; 2006) e transformações nas formas de regulação dos acessos e usos aos recursos naturais da propriedade, com ênfase para as tensões entre modos de regulação privados e coletivos, tendo como referência a teoria dos recursos comuns, principalmente como desenvolvida por Ostrom (1990).

Entre 1930 e 2010, a Fazenda/Assentamento Angélicas passou por três momentos bem diferenciados quanto ao regime de propriedade e às formas de regulação dos acessos e usos de seus recursos naturais, que estão relacionadas com formas sociais específicas. Entre 1930 e 1980, predomina o sistema latifúndio-moradia, baseado no cultivo do algodão, na pecuária extensiva e nas culturas de subsistência mantidas pelos moradores da propriedade. Este primeiro período será chamado de **Período Meira**, em referência à família proprietária da fazenda. Com a crise do sistema latifúndio-moradia que alcança seu ponto culminante no final dos anos 1970, a fazenda foi vendida e entre 1980 e 2005 tentou-se implantar um modelo empresarial de gestão da propriedade, aqui chamado de **Período Gadelha**, também como referência à família proprietária das terras. Nestes dois períodos, o regime de propriedade predominante era o privado, ainda que num quadro de direitos e deveres bastante complexo, principalmente quando predominava o sistema de moradia. A

partir de 2005, porém, a fazenda é desapropriada para fins de reforma agrária, e inicia-se um novo período, que perdura até hoje, aqui chamado **Período Assentamento Rural**. Neste último período, aumenta a complexidade dos regimes de propriedade em vigor, combinando propriedade estatal, comunal, familiar/privada. Essa periodização permitiu mapear temporal, espacial e simbolicamente as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas na Fazenda/Assentamento Angélicas e identificar diferentes formas de gestão dos recursos naturais.

A reconstrução da história socioambiental no contexto específico da Fazenda/Assentamento Angélicas foi possível em virtude da existência de um bom número de famílias “antigas”, residentes nessa propriedade há várias décadas, com alguns indivíduos nascidos na década de 1930, fator fundamental para esclarecer alguns aspectos que só a memória coletiva<sup>1</sup> dos que viveram esse processo social poderia informar.

Foram utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de pesquisa, como a realização de entrevistas para coleta de relatos orais sobre os diferentes períodos analisados<sup>2</sup>; a aplicação de questionários com as 34 famílias<sup>3</sup> assentadas, que forneceram dados sobre os aspectos socioeconômicos do Assentamento, como também sobre os arranjos instituídos para a regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens

comuns; a pesquisa em material documental escrito, como certidões cartoriais e atas das assembleias da Associação de Agricultores do Assentamento Angélicas (ASSAGASSANGE); e a pesquisa genealógica da família Meira. Como lembra Minayo (2007, p. 15), a metodologia “inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.

## 1. A FAZENDA / ASSENTAMENTO ANGÉLICAS

O imóvel objeto da pesquisa empírica deste trabalho, denominado até outubro de 2005 de Fazenda Angélicas, quando, em virtude da desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Regional da Paraíba (INCRA-PB), passou a ser denominado Assentamento Angélicas, está localizado no semiárido nordestino, no sertão da Paraíba, entre os municípios de Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada. A distância entre o assentamento e a sede do município de Aparecida é de 14 km e entre o assentamento e a cidade de Sousa é de 34 km.

O semiárido nordestino é caracterizado por aspectos de origem climática, hídrica e fitogeográfica, tais como “baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade

1. Halbwachs defende a idéia de que nós construímos nossas memórias como participantes de grupos sociais determinados e que, neste processo, utilizamos as convenções sociais que nos estão disponíveis. Portanto, os indivíduos não se lembram por eles mesmos, pois necessitam da lembrança de outros indivíduos, para confirmarem ou negarem as suas lembranças que, por sua vez, estão localizadas em algum lugar específico no tempo e no espaço (Silva, 2006)

2. Foram entrevistados quatro assentados/moradores mais antigos, nascidos na fazenda; dois assentados filhos e dois assentados netos desses mais antigos; dois assentados ex-moradores/funcionários, que tinham salário fixo mensal e dois assentados outsiders (que não tinham morado na propriedade antes da desapropriação).

3. Visando preservar a identidade dos informantes, foram estabelecidos, aleatoriamente, códigos para cada família (de FA 1 a FA 34).

no ritmo de precipitações ao longo dos anos, prolongados períodos de carência hídrica, solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico [...] e ausência de rios perenes” (AB’SÁBER, 1999, s.p). As características climáticas e da vegetação do município de Aparecida, onde se localiza o Assentamento Angélicas, de acordo com informações do Serviço Geológico do Brasil, são as seguintes:

Em termos climatológicos o Município de Aparecida está inserido no denominado “polígono das secas” constituindo um tipo semiárido quente e seco, segundo a classificação de Köppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite, com variações anuais dentro de um intervalo de 23 a 30° C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. O regime pluviométrico, além de baixo é irregular com médias anuais de 920,0 mm/ano, com mínimas e máximas de 528,9 e 1777,4 mm/ano respectivamente. Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral, caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de setembro a dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno, restrita a um período de 3 a 4 meses por ano. A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte (CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2005, p. 3).

O Assentamento possui uma área to-

tal de 1.016 hectares, dos quais mais de 50% corresponde às áreas de reserva legal (RL) e de preservação permanente (APP), determinadas por lei, que no assentamento são as áreas de “reserva da serra” e as áreas próximas aos “reservatórios de água” (açudes, barragens, riachos).

## 2. POR UMA SOCIOLOGIA DOS PROCESSOS SOCIAIS

Em linhas gerais, Johan Goudsblom (*apud* MENNELL, 1998, p. 252) sintetiza a sociologia eliasiana em quatro princípios básicos: a) sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); b) por sua vez as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; c) as transformações de longa duração na convivência social não são planejadas nem previsíveis; e d) a aquisição do conhecimento, aspecto importante do desenvolvimento, acontece dentro das figurações.

O conceito de figuração expressa a ideia de que os seres humanos são interdependentes e devem ser entendidos enquanto tais. Este trabalho busca justamente adotar uma abordagem que privilegie a compreensão das teias de interdependência que formam as figurações e ao mesmo tempo as transformam. Dinâmicas de mudança numa figuração podem ser explicadas a partir de modelos abrangentes que possam mapear, temporal, espacial e simbolicamente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade. Nesse sentido, a abordagem figuracional permite a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes (MIRANDA, 2011).

Em termos analíticos, o estudo de uma

figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função e coerção, centrada na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou redução de suas interdependências e às variações de poder (QUINTANEIRO, 2006).

Quanto ao conceito de processo social, Elias afirma que:

O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. [...] Logo, é inerente às peculiaridades dos processos sociais que eles sejam bipolares. [...] Analogamente, os instrumentos conceituais para a determinação da investigação de processos sociais são pares conceituais como *integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio* (ELIAS, 2006, p. 27-28).

Assim como Elias, acredito dispor de instrumentos conceituais mais adequados à realidade, com os quais se pode evitar o tradicional dilema da sociologia que é a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Desse modo, tomei como referência o seguinte princípio:

A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não planejadas, mas ao mesmo tempo estru-

turadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infra-estrutura daquilo que em geral denominamos *história* (ELIAS, 2006, p. 197).

O resgate histórico das relações dos moradores/assentados com o meio ambiente e com o poder dominante neste espaço, ao longo de 80 anos, permitiu a compreensão das dinâmicas dos processos sociais ocorridos, observando as categorias de *ascensão e declínio* presentes nesses processos, e sua influência nas formas de acesso e uso dos recursos naturais, bem como as coerções, ou os arranjos estabelecidos em cada período, tanto para os moradores/assentados quanto para indivíduos externos à comunidade.

### 3. REGIMES DE PROPRIEDADE E TEORIA DOS RECURSOS COMUNS

A teoria dos bens comuns, como formulada por Elinor Ostrom (1990), em seu modelo analítico e explicativo, demonstra que grupos de indivíduos, com interesses em recursos comuns, podem se organizar e se transformar nos agentes de defesa da proteção e uso sustentável desses recursos. Trata-se de uma teoria dos arranjos institucionais relacionados ao governo e manejo efetivos de recursos comuns.

Ostrom fundamentou-se em evidências produzidas em vários estudos realizados ao redor do mundo. Tais evidências contradiziam verdades solidamente construídas no meio acadêmico, como por exemplo, a defendida por Garret Hardin, em seu famoso artigo publicado em 1968, “The tragedy of the commons”, no qual levantou a tese de que recursos comuns, cujo acesso seria irrestrito, estariam sujeitos à

degradação massiva (LAYRARGUES, 2000). A partir do exemplo do uso de pastagens coletivas<sup>4</sup>, esse autor tece a argumentação de que o processo de maximização de benefícios e minimização dos custos pode levar ao esgotamento de recursos naturais, ou, “à tragédia dos comuns” (LAYRARGUES, 2000; CUNHA, 2004; MIRANDA, 2011).

Fazendo contraponto à tragédia dos comuns, Ostrom defende a capacidade humana de proteger o patrimônio que pertence a uma sociedade ou grupo, de modo a garantir tanto que o bem seja preservado quanto que ele continue beneficiando a todos (CORONATO, 2009).

Nas palavras de Coronato (2009, p. 81), “onde antes havia duas possibilidades extremas, branco e preto, Ostrom sugere tons cinza”. Demonstrando que além da solução usual, de propor a privatização ou o controle estatal, para a preservação dos recursos naturais, Ostrom aponta para uma terceira solução, cujos componentes essenciais são dar informação, poder e métodos aos grupos sociais para cuidar dos recursos comuns (CORONATO, *op. cit.*).

A teoria dos bens comuns articula quatro esferas de análise (OSTROM apud CUNHA, 2004, p. 19): “a) a estrutura do sistema de recursos comuns; b) os atributos e o comportamento do grupo de usuários; c) as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum; e d) os resultados

obtidos pela adoção dessas regras e pelo comportamento dos usuários”.

No trabalho intitulado “*Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*” (1990), Elinor Ostrom elenca os oito “princípios de desenho” que determinam boas instituições de manejo, os quais, aliados às esferas de análises, citadas anteriormente, foram a base da análise dos arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns estabelecidos no Assentamento Angélicas, que tratarei mais adiante.

Considerando os elementos figuracionais dos processos que engendraram as mudanças ambientais e sociais ocorridas na Fazenda/ Assentamento Angélicas, foi pertinente recorrer também à perspectiva do novo institucionalismo, no sentido de relacionar o regime de apropriação privada dos recursos, vigente antes da desapropriação (propriedade privada) e o regime existente depois da criação do assentamento (misto de propriedade estatal/propriedade comum/propriedade familiar/privada).

Hardin não considerou a complexidade dos regimes de propriedade em sua argumentação, motivo que o teria levado a uma confusão entre apropriação coletiva de recursos naturais e acesso livre, ou seja, ausência de qualquer regulação efetiva dos usos e acessos a uma base dada de recursos naturais, o que lhe rendeu muitas críticas. Esse entendimento é compartilhado por Drummond (1990), Weber (1997) e

4. Para ilustrar o perigo do rumo da civilização moderna e a contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, Hardin recorre à parábola do pasto, de Forster Lloyd, que, em síntese, consiste no seguinte: numa determinada área de pasto comum utilizada por vários pastores, num dado momento, um deles resolve acrescentar um animal a mais no pasto, assim, no curto prazo, divide o ônus desta ação com os demais pastores e, ao mesmo tempo, obtém o benefício sozinho. Entretanto, essa mesma lógica de raciocínio, logo, é adotada pelos seus pares; cada um defendendo seus interesses individuais vai acrescentando mais animais ao pasto até que seja excedida a sua capacidade de suporte, com a superexploração do recurso, devido ao elevado consumo de pasto e, ao pisoteio, por um grande número de animais; chega-se, assim, à “tragédia dos comuns” (LAYRARGUES, 2000).

Cunha (2004).

Para uma melhor compreensão acerca do entendimento desses autores em relação à “confusão” cometida por Hardin, fez-se necessária uma abordagem, em linhas gerais, da discussão sobre os direitos de propriedade. Nesse sentido, Feeny et al. (1990) e Ostrom et al. (1994), identificam dois esforços teóricos de classificação nesse campo, um diz respeito à natureza dos recursos e o outro aos regimes de propriedade.

Quanto à natureza dos recursos, duas variáveis são os meios de tipificação: a) a **excludibilidade** – que considera a variação existente entre os recursos no tocante à facilidade ou dificuldade de excluir ou de limitar usuários, quanto ao acesso e uso de bens produzidos pela natureza ou pela atividade de outros indivíduos; e b) a **subtraibilidade** – que refere-se ao grau de subtração devido ao uso, por um indivíduo, do total de recursos disponíveis para os demais usuários.

É importante ainda considerar que esses bens ou recursos podem ser apropriados sob diferentes regimes de propriedade, dos quais, podem ser identificados quatro tipos básicos (CUNHA, 2004): **1. acesso livre** (*open access*), em que o acesso ao recurso não é regulado, uma vez que não há direitos de propriedade bem definidos, portanto é aberto para todos; **2. propriedade privada** (*private property*), em que há um proprietário individual ou corporação que detém o direito de acesso e uso dos recursos com a prerrogativa de transferir esse direito para outrem; **3. propriedade comum** (*common property ou communal property*), em que o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definida, os quais têm o poder de regular o acesso e uso, bem como de excluir outros usuários; e **4. propriedade estatal** (*state*

*property*), em que o estado regula o acesso e uso dos recursos, seja na esfera local, regional ou nacional.

Considerando esses aspectos, Layrargues (2000) informa que Feeny et al. (1990), ao compararem as quatro categorias de regimes de propriedade em diferentes sociedades, verificaram que apenas o regime de livre acesso sustenta os argumentos de Hardin e enfatizaram que o regime de propriedade comum é o que apresenta melhor resultado. Cunha (op. cit. p. 19) também lembra que “o comportamento dos indivíduos é influenciado tanto pela natureza dos recursos comuns, quanto pelo regime de propriedade e pelo contexto institucional”.

#### 4. FIGURAÇÕES SOCIAIS: DE LATIFÚNDIO A ASSENTAMENTO

Um ponto importante do debate proposto neste artigo é a associação entre a forma de apropriação da terra e, conseqüentemente, os mecanismos efetivamente em vigor de regulação do acesso a recursos naturais e a apreensão de mecanismos de interdependência entre grupos sociais, tendo como referência modelos de figurações sociais. Neste sentido, o vínculo com a terra é um elemento importante na apreensão das posições sociais de indivíduos e grupos diferenciados no balanço de poder de uma dada figuração social.

Como já mencionei, no período de 80 anos analisado, podem ser identificadas três figurações sociais, cuja caracterização passa pelo regime de propriedade e pelo vínculo com a terra na Fazenda/Assentamento Angélicas.

Nos períodos Meira e Gadelha, a Fazenda Angélicas estava, formal e predominantemente, sob o regime de propriedade privada:

quando há um proprietário individual ou corporação que detém o direito de acesso e uso dos recursos com a prerrogativa de transferir esse direito para outrem. Apesar disso, porém, as figurações sociais são diferenciadas e, como se verá a seguir, afetaram as formas pelas quais a regulação dos acessos e usos dos recursos naturais era feita na área.

No período Meira, compreendido entre 1930 e 1980, havia um proprietário individual: Néilson Meira (até meados da década de 1970), passando a propriedade da terra então a seus herdeiros, e a parcela que mais tarde viria a ser o Assentamento Angélicas coube a uma de suas filhas, Maria de Lourdes. Neste período, predominou a figuração social que denominei “proprietário e morador”, do tipo patronal patriarcal, cujo sistema de relações sociais e de trabalho adotado era o de **morada**, geralmente definido como o sistema em que a família tem a permissão de morar numa fazenda ou engenho, de plantar uma roça e criar alguns animais, mediante o cumprimento de obrigações para com o proprietário. Entre essas obrigações figuravam o respeito, a obediência e a subserviência: “a condição de morador, parceiro ou arrendatário implicava na existência de um patrão, para cuja lavoura deveria ser dada prioridade, em detrimento da própria roça” (GOMES, 2005, p. 91). Até o início da década de 1960, o proprietário morava na fazenda e administrava todas as atividades. Posteriormente, mudou-se com a família para a cidade de Sousa, de onde dava as ordens ao encarregado ou gerente, que fazia as vezes do patrão na administração da fazenda, entretanto, mesmo com essa mudança, permaneceu a mesma relação do tipo patronal patriarcal.

Nesta figuração proprietário/morador, que é característica do latifúndio no sertão

Nordestino, as relações sociais são pautadas pelo clientelismo, que Pitt-Rivers chama de “amizade desequilibrada”. Segundo Putnan (2000, p. 184), as relações clientelísticas “envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas”. Esse modelo de vínculo social (ou de figuração), dificultaria a organização grupal dos clientes. É pelo vínculo com a terra enquanto proprietário ou morador que as posições sociais se definem, bem como as relações de interdependência, informando direitos acerca dos recursos naturais da fazenda.

As atividades produtivas desenvolvidas na propriedade neste período eram a pecuária bovina; o cultivo do algodão e da cana-de-açúcar, esta última para produção de rapadura no engenho da fazenda; e das culturas de subsistência, principalmente feijão e milho, com o predomínio de práticas consideradas tradicionais de acesso e uso dos recursos, principalmente o uso do solo para a agricultura e das áreas de pastagem natural pelos animais.

O principal requisito para ser aceito como morador da fazenda era ser um “cabra” trabalhador e que não gostasse de confusão (desordem). Os informantes contam que “preguiçoso não passava nem perto” (FA 1); “preguiçoso ele não queria aqui não e cachaceiro pior” (FA 2). Essa figuração social, informada pelos moradores mais antigos e seus descendentes, demonstrou a construção internalizada pelo grupo do modelo do “bom patrão”, qualidade que se manifestou, no imaginário simbólico construído na memória coletiva, por atos positivos, como o de dar proteção aos seus moradores. Foi evidenciado aqui, como algo, cujo significado nesse universo particular, informa uma reconstrução idílica do patrão e do lugar, no tempo “antigo”. Foi possível identificar

vários elementos que justificaram essa postura, dos quais me limitei a expor dois deles:

- 1) O sentimento de proteção pela garantia de oferta de trabalho, que foi representada pelos informantes como questão de honra para o patrão, o que pressupunha que, mesmo nas situações mais adversas, como por exemplo, secas ou chuvas em excesso, haveria a garantia de sustento para as famílias, de modo que não passariam “necessidade”<sup>5</sup>; e
- 2) A forma como os moradores eram tratados, ilustrada por uma ocasião em que o patrão chamou todos os moradores e fez a apresentação a um visitante dizendo: “são uns filhos que eu tenho”. Essa fala, reproduzida pela memória dos informantes, reforçou um simbolismo, cujo significado era ainda mais relevante considerando os padrões que informam as questões de gênero da época: Nelson Meira não tinha filhos do sexo masculino. A expressão nos gestos e nas entonações da fala, com que os entrevistados recordaram esses momentos deixaram transparecer sentimentos de orgulho e saudosismo.

No início do **período Gadelha**, compreendido entre 1980 e 2005, havia também um proprietário individual, José Gadelha, mas

a propriedade foi logo transmitida por herança aos seus sucessores, e a partir de 1985, passou a pertencer a uma empresa, a FARGASA S/A, de propriedade dos mesmos herdeiros. Em 2004, a FARGASA S/A cedeu a propriedade a Dalton Benevides Gadelha, permanecendo este último como proprietário até outubro de 2005, quando ocorreu a desapropriação da área. O importante é ressaltar que neste período o sistema de moradia entra em declínio e inicia-se um esforço de modernização da propriedade, que passou pela adoção do trabalho assalariado.

Esta figuração proprietário/trabalhador assalariado”, do tipo patronal capitalista, é percebida pelos atuais assentados como uma fase de inseguranças e incertezas. O(s) proprietário(s) não morava(m) na fazenda e a administração da mesma, de 1980 até o início da década de 2000, ficou a cargo de um gerente, que segundo os informantes era mais uma espécie de arrendatário. Já não havia mais a proteção do patrão.

Além das mudanças nas relações figuracionais, os moradores vivenciaram um período marcado por estiagens prolongadas, nas décadas de 1980 e 1990, com registro de perdas das plantações de sequeiro, tradicionalmente cultivadas entre janeiro e junho, totalmente dependentes da regularidade de chuvas nesse período. Aliado a isso, fatores de ordem econômica e a proliferação da praga do bicudo, provocaram o declínio da cultura algodoeira nessa proprie-

---

5. Necessidade aqui tem a conotação de fome. Segundo Fischer e Albuquerque (2002), a fome no semiárido nordestino se constitui numa extensão da pobreza, que as famílias dos pequenos produtores rurais caracterizam como necessidades. Em período de chuvas normais, as “necessidades” se referem à comida de má qualidade, falta de roupas e calçados, carência de assistência médica, falta de terra para trabalhar, moradia e outros elementos do bem-estar. As autoras se baseiam em Bobbio (1992) para enfatizar que estes são direitos do cidadão, considerados indispensáveis à sua sobrevivência. Entretanto, no período de escassez de chuvas, as chamadas “necessidades” aumentam, de modo a comprometer a própria sobrevivência da família sertaneja nordestina, especialmente no que se refere ao suprimento alimentar. Ao atingir tal estágio, a necessidade adquire a conotação de fome (Fischer e Albuquerque, 2002).

dade, assim como em todo o Nordeste.

Foi possível observar ainda mudanças figuracionais significativas na direção de novas formas de apropriação e uso dos recursos, amparada pelo conhecimento técnico-científico e marcada por uma lógica capitalista. Foram contratados funcionários com salários fixos mensais, inicialmente o vaqueiro, posteriormente, o técnico agrícola (que substituiu o gerente/arrendatário) e mais dois funcionários (moradores com salários fixos). Essas últimas contratações objetivavam desenvolver um projeto financiado de fruticultura irrigada. Para os demais moradores, não havia nenhuma obrigação por parte do proprietário de oferecer trabalho remunerado.

Finalmente, no **período Assentamento Agrário**, a figuração social passa por transformações ainda mais profundas, numa verdadeira miscelânea de indivíduos representando poderes os mais diversos: além dos assentados representados pela associação e dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida - PB, a figuração envolve a ação de representantes de instituições governamentais e não governamentais: INCRA, CPT-PB (Comissão Pastoral da Terra na Paraíba), ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro), CAASP (Central dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano), CNMP (Centro Nordestino de Medicina Popular), enfim, uma série de poderes, expressos em maior ou menor grau no Assentamento, através dos discursos dos seus agentes.

Nesse sentido, a legislação ambiental também passou a influenciar a realidade observada, através da obrigatoriedade de preservação da natureza nas Áreas de Proteção Permanente – APPs e de Reserva Legal – RL. Nesse período, os usos dos recursos naturais passaram a ser norteados com base em institutos jurídi-

cos e em arranjos definidos pelos próprios assentados, com normas a serem cumpridas e, ao mesmo tempo, fiscalizadas pelos mesmos.

## 5. ACESSO E USOS DOS RECURSOS NOS PERÍODOS “MEIRA” E “GADELHA”

Cada proprietário, nos dois primeiros períodos, exerceu o direito de regular os acessos e usos dos recursos naturais da Fazenda/Assentamento Angélicas, mas se utilizou da prerrogativa de transferir direitos aos moradores. Mesmo observando o regime de propriedade privada nos períodos **Meira** e **Gadelha**, a utilização dos recursos disponíveis era partilhada pelo grupo, com formas de acesso que conjugava elementos característicos tanto do acesso comum como do acesso privado aos recursos disponíveis.

Esse *mix* foi possibilitado pelo sistema de morada, em que a família do morador recebia um pedaço de terra onde podia construir sua casa, seu terreiro e fazer seu sítio, sendo ele próprio o regulador do acesso nesse domínio, que se caracterizava como privado. Por outro lado, as formas de acesso a outros domínios da propriedade, como os recursos hídricos, de caça e pesca, passavam por regulações que continham características de acesso comum, uma vez que eram partilhadas pelo grupo, embora reguladas pelo proprietário.

As regras impostas pelos proprietários informam tanto algumas concessões quanto restrições de uso. As evidências indicaram a prevalência de uma regra fundamental: a exclusão do acesso e uso dos recursos aos “de fora”. Para chegar a essa constatação, me baseei nas regras impostas pelos proprietários, nos dois períodos aqui referidos. Muitos dos informantes aborda-

ram a proibição da entrada de pessoas estranhas à propriedade, mesmo que fossem de fazendas vizinhas, para fazer uso dos recursos:

Cabra de fora não entrava em açude, nem caçador não entrava nessa fazenda não, se entrasse, aí no outro dia ele ia pra cheirosa. Os cabras já tinham medo, da Floresta, Picada, Angicos [fazendas vizinhas], não olhavam nem pra cá, nem pra pescar e nem pra caçar. Aqui é só para meus moradores, eu não quero ninguém de fora. Pra isso ele [Nélson Meira] era tudo (FA 2).

Nunca ouvi falar em qualquer problema com relação à utilização dos recursos. No tempo de Nélson Meira todo mundo respeitava, até mesmo a polícia não entrava fácil né, em Angélicas (FA 5).

Gente de fora (que não fosse morador) tinha que pedir permissão para entrar pra pescar. E caçar, eles [Gadelha] não liberavam pra ninguém, eles não queriam não. [...] desde o tempo do patrão [Gadelha] ninguém mexia lá não [na serra] (FA 19).

Quanto aos moradores, estes tinham permissão para utilização dos recursos para o consumo das famílias e para atividades que resultassem em benfeitoria na fazenda (construção de casas, cercas, currais). Entretanto, foi evidenciado que nos períodos de estiagem prolongada, nas décadas de 1980 e início de 1990, os moradores receberam autorização do proprietário para a retirada e venda de lenha. Cada família podia retirar 15 metros de lenha por semana. Essa foi uma atividade alternativa de geração de renda para os moradores, cujas lavouras de algodão e de subsistência foram

completamente perdidas em virtude das secas e da praga do bicudo.

Embora a legislação brasileira (Estatuto da Terra, Constituição Federal, Código Civil, entre outros dispositivos) já impusesse limites ao direito de propriedade, quanto à utilização dos recursos naturais, visando à preservação e uso sustentável desses recursos, o que eu pude evidenciar nas falas dos informantes foi, na verdade, o descumprimento de tal legislação na Fazenda Angélicas, tanto no período Meira, quanto no período Gadelha.

## 6. ACESSOS E USOS DOS RECURSOS NO PERÍODO “ASSENTAMENTO RURAL”

No período assentamento rural, uma importante mudança percebida é a transferência do poder de instituição dos mecanismos de regulação dos acessos e usos dos recursos naturais dos proprietários para o Estado. Os assentamentos, neste sentido, são espaços sociais fortemente institucionalizados, com um conjunto de regras e procedimentos a serem cumpridos, em que sempre se destaca a destinação de uma área para reserva legal (conservação da natureza) e a combinação de áreas privadas/familiares e de uso/posse coletiva (VIEIRA, 2010).

No caso específico do Assentamento Angélicas, as regras de acesso e uso dos recursos naturais sofreram mudanças, em função das transformações da figuração social e do regime de propriedade. Entretanto, foi necessário trazer à tona um problema verificado na maioria dos assentamentos rurais implantados nos últimos anos, segundo Vieira (op cit.), pois apesar de todo aparato legal para a proteção dos recursos naturais nas áreas de assentamento rural, o que se verifica de fato é que o próprio Estado,

através de seus órgãos, encontra dificuldades em cumprir as exigências legais estabelecidas para a implantação de um projeto de Assentamento.

Também Cunha e Nunes (2008) apontaram contradições entre a utilização efetiva dos recursos comuns e as formas institucionalizadas de proteção da natureza. Tal dissonância, entre o que determina a legislação e o que acontece de fato, por ocasião da criação de assentamentos, gera o que esses autores chamaram de “hiato” entre o colapso das antigas formas de apropriação dos recursos naturais (propriedade privada) e a emergência de novos arranjos que vão orientar o manejo de recursos nos assentamentos então criados. Esse perigoso hiato (demora no parcelamento definitivo dos lotes, na liberação de crédito para custeio das atividades produtivas) pode gerar um intenso processo de degradação nos assentamentos e levar à “tragédia dos comuns”.

No Assentamento Angélicas, criado em 2005, verifiquei que até o período final da minha pesquisa empírica, ou seja, até dezembro de 2010, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento ainda não tinha sido aprovado pelo INCRA. Embora tal fato tenha gerado muitas incertezas nas famílias, identificada pelos assentados como situação de abandono por parte desse órgão Estatal, chamou minha atenção certa capacidade de organização demonstrada com relação à regulação do acesso e uso dos recursos do assentamento.

Utilizando os instrumentos analíticos metodológicos da ecologia política e da teoria dos recursos comuns realizei a análise dos arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e demais bens comuns no assentamento, pautada nas concepções desses marcos, nas quatro esferas de análise da teoria dos bens

comuns e nos oito “princípios de desenho” que Ostrom (1990) determinou como indicadores de boas instituições de manejo. Optei pela apresentação do resultado da análise dos “oito princípios de desenho” da teoria dos recursos comuns, os quais expressam a realidade encontrada no Assentamento Angélicas com relação aos arranjos instituídos pelos próprios assentados para a regulamentação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns.

Julguei importante esclarecer que o grupo de assentados, aos estabelecer essas regras, pautou-se em conhecimentos adquiridos após a criação do assentamento, mas, sobretudo, no conhecimento adquirido no dia a dia, no cotidiano vivido na propriedade durante o processo social aqui pesquisado. Portanto, ao estabelecer os arranjos, os assentados não tinham clareza de método para tal, o que não significou impossibilidade de estabelecer arranjos eficientes. Foi o que evidenciou a análise desses arranjos, à luz dos “oito princípios” da boa governança elencados por Ostrom (CUNHA, 2004, p. 20):

**Clareza por parte do grupo de usuários sobre os limites ou fronteiras da base de recursos comuns que desejam regular o acesso e uso** - Quanto a esse ponto ficou evidente que todos os assentados têm conhecimento, ou pelo menos noção, da legislação ambiental específica que incide sobre o assentamento. Logo depois da criação da associação do assentamento, já tiveram início, na terceira assembleia, as discussões sobre os recursos disponíveis, informações sobre as áreas de preservação permanente e de reserva legal no Assentamento. Com relação à reserva legal, alguns assentados, notadamente os mais idosos, se referem assim: “Na serra ninguém pode mexer, por que lá é tudo do IBAMA”.

Embora a área pertença ao assentamen-

to, como existe uma legislação cujo órgão fiscalizador era o IBAMA, eles se referem como sendo uma área pertencente a esse órgão, para enfatizar a noção que têm sobre a restrição de uso dos recursos daquela área. Com relação às áreas de proteção permanente (áreas próximas aos reservatórios de água), geralmente as informações convergem para esse ponto : “O pessoal do INCRA falou que não pode mais plantar na beira do açude, o que já tá lá, pronto, já tá, mas daqui pra frente, não pode mais não” (FA 19).

Com relação aos demais recursos naturais e bens comuns, todos tomam conhecimento e têm clareza das decisões nas assembleias. Em todas as famílias de assentados há pelo menos um membro filiado à associação, algumas têm três ou mais membros filiados. Entretanto, todos podem participar das assembleias, com direito a voz, de modo que há um grande interesse pelos assuntos discutidos. Mesmo quando alguma família não pode se fazer representada em alguma reunião, as informações levadas boca à boca são muito eficientes no sentido de atualizá-la sobre que foi discutido e aprovado em assembleia.

**As regras instituídas no sentido de estabelecer tempo, lugar, tecnologia e ou quantidade de recurso a ser utilizado devem estar relacionados com as condições locais e com as possibilidades de provisão de trabalho, recurso e financiamento** - Também nesse ponto, verifica-se esse cuidado no estabelecimento das regras, como por exemplo, a decisão constante na ata do dia 29 de junho de 2006 que definiu sobre a irrigação dos sítios: “uma pessoa irriga durante o dia e à noite divide a água para três sítios”. Outros exemplos de decisão: “[...] a irrigação dos sítios por sifão será realizada somente de dia, para evitar o desperdício de

água” (ATA ASSAGASSANGE, 25/08/2007). Essas decisões, a exemplo de outras relacionadas a recursos pesqueiros, madeireiros e de caça, foram tomadas considerando a disponibilidade dos recursos no momento em que tais decisões foram tomadas. Os recursos hídricos, a localização do pasto, a localização das roças, todas essas decisões são tomadas, considerando as condições locais, como por exemplo, período de estiagem e período de chuvas.

A disponibilidade dos recursos também é considerada no manejo do gado. Na transferência desses animais de uma manga (pastagem natural) para outra, a quantidade de animais que cada assentado pode colocar nessas mangas é decidida coletivamente. Também verifiquei a limitação dos usos do açude em época de menor disponibilidade de água e até mesmo a decisão de ferir a legislação específica, que proíbe a utilização das áreas próximas aos reservatórios de água, quando foi aprovada em assembleia a utilização das vazantes dos açudes para a plantação de roçados. Tal decisão foi tomada considerando o momento como propício para a utilização desse recurso, tendo em vista o prejuízo que o grupo teria com a escassez de alimentos, caso essa decisão não fosse tomada.

**Envolvimento do maior número possível de indivíduos do grupo de usuários na ação coletiva destinada a modificar as regras de manejo** – Foi evidenciado um envolvimento da maioria dos assentados. Das 34 famílias, apenas duas informaram praticar atividade de caça (para consumo). Nos mutirões para limpeza e conservação de açudes, construção e recuperação de cercas, entre outros mutirões que são realizados constantemente no assentamento, todas as famílias colaboraram. Quando por algum motivo uma família não pode prestar o serviço através de um dos seus membros, paga

para que um terceiro o faça, de modo que todos colaboram com a atividade. Da mesma forma, nas ações como bingos e quermesses que visam levantar recursos para pagar alguma taxa de serviços ou imposto devido pela associação, ou para a construção de espaços de sociabilidade, como a igreja, todos os membros se engajam, divulgam, vendem os bilhetes, convidam familiares de outras localidades, de modo que o empreendimento dá resultados positivos. Essas ações também visam a manutenção e preservação de bens comuns.

**O monitoramento das condições do recurso comum e do comportamento dos usuários do recurso é feito pelo próprio grupo** – Não há dúvida de que o grupo exerce o seu poder de monitoramento dos recursos e, na medida do possível, regula o comportamento das famílias assentadas. Um bom exemplo foi um episódio relatado pela maioria das famílias, em que um dos assentados descumpriu uma das regras estabelecidas com relação aos recursos madeireiros do assentamento: a proibição da retirada de lenha para comercialização. A ação foi denunciada pelos demais assentados e foram tomadas providências rápidas no sentido de impedir que a venda fosse efetivada e que um dos usuários se beneficiasse sozinho de um bem que é coletivo.

Também há o monitoramento dos açudes, que é reforçado quando estes se encontram com um nível mais baixo de água, havendo registro em ata de decisões que indicam esses cuidados, com restrição ao número de dias e delimitação de horários de irrigação dos sítios. Também são recorrentes nos registros das atas as solicitações de que um assentado fiscalize o outro.

**Os usuários que violam as regras estabelecidas de uso e acesso do recurso comum são**

**passíveis de serem punidos com sanções gradativas, de acordo com a gravidade da ação, pelos demais usuários ou por lideranças ou dirigentes (representantes oficiais) sob controle do grupo de usuários (ou ambos)** – Com relação a esse ponto, não foi registrada nenhuma punição de fato. Mas foram registradas advertências, como no episódio da retirada de madeira e em outro episódio de invasão de roças por animais. Também foi registrado em ata o que os assentados denominaram de “criar uma lei” no assentamento para as pessoas que não cumprissem com as decisões da diretoria e da assembleia, definindo inclusive que seria chamada a polícia para resolver os casos. Até dezembro de 2010, porém, todas as questões tinham sido resolvidas no âmbito da própria associação, sem necessidade de “chamar a polícia”.

**Os usuários do recurso (e seus representantes oficiais) têm acesso rápido e de baixo custo a instâncias de resolução de conflitos** – No Assentamento Angélicas, essa instância é a associação. Quando surge a necessidade, como pude verificar na análise das atas, imediatamente é convocada uma reunião extraordinária para resolver os conflitos.

**Os direitos de grupos de usuários em desenvolver e legitimar suas próprias instituições de manejo não são ameaçados por agentes ou autoridades externas** – Apesar de haver inúmeros poderes, que exercem pressão em maior ou menor grau dentro do assentamento, os assentados têm consciência do seu poder de decisão e de legitimação de reivindicações. Na assembleia realizada em 02 de março de 2007, o representante da CPT afirmou que em caso de desistência de algum assentado, a vaga surgida no assentamento pertenceria à CPT, CAASP e INCRA, para indicar uma nova família a ser assentada. Entretanto, em assembleia realizada

em 28 de abril do referido ano, os assentados discutiram o assunto e resolveram conversar com os representantes desses órgãos citados, no sentido de propor que as vagas fossem ocupadas por filhos de assentados casados e que estivessem morando com os pais. A proposta foi acatada. Nesse caso específico, o sentimento de pertencimento foi um fator determinante na tomada de decisão, para legitimar e reivindicar a manutenção dos bens sob o domínio do próprio grupo já existente no assentamento.

**Apropriação, provisão, monitoramento, punição, resolução de conflitos e gestão são atividades organizadas numa forma interconectada** – O grupo de assentados demonstrou um esforço de organização para regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns com um nível de interconectividade relativamente estabelecido.

É bem verdade que, por ocasião da implantação de assentamentos rurais, há todo um acompanhamento por parte de instituições governamentais e não governamentais, que prestam assessoria do ponto de vista técnico, econômico, social, ambiental, educacional, comportamental, enfim, orientações gerais que são comuns a todos os assentamentos, mas que não chegam a ser capacitações, a ponto de poder considerar essas orientações como ferramentas efetivamente capazes de instrumentalizar o grupo para uma ação coletiva bem sucedida.

Por outro lado, Cunha (2004, p. 19) afirma que “as regras de uso e acesso dos recursos naturais não são criadas do nada. As sociedades desenvolvem continuamente normas e regras que guiam sua relação com o ambiente e com a base de recursos da qual dependem”. Mas, então, o que leva as sociedades a mudarem constantemente essas regras? Ou no dizer de Ostrom (1990) o que leva a essa “evolução

das instituições através da ação coletiva”? Segundo a teoria dos recursos comuns “a existência de uma estrutura de distribuição desigual dos benefícios não é um motivo suficiente para afetar a decisão de mudar a estrutura institucional quando esses recursos não estão ameaçados de depredação” (OSTROM apud CUNHA, op. cit., p. 20).

No caso específico da comunidade em análise, as regras de acesso e uso dos recursos naturais sofreram mudanças em função das transformações figuracionais, ou seja, as dinâmicas de mudanças ambientais estão associadas às dinâmicas de mudanças figuracionais e, em grande medida, nas mudanças nos regimes de propriedade verificadas no processo social analisado nessa pesquisa.

Nos períodos em que a propriedade estava sob o regime privado, em que havia um proprietário individual ou uma empresa (FARGASA), as regras eram determinadas pelos proprietários ou por seus mandatários, os gerentes. Entretanto, verifiquei que essas regras sofriam um afrouxamento, tanto por parte dos patrões quanto dos moradores, havia concessões, omissões e negligências. Não existia uma preocupação por parte dos moradores em fiscalizar os demais, no sentido de verificar se as regras estabelecidas pelo proprietário eram ou não cumpridas. E por parte dos proprietários também não havia um rigor com relação às regras de acesso e uso dos recursos. É o que revelam os trechos abaixo:

Quando Dr. Dalton era dono daqui, ele não vivia nas casas da gente, aperreando a pessoa, procurando uma coisa, procurando outra, não [...] ele não gostava nem de conversa. No tempo de Nélon Meira não tinha esse negócio não, podia plantar

até dentro do açude, que ele não ligava (FA 4).

Imediatamente após a mudança no regime de propriedade e instituição da associação, os olhares e preocupações se voltaram para a base de recursos disponíveis no assentamento. E não foi a ideia de “harmonia” que moveu a iniciativa de regulação. A motivação foi muito mais racional e movida por interesses que em nada lembram a “romantização dos comuns”.

Não se pode negar que o fator “tempo de residência” na propriedade teve uma participação fundamental na forma de organização dos arranjos, uma vez que tornou mais fácil a compreensão do sistema de recursos comuns e dos atributos do grupo de usuários. A própria história da grande maioria das famílias do assentamento Angélicas se confunde com a história social, econômica, cultural e ambiental da propriedade. A comunidade dispõe de um capital de conhecimento sobre o lugar, sobre as pessoas, sobre os costumes, sobre cada recanto da propriedade, que não tem treinamento ou conhecimento científico que possa suplantar.

Mas também não passou despercebida a influência individual de cada um dos assentados no conjunto das decisões tomadas pelo grupo. Levando-se em consideração a experiência de vida, o conhecimento específico em determinada área, a experiência profissional, o conhecimento científico, enfim, uma série de singularidades que só podem ser apreendidas ao se considerar o processo sociais mais longo envolvendo as figurações sociais anteriores ao momento da desapropriação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da situação de abandono evidenciada no discurso dos assentados com relação às políticas de efetivação dos programas que possibilitem o desenvolvimento das atividades produtivas no Assentamento Angélicas, ou, em outras palavras, apesar do perigoso ‘hiato’ entre a desapropriação e a implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, verificado por Cunha e Nunes (2008) em outros assentamentos rurais, que poderia gerar no assentamento a tragédia dos comuns, o que evidenciei foi um relativo sucesso com relação ao estabelecimento de normas, resolução de conflitos e utilização responsável dos recursos naturais e bens comuns, se comparado aos assentamentos pesquisados pelos referidos autores.

A explicação para esse relativo sucesso provavelmente se deve, em parte, à conjugação de conhecimentos sociais, simbolicamente apreendidos e internalizados no grupo ao longo do processo social verificado nessa propriedade e das singularidades nessa figuração específica. Como uma boa parte das famílias assentadas podem remeter suas experiências no local até pelo menos a década de 1930, não se verificou no assentamento a incerteza que em grande parte dos casos caracteriza os primeiros anos na vida dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. A regulação dos usos e acessos aos recursos naturais passa por transformações com a criação do assentamento, mas não ocupam um vazio institucional e a regra de exclusão de forasteiros, por exemplo, está presente ao longo dos 80 anos analisados. O mesmo se aplicando à flexibilização das proibições, presente tanto no tempo dos padrões quanto no tempo dos assentamentos. Uma diferença importante, porém, é que com a criação do assentamento,

os antigos moradores junto com as famílias que ingressaram na propriedade como assentados, passam a disputar o poder de regulação não mais com o patrão, mas com agentes de organismos governamentais e não governamentais.

Não se pode, porém, acreditar que toda a resposta para o sucesso na regulação dos acessos e usos aos recursos naturais, particularmente aqueles de propriedade coletiva, possa ser encontrada dentro do limite espacial do assentamento, mesmo que considerando o processo social. Um fator que parece desempenhar um importante papel na moderação do uso dos recursos naturais é o número de assentados que exercem atividades remuneradas, agrícolas ou não agrícolas fora da área do assentamento. A maioria das famílias assentadas tem pelo menos um de seus membros nessa situação.

Não quero com isso afirmar que está tudo muito bem no Assentamento Angélicas. Pelo Contrário, as famílias assentadas aguardam com muita expectativa a possibilidade de poderem exercer de fato e de direito as atividades de uma agricultura familiar que seja capaz de emancipá-las, econômica e socialmente. Entretanto, enquanto esse dia não chega, sobreviver é preciso. Mesmo que seja trabalhando fora do tão sonhado pedaço de chão conquistado.

Ainda é muito cedo para julgar a efetividade desse sucesso observado com relação aos arranjos estabelecidos, considerando que, por ocasião desta pesquisa, o assentamento tinha apenas cinco anos de implantação. E, como lembra Elias, “os modelos e os resultados das pesquisas de configurações, fazem parte de um processo, [...] à luz de cujo desenvolvimento estão eles mesmos sujeitos a revisões, críticas e aperfeiçoamentos, frutos de novas investigações” (ELIAS, 2000, p. 57). No entanto, é

possível afirmar que, conjugados a outros fatores, os arranjos estabelecidos pelos assentados foram, até o momento de conclusão da pesquisa, capazes de evitar a tragédia dos comuns.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertão e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Estudos avançados**. Vol. 13, nº 36. São Paulo. Mai/ago, 1999.

ASSAGASSANGE, Associação dos Agricultores do Assentamento Angélicas. *Atas das assembleias*. Aparecida – PB, 2005/2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Seção Judiciária da Paraíba. *Termo de Autuação*. Ação de Desapropriação, Processo nº 2005.82.02.001237-4. Expte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Expdo: Dalton Robert Benevides Gadelha e Gisele Bianco Nery.

CORONATO, M. A economia e o poder do cidadão (Negócios & Carreira). In *Revista Época*, p. 80-82, 26 de nov. de 2009.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea*. Diagnóstico do município de Aparecida, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/ PRODEEM, 2005.

CUNHA, L. H. Da tragédia dos comuns à eco-

logia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. In *Revista Raízes*, v. 23, n. 1-2, p. 10-26, 2004.

CUNHA, L. H.; ET AL. A construção de índices como instrumento para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: *Assentamento em Debate* (Org. França e Sparovek), MDA/NEAD, Brasília, 2005.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B. Proteção ambiental e conflitos ambientais em assentamentos rurais. In *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 27-38, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

DRUMMOND, J. A. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 177-197, 1991.

ELIAS, N. *Escritos & ensaios*. 1: Estado, processo, opinião pública. Federico NEIBURG e Leopoldo WAIZBORT (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade; tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J e ACHESON, J. M. *The tragedy of the commons*: twenty-two years later. *Human Ecology*, v.18 (1): 01-19, 1990.

FISCHER, I. R.; ALBUQUERQUE, L. A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil. In *Trabalhos para discussão*. N 139/2002.

Jul. 2002.

GOMES, R. A. *A qualidade das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo*: ética e racionalidade. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia), UFPE, Recife, 2005.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: *Daly* (ed.), *Econ Ecol Ethics*. San Francisco: W. H. Freeman, 1980.

INCRA. *Laudo de Avaliação do imóvel rural denominado "Fazenda Angélicas"*: Proprietário "Dalton Roberto Benevides Gadelha. Municípios: Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada-PB. Jul. 2005.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (Org.) *Sociedade e meio ambiente*: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas de participação. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MENNELL, Stephen. ELIAS, Nobert- an introduction. Dublin: University College Dublin Press, 1998.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 25 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, R. B. *Ecologia Política da Soja*. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências

Sociais), UFCG, Campina Grande, 2011.

NUNES, A. M. B. *As exigências legais de preservação e conservação da natureza e o uso efetivo dos recursos naturais no Assentamento José Antonio Eufrosino* (PB). Monografia de Conclusão de Curso (Curso de Dierito), UEPB, Campina Grande, 2008.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E.; GARDNER, R. e WALKER, J. *Rules, games, and common-pool resources*. Ann Arbor: The University of Michigan, 1994.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia – A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

QUINTANEIRO, T. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' *sociological theory*. *Revista Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 2 s/e, 2006.

RIBEIRO, S. E. S. *Em busca do equilíbrio perdido com a natureza: a relação entre uma comunidade urbana em João Pessoa - PB com a mata, o rio e os novos projetos sócio-ambientais*. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia), UFPE, Recife, 2007.

SILVA, S. L. P. Habitussócio-ambiental: elementos de compreensão da representação ambiental. *Política & Trabalho*. Revista de Ciências Sociais. n° 25, out. , p. 225-237, 2006.

VIEIRA, J. M. da S. *Conservação da natureza e produção de conflitos ambientais: contradições*

do projeto de manejo florestal comunitário no Assentamento Brandão (PB). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais), UFCG. Campina Grande, 2010.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In VIEIRA, P. F. & WEBER, J (Orgs) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

# Raízes

v.31, n.2, jul-dez / 2011

## DIREITOS DE PROPRIEDADE E USOS ECONÔMICOS DA TERRA: UM ESTUDO DE CASO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DO PARÁ

Sebastião Neto Ribeiro Guedes; Baastian Philip Reydon; Celso Aparecido Florêncio

### RESUMO

O artigo discute o problema fundiário brasileiro relacionado aos direitos de propriedade da terra rural. Ao demarcar a importância das políticas agrárias para definir e distribuir direitos de propriedade, o artigo analisa como, no Brasil, tais direitos foram estruturados de maneira bastante peculiar, permitindo o divórcio entre registro e cadastro de terras. Uma das consequências disso foi fragilizar os direitos de propriedade da terra, tornando-os vulneráveis ao apossamento de fato. À guisa de ilustração, apresentamos dados baseados em um estudo de caso de disputa e atribuição de direitos de propriedade numa importante região agrícola e mineradora localizada ao sul do Pará.

**Palavras-chave:** Política fundiária, direitos de propriedade, instituições de registro de terras

## PROPRIETY RIGHTS AND ECONOMIC USES OF THE LAND: A CASE STUDY OF AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS ON SOUTH PARA STATE (BRASIL)

### ABSTRACT

This article discusses the Brazilian land problem related to property rights of rural land. After emphasizing the importance of land policies in order to define and distribute rural land properties rights, we show how in Brazil the institutions of rural land registering and cadastrating as separated processes debilitates the property rights, making them vulnerable to the effective occupying actions. In order to illustrate it, in this article we analyze Data based in a Case Study of conflict and property rights distributions in an important farming and mining region of southern Para state, in Brazil.

**Key words:** Land policies, right property, registering land institutions.

Sebastião Neto Ribeiro Guedes. Doutor em Economia pela Unicamp e professor assistente do departamento de Economia da UNESP-Araquara. Baastian Philip Reydon. Doutor em Economia pela UNICAMP e prof. Livre Docente do departamento de Economia da Unicamp. Celso Aparecido Florêncio. Sociólogo e técnico do INCRA em Brasília.

## INTRODUÇÃO

Há hoje certo consenso a respeito de que o modo como o domínio fundiário público passou do Estado para particulares e o uso dado pelos últimos a esse patrimônio tem sido crucial na moldagem da sociedade capitalista, influenciando decisivamente, por exemplo, em seu caráter mais ou menos democrático e equitativo. Esse processo geral, que em muitos países encerrou-se no final do século XIX, permanece central e inconcluso no Brasil do século XXI. Daí que nele a estrutura fundiária continue a ser um problema de grande relevância e atualidade.

Um dos aspectos do problema fundiário brasileiro – conflitos por terra decorrente de falhas no registro e cadastro de terras – ganhou novos capítulos com a divulgação de informações envolvendo o Estado, que admitiu desconhecer o tamanho e a localização de parte expressiva do patrimônio fundiário público<sup>1</sup>. Esse fato projeta luz sobre a imensa confusão sobre titularidade que envolve, fundamentalmente, mas não exclusivamente, as terras pertencentes ao Estado.

Entender por que isso ainda acontece, apesar de a teoria enfatizar a importância de instituições que protejam os direitos de propriedade, é instigante. Esse texto procura contribuir para isso. Ele se propõe a analisar o intrincado e complexo problema de transferência de terra pública para particulares, a partir de um estudo de caso que envolve o conflito entre, de um

lado, uma empresa mineradora brasileira e, de outro, beneficiários do programa de reforma agrária numa região localizada no sul do Pará. Em termos de estrutura formal, o texto divide-se em quatro partes, além dessa introdução.

A primeira, apresenta, muito rapidamente, evidências coletadas em bibliografia específica acerca da evolução e especificidade da estrutura de direitos de propriedade rural no Brasil. Em seguida, na segunda parte, é apresentada rapidamente a metodologia da pesquisa, que envolveu pesquisa qualitativa com trabalho de campo e investigação *in loco*, assim como a caracterização da região estudada. A terceira parte, mais extensa, se põe a descrever e analisar o material empírico reunido, problematizando as intervenções públicas na questão fundiária na região sul do Pará abrangida pelos municípios de Parauapebas, Ourilândia e São Félix do Xingu. O artigo termina com as conclusões.

## 1. DIREITOS DE PROPRIEDADE E POLÍTICA FUNDIÁRIA

Já se tornou clássica a análise sobre as vias do capitalismo empreendida por MOORE (1983). No seu estudo comparativo, esse autor salientou o papel crucial dos interesses agrários ora na conservação de, ora na ruptura com instituições contrárias à ampliação da homogeneidade social e que tolhiam o enraizamento de valores e práticas democráticas. Em contraste

1. O jornal Folha de São Paulo, por exemplo, em sua edição de 27 de junho de 2008, intitulada 14% da Amazônia é terra de ninguém informa que “um levantamento recém-concluído pelo INCRA revela que o órgão desconhece uma área da Amazônia Legal que, somada, equivale a duas vezes o território da Alemanha ou às áreas dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná juntas. O INCRA não sabe se esses 710,2 mil quilômetros quadrados estão em mãos de posseiros ou de grileiros. Nem o que está sendo produzido, plantado ou devastado nessas terras públicas da União”.

com as revoluções burguesas vindas de cima, a via democrática contou como instrumento essencial de políticas fundiárias, cuja tônica foi a distribuição de terra demarcada e titulada a grandes parcelas da população, que puderam desenvolver um campo de autonomia produtiva, derivado do ganho de direitos de propriedade sobre a terra.

O caso paradigmático de política fundiária que estabeleceu direitos de propriedade favoráveis ao desenvolvimento econômico é o dos EUA. Embora sujeita a contradições e a influência de interesses econômicos de caráter especulativo (GATES, 1996), a política fundiária norte-americana foi suficientemente eficiente a ponto de viabilizar a transferência massiva de terra e garantir aos beneficiários um registro claro e preciso de sua área, oferecendo segurança jurídica e condições econômicas para que ela viesse a tornar-se um ativo de ancoragem de crédito hipotecário (DE SOTO, 2001; GUEDES, 2006).

Em contraste, em países que seguiram outra via de desenvolvimento, as políticas fundiárias tenderam a viabilizar a acomodação entre os interesses industriais e agrários assentados na grande propriedade, o que impediu o acesso amplo de terra à população, embora assegurasse direitos de propriedade mais ou menos discriminados. Vertente ainda mais atrasada dessa via de desenvolvimento capitalista, as políticas fundiárias no Brasil tenderam a consolidar um padrão de apropriação da terra excludente e fundado em direitos de propriedade mal definidos (VELHO, 1979).

A razão disso foi exaustivamente estudada por Osório Silva (1996). Seu estudo revelou o processo no qual se instituiu e desenvolveu os direitos de propriedade fundiária no Brasil até o advento da Lei de terras (1850),

e mesmo depois. Segundo ela, após o fracasso do experimento das Capitâneas Hereditárias, a Coroa portuguesa instituiu na colônia brasileira, tendo em conta a experiência de relativo êxito em Portugal, o sistema de propriedade da terra conhecido como sesmaria. Nesse regime, a Coroa cedia gratuitamente a particulares o direito de propriedade da terra mediante a observância de que fossem efetivamente ocupadas e utilizadas produtivamente, caso contrário voltavam, por meio de cancelamento da concessão, ao patrimônio da Coroa (OSÓRIO SILVA, 1996).

Embora fosse, do ponto de vista legal a única forma de adquirir a propriedade da terra, outro instrumento foi amplamente utilizado, por grandes e pequenos: a posse. Esses dois institutos - um "legal" e outro de "fato" - foram efetivos na ocupação territorial brasileira e explicam, em que pesem as várias tentativas da Coroa portuguesa de por fim ao descalabro fundiário, a dinâmica fundiária no Brasil. Osório Silva (1996) viu na posse e na incapacidade da Coroa portuguesa de impor uma gestão fundiária mais ordenada uma situação funcionalmente adequada aos interesses dos grandes proprietários (muitos, na verdade, posseiros) que, dada a baixa incorporação de progresso técnico à atividade de base agrária que realizavam, necessitavam de um território amplo e acessível, para o qual se dirigiam, dele se aposando, tão logo a fertilidade natural do solo onde haviam se estabelecido se esgotava.

Somente após a Independência do Brasil (1822) e a pacificação que se lhe seguiu pôde o novo Estado brasileiro pretender instituir a propriedade privada plena da terra e exercer uma política fundiária com o mínimo de controle sobre a ocupação do território. Isto aconteceu com a Lei de Terras (1850), cuja regulamentação

ção ocorreu apenas em 1856. Seus principais objetivos foram: a) organizar o acesso à terra; b) eliminar a posse; c) estabelecer um cadastro de terras para definir áreas devolutas (do Estado); d) transformar a terra em um ativo confiável para uso como garantia.

Mas em razão dos interesses dos proprietários do país, a Lei de Terras manteve aberta a regularização das posses, possibilitando a ocupação de terras devolutas e inviabilizando o estabelecimento de um cadastro nacional de terras. Em 1864, uma nova obrigação institucional acabou por estabelecer uma tradição que perdura até os dias de hoje e que contribui para a indefinição e incapacidade de se regular efetivamente o mercado de terras: a necessidade de se registrarem as posses e as propriedades nos cartórios. De alguma forma, o registro no cartório dá ares de legalidade ao imóvel, embora seja comum a falsificação de posses e de propriedades dentro dos cartórios brasileiros<sup>2</sup>.

A Proclamação da República, em 1889 e, com ela, a descentralização político-administrativa favoreceu a prática da regularização fundiária, uma vez que os Estados ganharam toda a terra devoluta (pertencente ao Estado) e puderam dela dispor livremente. A liberalidade na gestão do patrimônio territorial herdado variou de estado para estado, mas, independentemente disso, criou mais uma ambiguidade na concessão de títulos e, conseqüentemente, incapacidade de regular o mercado de terras.

Foi a Promulgação do Código Civil, em 1916, no entanto, que gerou a incapacidade de se regular efetivamente os mercados de terras no Brasil, tanto por reafirmar o cartório

como a instituição de registro, como por possibilitar que as terras públicas fossem objeto de apropriação.

O Código Civil acabou por estabelecer os grandes marcos da institucionalidade do acesso à terra no Brasil ao definir que o registro em cartório de imóveis era necessário (às vezes também suficiente) para comprovar sua titularidade.

Em publicação do INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1997) aparece o resultado de investigação e de ações jurídicas para coibir as ações de grileiros e posseiros. Conforme o Quadro 1, cerca de 93 milhões de hectares, uma área equivalente a quase duas vezes o território da França, tiveram seus cadastros cancelados, porque foram resultado de fraude. Observe que essa prática está disseminada por praticamente todo o território nacional, mas concentram-se na região Norte do país, responsável por mais de 20% dos casos de cancelamento. O documento do INCRA (1997) é importante, também, porque revela em detalhes o *modus operandi* da grilagem de terras no Brasil. Há uma modalidade de grilagem que consiste em ampliar a área original. Nesse caso, os grileiros se apropriam de terras públicas movendo ações de usucapião, cujas sentenças ainda não tenham transitado em julgado, o que lhes permite registrar, junto aos cartórios, as novas terras.

Em outra modalidade de crime fundiário, o grileiro simplesmente registra nos cartórios área pública por meio de documentos forjados ou com proprietários fictícios.

2. No passado mais distante, isso é verdadeiro para o Rio de Janeiro, segundo Fridman (1999:296): “Vimos que a grilagem fez parte da evolução urbana carioca desde a época colonial, quando as ordenas religiosas, nobres e funcionários da Câmara já falsificavam escrituras e documentos...”

Quadro 1 – Quantidade de áreas cujos cadastros foram cancelados pelo INCRA

Número	Unidade da Federação	Número de imóveis	Área (ha)
1	AC	90	3.593.342
2	AL	3	41.004
3	AM	187	13.905.002
4	AP	15	813.978
5	BA	255	5.749.659
6	CE	11	153.132
7	ES	6	159.622
8	GO	75	1.306.363
9	MA	153	4.087.075
10	MG	138	2.635.464
11	MS	363	7.211.831
12	MT	960	22.779.586
13	PA	422	20.817.483
14	PE	1	21.850
15	PI	128	2.965.724
16	PR	19	584.194
17	RJ	2	23.423
18	RN	4	66.977
19	RO	56	1.381.623
20	RR	9	219.864
21	RS	10	113.183
22	SC	1	10.664
23	SP	40	2.114.539
24	TO	117	2.865.052
Total		3.065	93.620.587

Fonte: INCRA (1997)

## 2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A pesquisa baseou-se em investigação realizada nos municípios de Parauapebas, Ourilândia e São Felix do Xingu, todas localizadas no Sul do Estado do Pará. Eles se localizam numa região de floresta cujo subsolo é rico em

minérios, entre os quais o de níquel, e marcado pela exploração desse subsolo por parte de grandes empresas mineradoras. A pesquisa foi realizada no ano de 2007-2008, por meio de visitas in loco à região, feitas por um dos autores em dois momentos distintos: a primeira no mês de outubro de 2007, e a outra em março de 2008.

Os dados provieram de duas fontes: a) as secundárias, por meio de pesquisa bibliográfica, que buscou uma literatura que tratasse especificamente do tema desse artigo. Em especial, se fez amplo uso de relatórios de campo que constam na Ação Civil Pública movida pela justiça federal de Marabá contra a empresa Onça Puma; b) primárias, utilizando como recurso de obtenção de dados a entrevista semiestruturada, que tem por característica principal se basear em roteiro que possibilita respostas abertas, nas quais os entrevistados podem discorrer sobre o assunto. O material recolhido serviu de apoio à descrição e análise que se segue.

A região Norte do Brasil foi palco tradicional de conflitos fundiários, que se intensificaram significativamente a partir das décadas de 1970 e 1980, no período caracterizado pela literatura especializada como de modernização agrícola. Nesse período, conforme analisou Ianni (1986 e 1979), a região serviu a vários experimentos de colonização que buscaram três objetivos: 1) canalizar para ela contingentes populacionais de outras regiões que pressionavam pelo acesso à terra, esvaziando as pressões por reforma agrária; 2) ocupar efetivamente um território político e militarmente vulnerável, dentro da perspectiva da estratégia de segurança nacional; 3) viabilizar novos espaços de valorização dos capitais agrícolas, industriais e financeiros, que se dirigiram para a região em busca de ganhos produtivos e especulativos. Nesse período, também, a região é integrada ao mercado nacional, a ele vinculando-se por meio dos massivos investimentos em infra-estrutura, principalmente viários (TOLDO, 2009). Articulado pelo e a partir do Estado, esse processo mudou a face e a dinâmica econômica da região, ganhando relevância novos e importantes grupos de interesse.

Investigações mais recentes de Becker (2004) e Homma (2008) têm chamado atenção para a nova dinâmica da Amazônia Legal, que contrasta com a do período anterior, referido nos parágrafos precedentes. Becker, por exemplo, recusa caracterizar tal território como fronteira móvel, pois sua dinâmica foi alterada pelas seguintes características: 1) consolidação econômica, capitaneada pelas atividades agropecuárias, daqueles territórios desmatados pela pecuária itinerante e de baixa produtividade. Os territórios consolidados incorporam os avanços tecnológicos da agricultura moderna, de elevada produtividade, e fazem avançar a pecuária intensiva, resultando, ambos movimentos, numa redução relativa de demanda por terra, cujo reflexo é a redução, verificada desde o início de 2000, do desmatamento; 2) crescente urbanização da região, maior integração e interação intrarregional, cujos impactos espaciais e demográficos são dois: de um lado, a urbanização e, de outro, a mudança na origem dos fluxos migratórios, que deixam de depender de outras regiões, e se fundam, cada vez mais, na migração entre os próprios estados que constituem a Amazônia legal (migração intrarregional) e, mais importante, dentro de um mesmo estado, por força do êxodo rural, impulsionado pela modernização agropecuária. Esse processo intenso de mudança estrutural se fez acompanhar do agravamento da questão agrária na região, cuja principal característica é a violência e a impunidade no que diz respeito aos crimes no campo (LOUREIRO; PINTO, 2005).

É nesse contexto geral de consolidação do território econômico da Amazônia Legal que, em 1977, o INCRA arrecadou como terra devoluta uma área de 400.000 ha, com a denominação de gleba Carapanã, localizada

no município de São Felix do Xingu, PA. No ano seguinte, o próprio INCRA ofereceu, em concorrência pública, a área para a execução, por particulares, de projetos de colonização. A empresa vencedora foi a construtora Andrade Gutierrez SA, que, ainda em 1979, apresentou o projeto Tucumã (Gleba I), que abarcava uma área de 181.000 ha. Em 1981, essa área recebeu titulação definitiva em favor da construtora, mediante o pagamento em dinheiro de 80% do valor da área outorgada. Em 1985, a empresa reivindicou a titularidade de mais 124.543 ha, à guisa de continuidade do empreendimento da gleba Carapanã. No mesmo ano, a área da Gleba Tucumã foi objeto de invasão por agricultores sem-terra, que, após extensa negociação e acordo amigável com a empresa colonizadora, tornaram-se beneficiários da reforma agrária, por meio do Projeto de Assentamento Tucumã, que, em 1991, assentou cerca de 3.229 famílias em três núcleos.

### 2.1. DINÂMICA DOS ASSENTAMENTOS: ASPECTOS ECONÔMICOS E PRODUTIVOS

A área sob análise é composta por dois assentamentos. O de Tucumã está localizado nos municípios de Tucumã e São Félix do Xingu, no Pará; possui área de 400.000 hectares e foi criado em 1991, com possibilidade de assentar 6.500 famílias. Até o momento, contudo, foram assentadas apenas 3.229 famílias em área de 227.711,00 hectares, porque a totalidade da área adquirida da Andrade Gutierrez foi somente parcialmente demarcada, inexistindo estudo completo sobre a situação ocupacional e fundiária desse patrimônio fundiário. Na área da gleba não se sabe quem tem a posse ou o título da terra, convivendo nela famílias assentadas, pequenos e grandes posseiros.

O outro projeto, denominado Campos Altos, possui área de 8.711 hectares e situa-se nos municípios de Ourilândia do Norte e Parauapebas, ambos no Pará. Ele foi criado em 1998, como resultado da ocupação por lavradores sem terra da fazenda Campos Altos, que foi desapropriada, no mesmo ano, pelo INCRA. Nele vivem 219 famílias.

Desde sua constituição, esses assentamentos têm dado prova das possibilidades de integração produtiva e dos impactos positivos sobre a comunidade local e regional de suas atividades. Conforme atestam os relatórios disponíveis e as visitas in loco, ambos são produtivos e viáveis economicamente. Uma caracterização sucinta da sua estrutura produtiva indica explorações nas áreas agrícolas tanto de culturas de ciclo curto, como de ciclo longo, bem como pecuária de leite e criação de pequenos animais, além da produção de frutas em pomares domésticos em torno da residência. Nas culturas de ciclo curto, predominam o milho, a mandioca, o arroz e o feijão, entre outras. Nas lavouras permanentes destacam-se o cacau, o açaí e a banana, além de frutíferas para o consumo doméstico e eventual venda em comércio local.

Outra atividade significativa nos dois assentamentos é a atividade pecuária, centrada na produção de leite. Essa atividade é a mais importante em termos de geração de renda para os assentados, cuja produção é comprada pelos laticínios existentes em Ourilândia e Tucumã, num sistema de cooperação integrado com as indústrias de leite. A clientela é dividida entre os laticínios, em função de sua localização no assentamento, sendo, os laticínios, os responsáveis pela coleta do leite junto a cada família/assentamento. Na verdade, o capital social acumulado pelas famílias viabilizou uma integração

à jusante com a indústria pouco comum em experiências desse tipo. De um lado, há a importante bacia leiteira constituída pelos municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte. Nesses municípios existem, respectivamente, 02 e 03 laticínios. Juntos, eles empregam cerca de 500 trabalhadores diretos e mais de 4.000 indiretos. Em conjunto, eles compram a produção diária de leite de cerca de 2500 produtores, dos quais mais de 1500 são assentados. Da produção diária de 250.000 litros, 55% vem dos assentados. Esses dados mostram a importância da oferta de leite dos assentados para o processamento industrial dos laticínios, e, por sua vez, a importância dos próprios laticionios para a economia regional.

Além do leite, os assentados estão articulados aos processadores de cacau, por meio da Cooperativa Mista Agropecuária Tucumã, Ltda, situada no município de mesmo nome, que é o segundo maior produtor de cacau do Pará. Dos seus 399 associados, cerca de 15% (50 famílias) são de assentados. Além desse aspecto econômico, os assentamentos, conforme se pôde verificar *in loco*, desfrutam de uma razoável infraestrutura de transporte, saúde e educação.

## 2.2. A INVESTIDA DA MINERADORA SOBRE OS DIREITOS DE PROPRIEDADE

Ao mesmo tempo em que se constituem e consolidam os assentamentos, um outro movimento acontecia, envolvendo outro agente do processo. Interesses mineradores anteciparam, desde os anos 1960, a localização e identificação do subsolo da região, na busca de reservas minerais em quantidade suficiente para justificar futura exploração. A demanda junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral

(DNMP) expressa essa dinâmica. Esse órgão público é o responsável pela autorização de pesquisa, prospecção e exploração de minérios no Brasil, atuando, também, como órgão regulador. No caso sob análise, a empresa de mineração, ONÇA PUMA LTDA, solicitou, junto a este órgão, autorização para lavra de níquel e cobre do subsolo, que lhe foram concedidas em 1973. Essas áreas ficavam contíguas àquelas onde hoje se encontram os assentamentos rurais. Conforme se apurou na pesquisa, essa companhia obteve direitos sobre mais de 30.000 hectares, área potencialmente rica em níquel e lítio.

Mudanças na dinâmica econômica mundial têm favorecido, há algum tempo, a concentração setorial na indústria de mineração, por meio basicamente de fusões e aquisições. Nesse sentido, a companhia VALE DO RIO DOCE incorporou, por meio de compra, os ativos brasileiros da multinacional canadense CANICO, proprietária da ONÇA PUMA. Entre os ativos estavam, obviamente, os resultados das pesquisas do subsolo. Essa mudança de mãos ensejou, do ponto de vista descritivo, o problema fundiário aqui analisado. Isso porque a VALE deu início, tão logo pôde, à exploração mineral da região sobre a qual a empresa adquirida possuía direitos, e solicitou, junto ao DNMP, um requerimento de pesquisa de níquel em áreas contíguas (na verdade, na área dos assentamentos), aprovado em 2003. Em 08 de julho de 2003, a VALE entrou com um pedido de desafetação junto ao INCRA de área de 7.404 hectares onde estão parte dos assentamentos e que é contígua àquela de sua propriedade, a fim de possibilitar a continuidade dos trabalhos de pesquisa, bem como de futura lavra. No mesmo processo, a empresa solicitou ainda 1) a autorização para negociar e acordar com os trabal-

hadores a sua imediata retirada da área (Glebas Campos Altos e Tucumã); 2) a autorização para o livre e irrestrito acesso e utilização das áreas de seu interesse.

Apurou-se, contudo, que, bem antes de protocolado o pedido, a empresa deu início à compra de lotes individuais de várias famílias dos assentamentos. Este procedimento é flagrantemente ilegal, pois os assentados não são proprietários legais da terra até sua emancipação<sup>3</sup>, que ainda não aconteceu. Na verdade, a VALE utilizou-se de um expediente que tem sido comum na história fundiária brasileira: a de utilizar os cartórios como instrumento de legalização de posse, conforme se fez observar no item 2.

No caso dos assentamentos, a dinâmica das aquisições foi a seguinte, conforme deixa ver o DOCUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA (2009, p. 78).

*Na medida em que os trabalhos de pesquisa de níquel avançaram, em agosto de 2003, iniciou-se o processo de compra de lotes mediante negociação direta da mineradora com cada assentado na área de interesse, à revelia do INCRA. Houve resistências ou questionamentos a esse procedimento da empresa, da parte de alguns assentados, embora pontuais. A empresa então fez reuniões com assentados do PA Campos Altos para informar sobre suas intenções e sobre seu projeto na região, contando para isso com o apoio do então presidente da Associação do*

*assentamento (Sr. Raimundo Borges Caçula Cruz), que intermediou as negociações dos assentados com a mineradora. Segundo várias pessoas entrevistadas, não houve participação de representantes do INCRA nessas reuniões. Entretanto, existe a informação de que um técnico da autarquia (da Unidade Avançada de São Félix do Xingu/PA) acompanhou o representante da empresa em algumas negociações com assentados. No PA Tucumã não houve reunião com as famílias assentadas e a negociação foi feita diretamente com cada família. Em 2005, mesmo sem ainda haver recebido a autorização formal do INCRA, a Canico do Brasil Mineração Ltda/Onça Puma retoma a compra de lotes, mais uma vez em negociações diretas com as famílias assentadas e à revelia dessa autarquia. A empresa utiliza nessa fase a estratégia do cercamento/isolamento, deixando algumas famílias isoladas e certamente forçadas a posteriormente vender seu lote à empresa pelo preço oferecido pela mesma – sem possibilidade de resistência, para as que querem permanecer no assentamento, ou de negociação, para aqueles/as que têm interesse em fazer negócio com a mineradora, embora ilegalmente. Segundo informações entre 2005 e 2007 a mineradora continuou com a compra de lotes nos dois assentamentos, tendo sido várias delas efetuadas em 2007 e nas mesmas condições e circunstâncias mencionadas acima. Dentre as áreas “negociadas” visitadas pelo GT em dezembro de 2007, duas delas, cujas casas foram derrubadas pela empresa, haviam sido*

3. Conforme dispõe a Norma de Execução INCRA/n.9, de 6 de abril de 2001. Mas mesmo além dela, uma vez nos títulos de domínio sob condição resolutiva está previsto no artigo XIV que “Extingue-se a condição resolutiva, quando, cumulativamente: a) o(s) outorgado(s) houver(em) liquidado integralmente o valor do seu débito para com o outorgante; b) se decorridos dez anos, da data de registro deste título no competente Registro de Imóveis ou do registro do contrato de concessão de Direito Real de Uso, se expedido anteriormente a este, em face do estabelecido no art.18 da lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; c) tiver(em) em dia com o pagamento do ITR e d) houver(em) cumprido com a cláusula III”.

vendidas em 2007, confirmando assim esta informação. Vale ressaltar que todos os segmentos sociais ouvidos, sem exceção, mostraram-se bastante surpresos com a presença do GT na região, uma vez que a Mineração Onça Puma/Vale afirmam para todos já haver recebido autorização do INCRA quanto à desafetação da área para realização do seu empreendimento. Os preços oferecidos pela empresa sempre foram bem superiores ao valor de mercado e altamente tentadores para as famílias em questão – variou em função da localização, momento de compra e interesse(ou não) do vendedor/a. Segundo os entrevistados, a efetivação da compra/venda dos lotes foi feita no escritório da Mineração

Onça Puma, em Ourilândia do Norte, com o representante da empresa (Eduardo) e o pagamento foi feito por meio de abertura de conta no Bradesco. Junto aos contratos de compra e venda realizados em Cartório foi anexado termo de desistência de direitos sobre as parcelas assinados pelos vendedores como exigência da empresa para efetivação do negócio”.( pg 35/36)

De acordo com as observações de campo e os levantamentos junto aos cartórios, nos anos de 2003, 2005 e 2007 o total de áreas do INCRA negociadas pelos assentados e posseiros somava 8.321 ha , divididos em 89 lotes e 81 famílias, conforme o quadro 1.

Quadro 2- Síntese das indenizações pagas pela empresa ONÇA PUMA aos assentados e posseiros dos assentamentos de Campos Altos e Tucumã

Relação de contratos de compra e venda (cartórios)			
	Assentados	Posseiros	Total
Campos Altos	25	10	35
Tucumã	27	19	46
Total	52	29	81

Fonte: Ação Civil Pública – anexo 4, (2009)

Essa dinâmica de aquisição de terra segue o seguinte script. Interessados se apossam ou compram terra devoluta e a registram em algum cartório de registro de imóveis, fiando-se de que, mais cedo ou mais tarde, o simples registro será suficiente para “comprovar”- dada a imensa jurisprudência, o emaranhado jurídico e a própria leniência do órgão público responsável pelo cadastro de terra- a legalidade da posse. Surpreendente nesse caso é a conveniência de parte dos técnicos do INCRA, em especial sua subsele de Marabá, proprietário das terras e

gestor nelas de políticas de reforma agrária.

Seu comportamento revela a fragilidade dos direitos de propriedade da terra no Brasil, uma vez que a lei somente materializa direitos quando chama para si a força e proteção do Estado. Este, por conivência ou omissão, se mostra no Brasil incapacitado de exercer seu poder de *enforcement*.

Na mesma perspectiva, chama também a atenção o fato de que as ações das agências governamentais sejam tão desarticuladas, com o DNPM outorgando direitos de proprie-

dade sobre a pesquisa e lavra do subsolo que se chocam, em muitos casos flagrantemente, com aqueles distribuídos pelo INCRA. Tal fato é outro importante elemento na explicação do porque grandes interesses econômicos estruturados se valem do Estado para viabilizar seus negócios. Mais importante ainda é que esse processo, ao permitir o apossamento de terra pública por grande empresa capitalista coloca em xeque a viabilidade da própria política fundiária local posta em execução pelo INCRA. Sua omissão favorece esses interesses e é percebida pelos assentados com misto de revolta e resignação, conforme registrado na fala de um dos assentados (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2009, p. 203).

### 2.3. O CONFLITO E A DESTRUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

As consequências da investida sobre a terra pública, por parte da empresa mineradora, têm várias dimensões, todas elas redundando em redução do capital social acumulado pela comunidade de assentados e do seu entorno. Como já o dissemos, buscou-se, ao se caracterizar a estrutura produtiva e comercial dos assentados, colocar em relevo o significativo efeito econômico da sua atividade. Ressaltou-se sua integração à jusante com as indústrias processadoras e o papel no comércio local da venda do excedente do autoconsumo. Organizados dessa forma, essa comunidade de agricultores familiares obteve, fundamentalmente do poder público, significativo investimento em infraestrutura, materializado na forma de estradas (com razoáveis condições de tráfego), escolas e postos de saúde dentro dos assentamentos, moradia e rede elétrica e sistema de saneamento superiores na quantidade e qualidade à média do

estado do Pará. Em adição a isto, se construiu uma vida comunitária rica, ancorada nos laços de parentesco e de amizade, forjados em trajetórias de vida e de luta comuns.

Contudo, a chegada da mineradora parecia ameaçar concretamente esse capital social acumulado. O DOCUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA (2009) relata com detalhes os efeitos deletérios da atividade mineradora. Segundo ele, a pecuária leiteira e o plantio de cacau – as principais fontes de renda dos assentados – estão sendo paulatinamente desestruturados. Em função da redução da produção do leite provocado pela venda de várias parcelas de lotes de assentamento à Onça Puma, houve o fechamento de um dos laticínios localizado no assentamento Campos Altos e a suspensão da busca pela empresa do leite no lote das famílias que ficaram isoladas. Também houve redução na produção de mandioca, provocando o fechamento de “casas de farinha” que funcionavam dentro do assentamento. As explosões de dinamites têm provocado stress nos animais com redução na produção de leite, de ovos e de pintos. A insegurança quanto ao futuro – se vai ou não permanecer no lote – parece estar provocando uma certa paralisia da produção no assentamento. Tal fato tem feito com que alguns deixem de plantar. Por outro lado, a redução de habitantes no assentamento provocou o cancelamento da linha de ônibus diária – do assentamento para a sede do município de Ourilândia do Norte – com prejuízos na comercialização.

O relatório prossegue na descrição dos impactos negativos. Em relação à educação, houve o fechamento de várias escolas em decorrência da redução do número de alunos pela venda dos lotes à mineradora. Das seis escolas existentes no assentamento Campos Altos, três foram fechadas. A Prefeitura de Ourilândia do

Norte disponibilizou transporte escolar para as famílias que permaneceram no assentamento, mas seus filhos e filhas devem se deslocar de 15 a 20 km nesses veículos de transporte. É comum faltarem à escola quando o transporte não vem. Negativos também são os impactos sobre a saúde, na medida em que o fechamento dos postos de saúde tornou difícil o acesso a esse serviço, principalmente em casos de urgência.

Igual prejuízo se constatou em relação à vida social nos assentamentos, onde existiam comunidades organizadas em função de laços de parentesco. As famílias se ressentem das igrejas que fecharam e dos danos às relações de amizade e parentesco que uniam os membros dessas comunidades. A grande circulação de veículos da mineradora no interior do assentamento danifica as estradas e perturba a tranquilidade comunitária, obrigando as mudanças em seus hábitos de sociabilidade (fechar as portas e janelas das casas, evitar as conversas de vizinhança em frente à residência, etc).

Em relação aos impactos ambientais da atividade mineradora na região, o DOCUMENTO AÇÃO CIVIL (2009, p.80) é pródigo em descrevê-los. Apesar de a empresa apresentar medidas mitigadoras e compensatórias, elas não são detalhadas e nem há garantias de que servirão efetivamente de compensação sócioambiental diante do impacto profundo desse tipo de atividade sobre o ambiente e as populações da região onde ela se instala. Há evidências de que elas começam a ser sentida pelos assentados, que reclamam da poluição dos rios e da redução do nível de água, com o desaparecimento de peixes, resultante da ação da mineradora em suas nascentes. Há relatos de que três córregos já desapareceram como resultado da construção de barragens de contenção pela empresa.

Há ainda os custos que deverão, caso se consume os objetivos da mineradora, ser arcados pelo INCRA e pela União, que fizeram investimentos em infraestrutura física (estradas, sistema de abastecimento de água, instalação de energia elétrica) e na oferta de crédito agrícola e para o financiamento habitacional.

Esse conjunto de eventos recai diretamente sobre os assentados, seus maiores prejudicados. No entanto, a percepção dos vários agentes e grupos sociais sobre a atividade mineradora na região não é consensual, refletindo a enorme heterogeneidade social e de aspiração de vida de seus habitantes. Grosso modo, pode-se dividir em dois campos esses grupos: o daqueles contrários ao empreendimento minerador e das suas práticas no assentamento - esse grupo é composto pelos assentados e pequenos posseiros (a maior parte deles), por uma fração dos empresários da região, diretamente afetados pelo desmonte da estrutura dos assentamentos, tais são os casos dos interesses industriais à jusante da agricultura assentada (laticínios, cooperativa de cacau, empresa de beneficiamento de arroz) - ; e o do pequeno comércio varejista das vilas próximas aos assentamentos. Postura contrária aos interesses da mineração pode ser encontrada também nos movimentos sociais e entidades de representação dos trabalhadores. Nesse caso a CPT de Tucumã, Xinguara e Marabá, menos incisivamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucumã, CUT e FETAGRI, além do MST de Marabá.

De outro lado, não são menos extensas as forças sociais de apoio aos interesses da mineração. Pode-se identificá-las entre o poder executivo municipal que, quase com unanimidade, defende, de olho nos futuros royalties, as dimensões positivas dessa atividade, principal-

mente sobre o emprego e renda locais, embora reconheçam, em entrevistas, que os impactos, até o momento, foram mais negativos do que positivos. Há empresários que têm se beneficiado com as mudanças trazidas pela mineradora. São os casos do varejo das cidades, que cresceu junto com o número de trabalhadores recrutados para a construção e gestão das instalações da mineradora; das imobiliárias, igualmente beneficiadas pelo aumento da demanda de imóveis; do setor hoteleiro regional; do pequeno comércio de materiais de construção, etc.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou colocar em evidência uma das faces do problema fundiário brasileiro, que diz respeito à complexa e confusa estrutura de direitos de propriedade da terra rural. Reconhecendo a funcionalidade dessa situação para os interesses agrários ancorados na grande propriedade, conforme ampla literatura sobre o assunto, o artigo explorou um caso emblemático dessa situação, que envolvia um leque heterogêneo de atores sociais. Desse modo, procurou mostrar as idas e vindas do processo de instituição de direitos sobre a terra e o papel dúbio, mas extremamente favorável ao grande capital, da atuação estatal.

De um lado estão os trabalhadores rurais sem terra beneficiários da política de terras do INCRA, que culminou, nos anos 1980 e 1990, nos assentamentos de Tucumã e Campos Altos. Após a conquista da terra, a luta dos assentados contribuiu para fortalecer os laços entre as comunidades assentadas, de um lado, integrando-as, às indústrias de processamento agropecuário, e, de outro, conquistando inves-

timentos públicos de infraestrutura, saúde e educação. Por sua vez, no espectro oposto, estão os grandes interesses mineradores, expressos por uma empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. A fim de viabilizar sua capacidade produtiva na exploração de minério de níquel e lítio, empreende, com a conivência do Incra de Marabá, e a ativa participação dos cartórios locais, ações de compra, intimidação, entre outros, cujo resultado conjunto é o de inviabilizar a autonomia econômica dos assentados.

Essa situação – que reflete a indefinição de direitos de propriedade – tem gerado insatisfação e acumulado tensões entre os assentados, com elevado potencial de conflito, conforme realçam os relatórios de campo do INCRA. O pano de fundo do conflito, contudo, espelha distintas visões/projetos de desenvolvimento rural e dos usos econômicos possíveis atribuídos à terra.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DE SOTO, H *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DOCUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA NÚMERO 200839001000846-9- Justiça federal de Marabá, 2009.

FRIDMAN, F *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Garamond, 1999.

GATES, P *The jeffersonian dream: studies in the history of American land policy and development*. Albuquerque: University of New Mexico Press.1996.

GUEDES, S.N.R “*Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista*”. Revista de Economia, v(32), n.1, p 7-36.2006.

HOMMA, A.K.O – Expansão agropecuária e desmatamento na Amazônia: Quais os caminhos? IN: COELHO, A;TEIXEIRA,E;BRAGA,M (ORG)- *Recursos naturais e crescimento econômico*. Viçosa: Os editores, 2008.

IANNI, O *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.1986.

*A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis:Vozes.1978

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA O livro branco da grilagem no Brasil. Brasília:Mimeo, 2007.

LOUREIRO, V.R; PINTO, J.N.A A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v.19.n 54, p. 77-98, 2005.

MOORE, B As raízes sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes.1983  
OSÓRIO SILVA, L *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp.1996

REPORTAGEM LOCAL 14% da Amazônia é terra de ninguém. *Jornal Folha de São Paulo*.

São Paulo, 27 junho de 2008. Caderno Brasil, p.6.

TOLEDO, T. Amazônia brasileira: linhas mestras da ocupação econômica (1616-1970). IN: ZEVALLOS, E.A (ORG) *A Amazônia e o Pacífico sul-americano e sua importância para o Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.p-69-85.

VELHO, O.G Capitalismo autoritário e campesinato.São Paulo: Difel.1979



## COLABORADORES

### COLABORARAM NESTE NÚMERO

#### PARECERISTAS

Aldenor Gomes da Silva  
Alfio Brandenburg  
Carlos Alberto Máximo Pimenta  
Dalva Maria Motta  
Fernando Scardua  
Lemuel Dourado Guerra Sobrinho  
Luis Henrique Cunha  
Manoel Malheiros Tourinho  
Marilda Aparecida de Menezes  
Ramonildes Alves Gomes  
Sônia Maria Pessoa Bergamasco  
Vanice Selva  
Verena Sevá Nogueira  
Viviane Ramalho

#### COLABORAÇÃO TÉCNICA

Luis Henrique Cunha  
Lemuel Dourado Guerra Sobrinho  
( Revisão do Inglês e do Francês)

Haissa de Farias Vitoriano Pereira  
Maria Izabel Alves Rodrigues  
( Revisão Línguística e Normatização)



## NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.

2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu autor (es) a manter a com *Raízes* oferecer a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferecê-lo a outro periódico ou coletânea.

3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.

4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.

5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.

6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.

7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.

8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.

9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.

10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.

11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:

- . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
- . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
- . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
- . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
- Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
- . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;

. As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;

12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:

. LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.

. ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.

. ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.

13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.

14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:

a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;

b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;

c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.

15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores *ad hoc*. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.

16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.

17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de redação

